

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC)  
REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA  
(RFEPECT)  
INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA (IFSC)  
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA EM  
REDE NACIONAL (PROFEPT)**

**FRANCIANI MARIA DE SOUZA**

**OS DESAFIOS DA POLÍTICA DE PERMANÊNCIA E ÊXITO NO IFSC – CÂMPUS  
FLORIANÓPOLIS CONTINENTE**

**Florianópolis/SC**

**2022**

**FRANCIANI MARIA DE SOUZA**

**OS DESAFIOS DA POLÍTICA DE PERMANÊNCIA E ÊXITO NO IFSC – CÂMPUS  
FLORIANÓPOLIS CONTINENTE**

Dissertação apresentada ao Instituto Federal de Santa Catarina como requisito parcial para Diploma do Curso de Pós-Graduação *stricto sensu* Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional.

Orientador: Prof. Dr. Adriano Larentes da Silva

Florianópolis/SC

2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor.

Souza, Franciani Maria de  
**Os desafios da política de permanência e êxito no IFSC – Câmpus Florianópolis Continente / Franciani Maria de Souza; orientação de Adriano Larentes da Silva. - Florianópolis, SC, 2022.**  
147 p.

**Dissertação (Mestrado) - Instituto Federal de Santa Catarina, Câmpus Florianópolis. Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional (ProfEPT). Departamento Acadêmico de Linguagem, Tecnologia, Educação e Ciência.**  
Inclui Referências.

**1. Abandono escolar. 2. Permanência e êxito no IFSC. 3. Ensino. I. Silva, Adriano Larentes da. II. Instituto Federal de Santa Catarina. III. Os desafios da política de permanência e êxito no IFSC – Câmpus Florianópolis Continente.**

**FRANCIANI MARIA DE SOUZA**

**OS DESAFIOS DA POLÍTICA DE PERMANÊNCIA E ÊXITO NO IFSC – CÂMPUS  
FLORIANÓPOLIS CONTINENTE**

Esta Dissertação foi julgada e aprovada para a obtenção do título de Mestra em  
Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 29 de agosto de 2022.

Documento assinado digitalmente  
 **ROBERTA PASQUALLI**  
Data: 28/11/2022 11:30:31-0300  
Verifique em <https://verificador.iti.br>

.....  
**Profª. Drª. Roberta Pasquali**  
**Coordenadora do Programa**

**BANCA EXAMINADORA**

 Documento assinado digitalmente  
**ADRIANO LARENTES DA SILVA**  
Data: 14/11/2022 10:54:32-0300  
CPF: 892.099.239-87  
Verifique as assinaturas em <https://v.ifsc.edu.br>

.....  
**Prof. Dr. Adriano Larentes da Silva – Orientador**

Documento assinado digitalmente  
 **ELIANE JURASKI CAMILLO**  
Data: 14/11/2022 11:06:58-0300  
Verifique em <https://verificador.iti.br>

.....  
**Profª. Drª. Eliane Juraski Camillo – Membro Interno**

Documento assinado digitalmente  
 **ALEXSANDRA JOELMA DAL PIZZOL COELHO**  
Data: 27/11/2022 12:15:27-0300  
Verifique em <https://verificador.iti.br>

.....  
**Profª. Drª. Alexsandra Joelma Dal Pizzol Coelho Zanin – Membro Externo**

**FRANCIANI MARIA DE SOUZA**

**VÍDEO DOCUMENTAL: HISTÓRICO DA IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE  
PERMANÊNCIA E ÊXITO NO IFSC – CÂMPUS FLORIANÓPOLIS CONTINENTE**

Este Produto Educacional foi julgado e aprovado para a obtenção do título de Mestre em  
Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 29 de agosto de 2022.

Documento assinado digitalmente  
 **ROBERTA PASQUALLI**  
Data: 28/11/2022 11:29:11-0300  
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Profª. Drª. Roberta Pasquali  
Coordenadora do Programa

**BANCA EXAMINADORA**

 Documento assinado digitalmente  
**ADRIANO LARENTES DA SILVA**  
Data: 14/11/2022 10:55:16-0300  
CPF: 892.099.239-87  
Verifique as assinaturas em <https://v.ifsc.edu.br>

Prof. Dr. Adriano Larentes da Silva – Orientador

Documento assinado digitalmente  
 **ELIANE JURASKI CAMILLO**  
Data: 14/11/2022 11:08:29-0300  
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Profª. Drª. Eliane Juraski Camillo – Membro Interno

Documento assinado digitalmente  
 **ALEXSANDRA JOELMA DAL PIZZOL COELHO**  
Data: 27/11/2022 12:26:12-0300  
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Profª. Drª. Alexsandra Joelma Dal Pizzol Coelho Zanin – Membro Externo

## **Dedicações**

Dedico este trabalho aos estudantes da classe trabalhadora.

## **AGRADECIMENTOS**

A realização da presente dissertação foi possível pelo apoio de tantas pessoas que contribuíram direta ou indiretamente para a conclusão deste trabalho. A todas elas, a minha gratidão.

Primeiramente, agradeço à minha família pelo apoio, presença e por fazermos parte de uma mesma história.

Agradeço, especialmente, aos(às) amigos(as) presentes em minha vida e que contribuíram para a finalização deste processo.

Agradeço ao meu professor-orientador como fonte de inspiração, por toda paciência, confiança, empenho e respeito a minha singularidade e autonomia na construção deste trabalho.

Sou grata aos colegas do programa de mestrado pela parceria, apoio, incentivo e pelas ricas trocas de conhecimentos.

Agradeço aos companheiros e companheiras de trabalho pelas trocas, pelas palavras de incentivo e apoio.

Finalmente, agradeço às professoras Prof.<sup>a</sup> Dra. Alexsandra Joelma Dal Pizzol Coelho Zanin e Prof.<sup>a</sup> Dra. Eliane Juraski Camillo pelas contribuições tão acertadas que enriqueceram este trabalho.

Se a existência humana não é garantida pela natureza, não é uma dádiva natural, mas tem de ser produzida pelos próprios homens, sendo, pois, um produto do trabalho, isso significa que o homem não nasce homem. Ele forma-se homem. Ele não nasce sabendo se produzir como homem. Ele necessita aprender a ser homem, precisa aprender a produzir sua própria existência. Portanto, a produção do homem é, ao mesmo tempo, a formação do homem, isto é, um processo educativo. A origem da educação coincide, então, com a origem do homem mesmo (SAVIANI, 2007, p.154).

## RESUMO

SOUZA, Franciani Maria. **Os desafios da política de permanência e êxito no IFSC – Câmpus Florianópolis Continente**. 2022. p. 146. Dissertação (Curso de Pós-Graduação *stricto sensu* Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional) - Instituto Federal de Santa Catarina, Florianópolis/SC, 2022.

O presente trabalho teve como objetivo analisar os desafios da política de permanência e êxito do Câmpus IFSC Florianópolis Continente mediante os pressupostos da dialética e de diferentes concepções teóricas que aprofundam as discussões sobre permanência e abandono escolar. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa de natureza exploratória, sendo utilizada a pesquisa documental e a técnica de entrevista semiestruturada com membros da Comissão de Permanência e Êxito local, e membros da Gestão do Câmpus. Os resultados obtidos por meio da pesquisa documental revelam que o plano de permanência e êxito do IFSC é caracterizado por metodologia de pesquisa inconsistente referente à base conceitual, ao diagnóstico quantitativo e ao diagnóstico qualitativo. A análise das informações obtidas nas entrevistas delimitou as seguintes categorias principais: alunos trabalhadores em busca de qualificação e oportunidades de trabalho para melhorar a qualidade de vida a partir de cursos do IFSC, Assistência estudantil e a criação de estratégias de ação na busca de permanência e êxito estudantil e a importância e efetividade da política de permanência e êxito, segundo participantes, para mitigar os casos de abandono escolar do Câmpus. Os resultados expressam os desafios e limites de ordem financeira e de equipe na implementação da política no Câmpus IFSC Florianópolis Continente. Desta forma, a implementação da política caracterizou-se como levantamento de dados e aplicação de ações pontuais, sendo a assistência estudantil uma importante estratégia a ser ampliada. O processo de trabalho no Câmpus se deu, sobretudo, de forma mecanizada para atendimento à demanda de órgão de controle, sem reflexões coletivas aprofundadas. Visando qualificar a implementação da política no Câmpus, disponibiliza-se o produto educacional denominado como vídeo documental que reflete a síntese da pesquisa, servindo como material histórico para formação de equipe de servidores. Destaca-se nas considerações finais, a necessidade da metodologia do trabalho reflexivo, coletivo e crítico sobre concepções associadas para a conscientização da complexidade de influências para o abandono escolar. Bem como, a metodologia de pesquisa científica, engajada politicamente e fundamentada em concepções sólidas, poderá proporcionar a atualização qualificada do plano de permanência e êxito do IFSC para posterior implementação efetiva no Câmpus. Concluiu-se ainda que devido à conciliação entre educação e trabalho ser a principal influência para a ocorrência do abandono escolar, a consideração de concepções pedagógicas fundamentadas nos princípios do trabalho como princípio educativo e da relação indissociável entre teoria e prática formam as bases para a oferta de formação humana integral para a emancipação da classe trabalhadora.

**Palavras-chave:** Abandono Escolar. Permanência e êxito no IFSC. Ensino.

## RESUMO EM LÍNGUA ESTRANGEIRA

SOUZA, Franciani Maria. **Os desafios da política de permanência e êxito no IFSC – Câmpus Florianópolis Continente**. 2022. p. 146. Dissertação (Curso de Pós-Graduação *stricto sensu* Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional) – Instituto Federal de Santa Catarina, Florianópolis/SC, 2022.

The present work aimed to analyze the challenges of the policy of permanence and success of the IFSC Florianópolis Continente Campus through the assumptions of dialectics and different theoretical conceptions that deepen the discussions about permanence and school dropout. This is an exploratory qualitative research, using documental research and the technique of semi-structured interviews with members of the Local Permanence and Success Committee, and members of the Campus Management. The results obtained through documental research reveal that the IFSC's permanence and success plan is characterized by inconsistent research methodology regarding the conceptual basis, quantitative diagnosis and qualitative diagnosis. The analysis of the information obtained in the interviews delimited the following main categories: working students in search of qualification and work opportunities to improve the quality of life from IFSC courses, Student assistance and the creation of action strategies in the search for permanence and student success and the importance and effectiveness of the permanence and success policy, according to participants, to mitigate cases of school dropout on the Campus. The results expressed the challenges and limits of a financial and staff nature in the implementation of the policy at the IFSC Florianópolis Continente Campus. In this way, the implementation of the policy was characterized as data collection and application of specific actions, with student assistance being an important strategy to be expanded. The work process at the Campus took place, above all, in a mechanized way to meet the demand of the control body, without in-depth collective reflections. In order to qualify the implementation of the policy on the Campus, the educational product called documentary video was made available, which reflects the synthesis of the research, serving as historical material for the formation of a team of servers. In the final considerations, the need for a methodology of reflective, collective and critical work on associated conceptions to raise awareness of the complexity of influences for school dropout stands out. In addition, the scientific research methodology, politically engaged and based on solid concepts, will be able to provide a qualified update of the IFSC's permanence and success plan for subsequent effective implementation on the Campus. It was also concluded that due to the conciliation between education and work being the main influence for the occurrence of school dropout, the consideration of pedagogical concepts based on the principles of work as an educational principle and the inseparable relationship between theory and practice form the basis for the offer of integral human formation for the emancipation of the working class.

**Keywords:** School dropout. Permanence and success in the IFSC. Teaching.

## LISTA DE TABELAS

|                                                                                           |    |
|-------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| <b>Tabela 1</b> – Taxa de Abandono Escolar de 2017 da Rede Federal.....                   | 74 |
| <b>Tabela 2</b> – Taxa de Abandono Escolar de 2018 da Rede Federal.....                   | 75 |
| <b>Tabela 3</b> – Taxa de Abandono Escolar de 2019 da Rede Federal.....                   | 75 |
| <b>Tabela 4</b> – Taxa de Abandono escolar no IFSC Câmpus Florianópolis CTE.....          | 76 |
| <b>Tabela 5</b> – Taxas dos cursos de Qualificação Profissional (FIC) de 2017 a 2019..... | 77 |
| <b>Tabela 6</b> – Taxas dos cursos Técnicos Subsequentes de 2017 a 2019.....              | 77 |

## LISTA DE QUADROS

|                                                  |     |
|--------------------------------------------------|-----|
| <b>Quadro 1</b> – Unidades de Registro.....      | 85  |
| <b>Quadro 2</b> – Categorias Iniciais.....       | 86  |
| <b>Quadro 3</b> – Resumo do Vídeo Histórico..... | 120 |

## LISTA DE FIGURAS

|                                                                   |     |
|-------------------------------------------------------------------|-----|
| <b>Figura 1</b> – Os desafios da Permanência e Êxito.....         | 120 |
| <b>Figura 2</b> – Estudantes trabalhadores.....                   | 120 |
| <b>Figura 3</b> – Operários: Tarsila do Amaral.....               | 121 |
| <b>Figura 4</b> – Díptico “Gênesis” - Fábio Baroli.....           | 121 |
| <b>Figura 5</b> – Painel Paulo Freire Luiz Carlos Cappellano..... | 121 |
| <b>Figura 6</b> – O trabalho como princípio educativo.....        | 122 |

## SUMÁRIO

|                                                                                                                                                   |            |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>1 INTRODUÇÃO.....</b>                                                                                                                          | <b>13</b>  |
| <b>2 ABANDONO ESCOLAR E PERMANÊNCIA E ÊXITO.....</b>                                                                                              | <b>19</b>  |
| 2.1 Abandono escolar e exclusão social.....                                                                                                       | 20         |
| <b>3 O TRABALHO ONTOLÓGICO E A EDUCAÇÃO .....</b>                                                                                                 | <b>24</b>  |
| 3.1 Trabalho como princípio educativo.....                                                                                                        | 26         |
| 3.2 O conhecimento histórico e o trabalho na atualidade.....                                                                                      | 28         |
| 3.3 O trabalho no turismo, hospitalidade e lazer.....                                                                                             | 32         |
| <b>4 PESQUISAS SOBRE PERMANÊNCIA E ÊXITO.....</b>                                                                                                 | <b>36</b>  |
| 4.1 Permanência e êxito na legislação, nas políticas educacionais e nos Institutos Federais.....                                                  | 44         |
| 4.2 Pesquisas sobre permanência e êxito do IFSC.....                                                                                              | 51         |
| 4.3 Publicações sobre o Câmpus Florianópolis Continente.....                                                                                      | 52         |
| <b>5 PESQUISA DOCUMENTAL.....</b>                                                                                                                 | <b>62</b>  |
| 5.1 Plano de Permanência e Êxito do IFSC.....                                                                                                     | 62         |
| 5.2 Dados da Plataforma Nilo Peçanha.....                                                                                                         | 72         |
| 5.3 Experiências de permanência e êxito no IFSC e no IFSC Câmpus Florianópolis Continente.....                                                    | 77         |
| <b>6 ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS.....</b>                                                                                                        | <b>79</b>  |
| 6.1 Categorias iniciais.....                                                                                                                      | 84         |
| 6.2 Categorias Intermediárias.....                                                                                                                | 86         |
| 6.2.1 Criação e aplicação da política de permanência e êxito para Estudantes.....                                                                 | 86         |
| 6.2.2 Perfil trabalhador como público do IFSC.....                                                                                                | 90         |
| 6.2.3 A escolha pelo trabalho e sobrevivência básica.....                                                                                         | 91         |
| 6.2.4 Auxílio e Assistência Estudantil como importantes ferramentas de combate ao abandono estudantil.....                                        | 93         |
| 6.2.5 A percepção dos participantes quanto a política de permanência e êxito do Câmpus que fora aplicado.....                                     | 96         |
| 6.2.6 Estratégias e políticas de ação para alcançar permanência e êxito estudantil.....                                                           | 102        |
| <b>6.3 Categorias Finais.....</b>                                                                                                                 | <b>105</b> |
| 6.3.1 Alunos trabalhadores em busca de qualificação e oportunidades de trabalho para melhorar a qualidade de vida a partir de cursos do IFSC..... | 106        |

|                                                                                                                                                       |            |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| 6.3.2 Assistência estudantil e a criação de estratégias de ação na busca de permanência e êxito estudantil.....                                       | 109        |
| 6.3.3 A importância e efetividade da política de permanência e êxito, segundo participantes, para mitigar os casos de abandono escolar do Câmpus..... | 113        |
| <b>7 PRODUTO EDUCACIONAL.....</b>                                                                                                                     | <b>120</b> |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>                                                                                                                      | <b>127</b> |
| <b>APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTAS INDIVIDUAIS.....</b>                                                                                           | <b>131</b> |
| <b>REFERÊNCIAS.....</b>                                                                                                                               | <b>132</b> |

## 1 INTRODUÇÃO

O tema da permanência e êxito é um dos grandes desafios enfrentados por diferentes instituições educativas no Brasil e no mundo que atuam nos diversos níveis e modalidades de ensino, inclusive aquelas que se dedicam à educação profissional, científica e tecnológica, como é o caso dos Institutos Federais.

A presente dissertação tem como foco o Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) e analisa os desafios e ações da política de permanência e êxito para o enfrentamento do abandono escolar no Câmpus IFSC Florianópolis Continente.

O movimento inicial para a escolha do tema em questão veio da trajetória de inserção profissional da pesquisadora no Câmpus IFSC Florianópolis Continente. A motivação para a escolha do tema envolveu uma vontade pessoal e profissional de colaborar com uma pauta urgente, dada a necessidade de se debater e criar análises qualificadas sobre a permanência e êxito.

No decorrer da pesquisa, o tema em questão foi fazendo mais sentido na reflexão da relação íntima entre trabalho e educação em um movimento de transformação e qualificação do trabalho. A presente pesquisa faz sentido nas concepções estruturantes para além do abandono escolar e da permanência e êxito, procurando entender as influências que determinam a totalidade dos fenômenos estudados.

A escolha pelo termo abandono escolar se deu a partir da complexidade de influências envolvidas na relação entre escola e estudante como aspectos culturais, econômicos, políticos e sociais, concordando com Pelissari (2012): o uso frequente do termo evasão escolar é utilizado de forma subjetiva, responsabilizando apenas o estudante pela evasão ou é utilizado apenas como construção social. Apesar da opção pelo uso do termo abandono escolar, respeitamos e não ignoramos as ponderações feitas por trabalhos que preferem o uso da expressão “evasão escolar” para se referirem ao mesmo fenômeno.

Segundo Araújo, Silva e Mendes (2014), para a superação da problemática, é preciso ir além da democratização do acesso ao ensino e promover também a democratização do conhecimento com a permanência estudantil, tendo em vista a superação da cultura escolar elitista, segregadora e dualista. Esta tarefa não envolve apenas o papel da instituição de ensino, mas depende também da formulação de políticas educacionais apropriadas como a Assistência Estudantil e acompanhamento de estudantes em risco de abandono escolar.

Araújo, Silva e Mendes (2014) sugerem que, para o enfrentamento dos desafios e problemáticas da educação, é necessário que os Institutos Federais atuem para honrar o compromisso social de promoção da educação de qualidade. A educação deve considerar a realidade dos estudantes, ou seja, deve considerar os fatores sociais que influenciam o modo como significam a escola e como conseguem ou não permanecer estudando.

A educação deve ser inclusiva e compreendida como um direito social, garantido por meio da promoção de condições de aprendizagem adequadas e do combate às formas de exclusão como o abandono escolar.

Em relação aos Institutos Federais, além da necessidade de promoção da educação de qualidade e inclusiva, é fundamental a oferta de formação transformadora e emancipatória que garanta a permanência dos estudantes das famílias trabalhadoras. Bem como, este tipo de educação possibilita a ampliação de conhecimentos, permitindo a participação cidadã em sociedade (ARAÚJO; SILVA; MENDES, 2014).

A oferta de formação no IFSC é composta por cursos de vários níveis e modalidades, sendo eles: cursos Técnicos (integrado, concomitante e subsequente), cursos ligados ao Programa Nacional de Integração da Educação Básica à Educação Profissional na Modalidade da Educação de Jovens e Adultos (PROEJA); cursos de Qualificação Profissional; cursos de Graduação (Bacharelado, Licenciatura e Tecnólogo) e cursos de Pós-Graduação Lato Sensu e Stricto Sensu (Especialização e Mestrado).

Atualmente, a autarquia federal conta com 22 Câmpus espalhados pelo estado de Santa Catarina. Dentre os Câmpus do IFSC, está o Câmpus Florianópolis Continente, localizado no bairro de Coqueiros, em Florianópolis-SC, que iniciou seus trabalhos no ano de 2006.

Em 2021, o Câmpus possuía 3.571 estudantes matriculados nos diversos cursos oferecidos, segundo a plataforma Nilo Peçanha (BRASIL, 2022). O ingresso de estudantes acontece, prioritariamente, por sorteio público. Em relação ao ensino superior, a entrada ocorre por meio do SISU e pelo vestibular unificado entre UFSC e IFSC e nos cursos de pós-graduação a entrada se dá por processo seletivo simplificado.

O público-alvo do Câmpus é composto por jovens e adultos. Seu eixo tecnológico de Turismo, Hospitalidade e Lazer é condizente com a realidade da região. O Câmpus oferta cursos de Qualificação Profissional, cursos Técnicos Subsequentes, cursos ligados ao Programa Nacional de Integração da Educação Básica à Educação Profissional na Modalidade da Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), cursos de

Graduação e cursos de Especialização.

A permanência e o êxito estudantil é um dos principais desafios enfrentados pelo Câmpus e pelo IFSC. Os conceitos de permanência e êxito utilizados neste estudo provém do Plano de Permanência e Êxito do IFSC (IFSC, 2018a), que entende que ambos só ocorrem quando o estudante consegue permanecer no curso e concluir com êxito a sua formação cidadã, profissional e tecnológica.

Segundo o Plano, a permanência e o êxito são temas complexos, dotados de diversos significados, incluindo frequência escolar e desempenho no processo formativo. O êxito na trajetória formativa estudantil está atrelado às peculiaridades do processo de ensino-aprendizagem. Neste sentido, “a permanência e êxito são ações complementares e interdependentes entre si. [...] A permanência com êxito diz respeito aos esforços educacionais enviados para a manutenção e integralização dos estudos” (IFSC, 2018a, p. 19). Do contrário, por diversas razões, quando não se dá a permanência e o êxito estudantil, ocorre o fenômeno do abandono escolar.

Consoante a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica SETEC/MEC, por meio do referencial de dados disponibilizados pelo Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC), o abandono escolar consiste na saída definitiva do estudante em determinado curso (BRASIL, 2014b).

O abandono escolar é um problema presente em toda a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e, no caso do Câmpus Florianópolis Continente, resulta em uma situação bastante preocupante, evidenciada por altas taxas de abandono escolar.

As taxas de abandono escolar são demonstradas neste trabalho por meio da apresentação de dados estatísticos. Consideramos para a apresentação dos dados estatísticos a Plataforma Nilo Peçanha e o Plano de Permanência e Êxito de 2018, devido ao período distinto do levantamento apresentado em cada fonte. Dadas as especificidades de apresentação de dados anuais da Plataforma Nilo Peçanha, os dados estatísticos extraídos serão apresentados em capítulo específico.

O Plano de Permanência e Êxito foi lançado em 21 agosto de 2018, visando “promover a permanência e êxito dos estudantes em sua oferta educativa, por meio de um conjunto de medidas que visam o enfrentamento do abandono e retenção, enquanto fatores que comprometem o atendimento da missão institucional” (IFSC, 2018a). A política em foco foi desenvolvida devido a debates anteriores, pelas orientações da SETEC e a partir da determinação do Tribunal de Contas da União (TCU).

No Plano são utilizados dados estatísticos extraídos de levantamento realizado sobre o abandono escolar referente à média geral de 2009 a 2017. A pesquisa estatística foi encomendada pela SETEC em 2017, sendo desenvolvida pela Prof.<sup>a</sup> Érica Gallindo/IFRN no contexto da Pesquisa Nacional de Egressos na Rede Federal com dados extraídos do SISTEC. Segundo essa pesquisa, é possível observar a média geral de abandono do IFSC Câmpus Florianópolis Continente e o abandono escolar no eixo Tecnológico de Turismo, Hospitalidade e Lazer, que ficaram em 54% e 52%, respectivamente (IFSC, 2018a).

O Câmpus Continente enfrentou a maior taxa de abandono do IFSC, com uma taxa média de 54% dos estudantes matriculados em 2018. Situação semelhante ocorria em outros Câmpus, fazendo do IFSC um dos Institutos Federais com maior taxa de abandono naquele momento. Ademais, o IFSC apresentou uma taxa de abandono (ou egresso sem êxito) de 44% no período de 2009 a 2017 (IFSC, 2018a).

E, além disso, optamos por não considerar na análise o ano de 2020, dadas as suas particularidades de um momento histórico de grande impacto global. A pandemia do COVID 2019 causada pelo coronavírus SARS-CoV-2 alterou o modo de vida da coletividade, inclusive o funcionamento da educação profissional e tecnológica. O Câmpus Continente enfrentou uma queda considerável nos números de matrículas durante o ano de 2020.

A partir de dados coletados na Plataforma Nilo Peçanha, em 2020, o Câmpus obteve um número de 1.765 matrículas, diferentemente dos três anos anteriores, com uma média de 2.466 matrículas efetuadas. Junto à queda do número de matrículas, houve diminuição do total de sujeitos que abandonaram os estudos no Câmpus: 345 abandonos, expressando uma taxa de 19,55%, menor que nos anos anteriores. Não sabemos quais as correlações que ajudam a explicar a diminuição da taxa de abandono durante a pandemia e pesquisas focadas nas influências específicas do período podem trazer luz ao tema.

Partindo das taxas de abandono escolar que variaram ao longo dos anos e da realidade preocupante do tema abandono escolar, delimitamos o tema da presente pesquisa. O tema da pesquisa consiste nos desafios da política de permanência e êxito do Câmpus IFSC Florianópolis Continente. Desafios neste estudo são entendidos como tudo aquilo que impossibilita, dificulta ou diminui a efetivação da política em impedir o abandono escolar antes da formação profissional e tecnológica.

Neste sentido, como detalharemos mais adiante, foram realizadas pesquisas

bibliográficas na base de dados Scielo, utilizando-se os descritores “evasão” e “educação profissional”, “permanência e êxito” e “abandono” e “educação profissional”. Neste levantamento, encontramos dez artigos publicados, os quais abordam: a) temas distintos do foco principal desta pesquisa, com discussões secundárias e breves sobre a permanência e/ou abandono escolar; b) fatores associados às causas da evasão escolar e da permanência de estudantes; c) a evasão escolar relacionada a diferentes questões, como representação social da educação, desafios, projetos de vida de jovens, políticas, perspectivas e estratégias utilizadas para o enfrentamento do abandono escolar.

Além das publicações encontradas na base de dados Scielo, analisamos outros seis artigos resultantes de pesquisas realizadas em maio de 2020 no portal da Capes e no Repositório Institucional da UFSC e UDESC.

A partir do conjunto de dados e das publicações aqui apresentadas, delineamos o problema de pesquisa desta pesquisa, sendo: “quais os principais desafios da política de permanência e êxito no IFSC Câmpus Florianópolis Continente entre 2018 e 2019?”.

Visando responder o problema de pesquisa, concebemos o objetivo geral: compreender os desafios e as principais ações da política de permanência e êxito no IFSC Câmpus Florianópolis Continente entre 2018 e 2019. O alcance do objetivo geral deu-se por meio dos objetivos específicos: a) problematizar a permanência e êxito a partir de pesquisas e publicações sobre o tema no Brasil; b) levantar dados históricos sobre a política de permanência e êxito no IFSC e, especialmente, no IFSC Câmpus Continente; c) investigar as ações realizadas e a percepção de participantes sobre a política de permanência e êxito do IFSC Câmpus Florianópolis Continente entre 2018 e 2019 e d) aplicar produto educacional com vistas à qualificação das políticas de permanência e êxito do Câmpus Florianópolis Continente.

A metodologia de pesquisa deste trabalho está embasada nos pressupostos do paradigma dialético. De acordo com Severino (2013), pressuposto teórico é a base primária ou verdade que possibilita o início das pesquisas. Segundo o autor, os pressupostos teóricos do paradigma dialético expressam conceitos importantes sobre as condições e condutas humanas. Conforme Severino (2013, p.5), no método dialético destacam-se os seguintes pressupostos:

Totalidade: a inteligibilidade das partes pressupõe sua articulação com o todo; no caso, o indivíduo não se explica isoladamente da sociedade. Historicidade: o instante não se entende separadamente da totalidade temporal do movimento, ou seja, cada momento é articulação de um processo histórico mais abrangente. Complexidade: o real é simultaneamente uno e múltiplo (unidade e totalidade), multiplicidade de partes, articulando-se tanto estrutural quanto historicamente,

de modo que cada fenômeno é sempre resultante de múltiplas determinações que vão além da simples acumulação, além do mero ajuntamento. Um fluxo permanente de transformações. Dialeiticidade: o desenvolvimento histórico não é uma evolução linear, a história é sempre um processo complexo em que as partes estão articuladas entre si de formas diferenciadas da simples sucessão e acumulação. As mudanças no seio da realidade humana ocorrem seguindo uma lógica da contradição e não da identidade. A história se constitui por uma luta de contrários, movida por um permanente conflito, imanente à realidade. (SEVERINO, 2013, p. 5).

Conforme Severino (2013), o objeto social de pesquisa, segundo o paradigma dialético, é tratado em sua amplitude complexa, influenciado por fatores articulados entre si, sendo esses sociais, históricos, políticos e econômicos.

Dessa forma, o IFSC, como objeto social, pode ser compreendido à luz desse paradigma. A partir desse entendimento, o IFSC é uma instituição inserida em diversos contextos mutáveis nas e pelas relações sociais, políticas e econômicas, expressando a contradição de uma sociedade capitalista. Os contextos se diferem dependendo da abrangência local, nacional e mundial. Diante disso, neste estudo serão utilizados os pressupostos do paradigma dialético para apreensão e interpretação da realidade social, histórica, política e econômica referente aos desafios da permanência e êxito do IFSC Câmpus Continente.

Diante dos pressupostos para pesquisas sociais, este estudo é de natureza qualitativa, “uma vez que o objeto das ciências sociais é essencialmente qualitativo” (MINAYO; DESLANDES, 2009, p. 14). Conforme Minayo e Deslandes (2009), a pesquisa qualitativa é uma abordagem que serve para acessar fenômenos da subjetividade humana, construída na realidade social.

Quanto aos objetivos, trata-se de uma pesquisa do tipo exploratória e descritiva. Utilizamos também como procedimento, a pesquisa documental para análise do Plano de Permanência e Êxito do IFSC. De acordo com Gil (2002), na pesquisa documental as fontes são documentações variadas. Os documentos são constituídos por dados primários que não receberam tratamento e análise prévia.

Para a produção dos dados, utilizamos a técnica de entrevista semiestruturada com roteiro previamente estruturado para o levantamento histórico do período de 2018 a 2019 sobre a política de permanência e êxito do IFSC e, especialmente, do Câmpus IFSC Florianópolis Continente, uma vez que os dados históricos expressam a determinação e a compreensão atual do tema. Destacamos que a pesquisa foi submetida e aprovada pelo comitê de ética em pesquisa com seres humanos sob parecer consubstanciado datado em 6 de julho de 2021.

Conforme Minayo e Deslandes (2009), a técnica de entrevista serve para apreender dados objetivos e significados sobre determinada experiência. Os dados subjetivos são construídos a partir de opiniões, valores e atitudes, etc. Segundo Lakatos (2003, p. 196), a entrevista “trata-se, pois, de uma conversação efetuada face a face, de maneira metódica”. Dessa forma, ela “proporciona ao entrevistado, verbalmente, a informação necessária”.

O público participante desta pesquisa consiste em membros da Comissão Local de Permanência e Êxito, e representantes da Gestão do Câmpus, totalizando 8 participantes. O critério de escolha dos participantes consistiu no quesito de maior experiência com a política se comparado a outros sujeitos e na representação ampliada da comunidade escolar: 3 técnicos administrativos, 1 docente, 3 membros da gestão (2 docentes e 1 técnico administrativo) e 1 estudante. As entrevistas ocorreram no período de novembro de 2021 a março de 2022.

Após a produção dos dados, realizamos o tratamento e análise das informações a partir dos fundamentos da análise de conteúdo de Bardin (1977) e da literatura pertinente ao tema. Após a análise dos resultados da pesquisa documental e das entrevistas semiestruturadas, elaboramos o produto educacional, que consiste em vídeo documental com a apresentação da síntese da pesquisa referente à política de permanência e êxito do Câmpus Florianópolis Continente entre os anos de 2018 e 2019. O objetivo consiste na disponibilização de material histórico para reflexão sobre a temática da permanência e êxito e para utilização em formação de equipes.

## **2 ABANDONO ESCOLAR E PERMANÊNCIA E ÊXITO**

A fundamentação teórica se constituirá de conceitos considerados importantes para a presente pesquisa. Primeiramente, apresentaremos reflexões sobre a associação entre os conceitos, abandono escolar e exclusão social segundo pressupostos que dialogam as concepções teóricas sobre as temáticas. Após, seguimos para a reflexão do trabalho ontológico e da educação por meio da apresentação de reflexão teórica sobre o trabalho como princípio educativo, conhecimento histórico e o trabalho na atualidade e trabalho no Turismo, Hospitalidade e Lazer, uma vez que esses temas estruturam o funcionamento da educação profissional e o fenômeno do abandono escolar.

## 2.1 Abandono escolar e exclusão social

O abandono escolar é um fenômeno complexo que significa a não conclusão dos estudos por qualquer motivo. Dessa forma, estudantes deixam de realizar suas expectativas em relação aos estudos interrompidos. As consequências do abandono escolar podem ser variadas: econômicas, sociais e acadêmicas (FRISCH, 2017). “É resultado de múltiplas causas vinculadas a fatores e variáveis objetivas e subjetivas que precisam ser compreendidas no contexto socioeconômico, político e cultural, no sistema educacional e nas instituições de ensino” (FRISCH, 2017, p. 84).

Frisch (2017) sustenta a tese de que a nossa sociedade capitalista, com condições de trabalho precárias e exploratórias, produz desigualdades sociais. A educação, atualmente, tem o papel de promover a qualificação para o trabalho. O sistema escolar, parte do contexto mais amplo da sociedade capitalista, acaba por legitimar em seu interior as desigualdades sociais.

Para Dubet (2003), as desigualdades sociais são reproduzidas pela escola. A escola reproduz, por meio dos processos e divisões, as desigualdades sociais e também cria em seu interior as desigualdades escolares.

Segundo Frisch (2017), a sociedade capitalista neoliberal produz características como concorrência e competitividade que conseqüentemente produzem individualismo. Nesse contexto, o indivíduo é responsável pela sua constante qualificação para o alcance de desenvolvimento de competências. Só que o discurso incoerente de qualificação para desenvolvimento de competências, na prática, não traz condições favoráveis para a permanência no trabalho. Segundo esse discurso, se o indivíduo é responsável pelo seu próprio desenvolvimento, também seria culpado pelo seu sucesso e fracasso.

Dubet (2003) defende que o sistema escolar atual funciona sob a ideia de meritocracia por meio de processos de hierarquização e classificação, conforme o desempenho de cada estudante. Porém, o discurso de individualização dos resultados da escolarização se mostra equivocado, já que desconsidera as condições sociais que influenciam o desempenho escolar.

Além de expressar as mazelas do sistema escolar, o abandono escolar pode demonstrar o próprio desempenho do sistema escolar e de instituições de ensino com o vislumbre de fatores e variáveis determinantes da qualidade de ensino (FRISCH, 2017).

Considerando as perspectivas citadas, entendemos que a exclusão social é

perpetuada nas escolas por meio de seus processos de hierarquização e classificação. Nesse caso, o sucesso escolar é motivado pelo esforço e pelas capacidades individuais. No entanto, numa sociedade dividida em classes existem diferenças culturais, sociais, históricas e econômicas que impactam o percurso escolar. Como exemplo, podemos citar a diversidade de experiências vivenciadas no ambiente familiar que propiciam desenvolvimentos peculiares, contribuindo ou não para avanços nas aprendizagens escolares.

Consideramos o pensamento de Oliveira (2004) para destacar que o fenômeno do abandono escolar está entrelaçado à exclusão social. A exclusão social pode conter diversos significados. Muitas vezes é um conceito utilizado para representar uma série de situações distintas que não são consideradas devidamente. Nesse sentido, o conceito de exclusão social não deve ser usado de forma generalizada para interpretação da realidade social devido à imprecisão e falta de rigor conceitual.

Sinalizamos o cuidado necessário com o uso de determinados conceitos. O conceito de exclusão social, por exemplo, não existe descolado da realidade e suas diversas influências. Oliveira (2004) entende o conceito apenas como a manifestação da realidade. O conceito por si só não explica tal realidade. A exclusão social é inexistente como conceito independente, sua produção ocorre pela e na lógica da sociedade capitalista.

Alves e Canário (2004, p. 1005) também entendem que a exclusão social é “um fenômeno de natureza social cuja origem se situa no mundo do trabalho”. Portanto, a produção do fenômeno da exclusão social se dá no contexto social que envolve o mundo do trabalho, estruturado sob o modelo econômico capitalista.

Oliveira (2004) traz um aprofundamento teórico sobre o conceito de exclusão nas diversas esferas da realidade político-social, econômico-produtiva e simbólico culturais. O autor entende que o conceito de exclusão social tem uma representação mais aproximada da realidade quando descrito no âmbito da lógica do capital:

O nível da descrição das formas de aparecimento imediato da lógica interna do sistema do capital é onde o conceito de exclusão encontra seu emprego mais adequado. No âmbito econômico-produtivo, o estágio mais evoluído das forças produtivas, aliado a modelos mais sofisticados de gerenciamento da produção, gera novas formas de desemprego, mais massivos e de longa duração, que podem ser descritas como formas peculiares de exclusão do mercado de trabalho. [...] Na esfera das relações político-sociais, todas as modalidades de não acesso aos serviços de saúde, educação, previdência, habitação, amparo legal, etc. podem ser descritas como aspectos, singulares ou acumulados, de exclusão dos direitos de cidadania. Por fim, no universo das representações simbólico culturais, todos os fenômenos que envolvem discriminações, afastamento do convívio social, estigmatizações, bem como todos os modos de

negação do acesso à cultura e ao saber sistematizado, podem, também, ser descritos como exclusões de determinados contextos de valoração e conhecimento (OLIVEIRA, 2004, p. 153-154).

Severino (1994 *apud* Oliveira, 2004) define os diversos âmbitos de relações de exclusão, sendo o âmbito das relações econômicas produtivas definidas como transformação da natureza pelo homem, as relações político-sociais são definidas pelas relações de poder e as relações simbólico culturais são caracterizadas por conhecimentos e valores humanos num processo de significação da subjetividade. Como seres históricos sociais estamos mergulhados num conjunto de relações com diferenças entre si, porém, inseparáveis (OLIVEIRA, 2000 *apud* Oliveira, 2004).

A partir do pensamento de Oliveira (2004), entendemos a ideia clara de exclusão, enquanto conceituação de maior utilidade na descrição da lógica do sistema de capital. A descrição das formas imediatas de aparecimento de aspectos do sistema de capital consiste na metodologia mais precisa para o uso do conceito de exclusão, ou seja, o conceito descritivo de exclusão tem características mais evidentes no sistema de capital. Não se trata de descrição absoluta do sistema, mas a sua forma de aparecimento imediata. No modo interpretativo, a explicação da essência do conceito de exclusão só pode ocorrer com a utilização de um referencial amplo e complexo.

Oliveira (2004) conclui que o conceito de exclusão deve ser usado como conceito geral para a interpretação da realidade social, já que a lógica de exclusão se manifesta no sistema escolar, proteção social e em sistemas de desenvolvimento científico-tecnológico, etc. Com base nos autores supracitados, ressaltamos que o conceito ligado à lógica do sistema de capital descreve, de forma mais apropriada, o conceito de exclusão social.

Arroyo (1992, p. 49) trata do enfoque reprodutivo da cultura da exclusão. Na linha desse pensamento, os fatores econômico e social reproduzem a cultura da exclusão: a “realidade econômica e social é o caldo dessa permanente reprodução da cultura da segregação e exclusão de que a cultura do fracasso escolar faz parte” (1992, p. 49).

Dubet (2003, p. 43) também problematiza o conceito de exclusão escolar sob a ótica da inexistência da neutralidade escolar, sendo a escola produtora de exclusão, atendendo anseios da lógica de mercado e funcionando segundo parâmetros mercadológicos:

O problema da exclusão nos ensina que as relações da escola e da sociedade se transformaram e que a escola perdeu sua “inocência”. Ela própria é o agente de uma exclusão específica que transforma a experiência dos alunos e abre uma crise de sentido nos estudos, às vezes até da legitimidade da instituição escolar.

A escola convida, um século após a formação da escola republicana, a nos interrogarmos sobre as finalidades da educação. Com efeito, a exclusão escolar é o resultado “normal” da extensão de uma escola democrática de massa que afirma ao mesmo tempo a igualdade dos indivíduos e a desigualdade de seus desempenhos. Nesse sentido, a escola integra mais e exclui mais que antes, apesar de seus princípios e de suas ideologias, e funciona cada vez mais como o mercado, que é, em sua própria lógica, o princípio básico da integração e da exclusão.

Bem como, a cultura do fracasso escolar associada à exclusão pode trazer sérias consequências para o educando, pois “quando o desempenho escolar é associado a fracasso escolar, provoca no educando um sentimento de incompetência” (FRISCH, 2017, p. 89).

Para Arroyo (1992), a cultura do fracasso escolar é produzida há um século pela escola enquanto instituição social e cultural, mais especificamente pela organização e estrutura do sistema escolar em um domínio seriado e disciplinar. Portanto, o fracasso escolar e exclusão escolar possuem íntima relação.

A aprendizagem exigida volta-se para lógica de cada disciplina como se houvesse um descolamento da realidade sociocultural. Temos simultaneamente a aprendizagem escolar, supostamente, compromissada com a evolução humana e com a vivência em sociedade e os resultados produzidos pela organização escolar de seriação e disciplina, demonstrando a contradição presente na organização escolar. Dentro dessa realidade, é incoerente esperarmos sucesso escolar de estudantes, ou seja, diante dessa realidade concreta não é possível esperar outro desfecho se não, a exclusão e o consequente fracasso escolar (ARROYO, 1992).

O foco não estaria no estudante enquanto problema e incapaz de acompanhar o ritmo imposto pela organização escolar. A própria organização escolar não possibilita condições concretas de sucesso para estudantes, já que desconsidera o meio social limitante. Como cita Arroyo (1992, p. 49), estudantes já “chegam a escola reprováveis”.

Pesquisas demonstram que o fracasso se alimenta da própria realidade vivida pelas classes populares, na qual para ocupações operacionais não se exige habilidades educacionais mais complexas (ARROYO, 1992).

Portanto, o foco de análise da exclusão e fracasso escolar de influência mútua não deve incluir apenas a falta ou precariedade de recursos e processos de ensino aprendizagem. A escola é uma instituição sociocultural que expressa valores, concepções e expectativas. É construída historicamente e está em interação com a cultura mais ampla. O seu funcionamento se dá por meio de relações sociais, históricas e culturais que permeiam a organização do trabalho (ARROYO, 1992).

Conforme a reflexão feita até o momento, compreendemos a ocorrência do fenômeno do abandono escolar intrinsecamente relacionado à exclusão social. O abandono escolar vincula-se à exclusão escolar num ambiente que visa preparar estudantes para o mundo do trabalho que também exclui, sem contar nas influências de outras instâncias que promovem variadas desigualdades.

A escola deveria ser uma instituição promotora de formação humana e de transmissão dos conhecimentos da humanidade, no entanto, está a serviço do modelo econômico vigente. Assim, resta-nos a expectativa de melhorias no vislumbre da realidade em constante transformação, a qual a escola faz parte. De acordo com Arroyo (1992), os movimentos sociais são fundamentais para pressões necessárias que promovam movimentos para mudança da cultura da exclusão e do fracasso escolar.

### **3 O TRABALHO ONTOLÓGICO E A EDUCAÇÃO**

Iniciando a reflexão sobre o Trabalho Ontológico e a Educação, recorreremos ao pensamento de Saviani referente ao significado da Ontologia como totalidade do ser humano. Segundo Saviani (2007), a espécie humana possui um conjunto de traços, incluindo o trabalho e a educação. O trabalho e a educação são atividades inerentes e exclusivas do ser humano. A constituição do homem permite o desenvolvimento do trabalho e da educação como forma de produção da vida.

A história da humanidade vem demonstrando, por meio da experiência da espécie humana, a transformação da natureza efetuada para atendimento das necessidades de existência. Neste sentido, na visão de Saviani (2007), a humanidade é dotada de capacidade de inteligência que permite a fabricação de objetos, ou seja, permite a transformação da natureza, adaptando-a às suas necessidades. Mas o que define o homem em sua essência? O trabalho histórico é a essência do homem, aquilo que o torna humano e com condições de manter a sua existência, sendo a essência produzida pela própria humanidade.

Dessa forma, o trabalho faz parte da constituição humana. Porém, de que forma o conjunto de técnicas e conhecimentos é transmitido para as gerações? A aprendizagem no trabalho é o processo formativo do homem. Este fato é corroborado pelo pensamento de Saviani (2007, p. 154) que diz: “a produção do homem é, ao mesmo tempo, a formação do homem, isto é, um processo educativo. A origem da educação coincide, então, com a origem do homem mesmo”.

Portanto, não havia divisão entre trabalho e educação, mas coexistência entre ambas as atividades. Contudo, no decorrer dos tempos, com a mudança das relações sociais, mais especificamente nas relações econômicas, a relação entre trabalho e educação se alterou. Em certo momento da história, o homem atingiu a evolução pelo trabalho em seu processo formativo, garantindo a própria sobrevivência. E mais, começou a produzir excedentes de produtos e a estabelecer a propriedade privada de terras. A vida foi se complexificando cada vez mais.

Para Saviani (2007), em dado momento, a educação e o trabalho coincidiram, porém, a divisão de propriedades estabeleceu classes de proprietários de terras e classes de não proprietários que trabalhavam para a manutenção da própria existência.

Dessa maneira, a divisão dos homens em classes introduziu também a separação na educação: educação intelectual para homens livres e educação fora da escola, no processo de trabalho para os não proprietários. A educação para os homens livres deu origem à escola no seu processo de institucionalização. Portanto, a produção da existência humana pelo trabalho, propiciou a separação entre educação e trabalho para atendimento das demandas do capitalismo. Essa separação reflete na divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual.

Conforme Saviani (2007), com o advento do capitalismo industrial e simplificação do processo produtivo, a relação entre trabalho e educação sofreu mudanças. A nova organização da produção determinou a reorganização das relações sociais. A revolução industrial trouxe grandes impactos na educação. Na educação, iniciou-se o atendimento de demandas produtivas, universalizando a escola. A educação concebida pela burguesia gerou a divisão dos homens no processo produtivo: profissões manuais e profissões intelectuais.

Ao refletir sobre a divisão do homem em classes de proprietários e sua reflexão na educação, concluímos que o homem se encontra dividido por sua ação no sistema educativo e no trabalho. A divisão histórica tem se mantido por meio de características próprias de cada momento histórico, perpetuando a desigualdade entre as pessoas e suas consequências subjacentes.

### 3.1 Trabalho como princípio educativo

Para refletirmos sobre o trabalho como princípio educativo, consideramos, primeiramente, a relação entre trabalho e educação no contexto atual para entendermos o que significa o trabalho como princípio educativo e suas possibilidades de emancipação para a classe trabalhadora.

Cada sociedade funciona histórica e politicamente sob determinada visão de homem e sociedade. Atualmente, a realidade de nosso país, assim como outras realidades mundiais devido à globalização e ao capital, é estruturada segundo modelo econômico capitalista neoliberal.

O sistema político atual está associado ao modelo econômico que produz e reproduz determinadas relações sociais, dividindo a população em classes com características como individualismo, competitividade, flexibilidade que favorece os meios de acumulação constantes, etc.

A educação está a serviço do modelo econômico por meio de políticas públicas, desde os conteúdos à própria organização do sistema escolar. Um sistema educacional que cria e reproduz desigualdades em seu meio e perpetua trajetórias precárias de inserção na vida em sociedade. Somente em tese, a educação tem como finalidades a preparação para participação cidadã e formação para o trabalho.

No entanto, sabemos que a educação brasileira está a serviço do modelo econômico hegemônico mundial com peculiaridades nacionais. Nesse contexto, o estudante percorre a trajetória educacional para o alcance de conhecimentos mínimos para uma possível inserção profissional no mundo do trabalho, com poucas opções de ocupações e por vezes ocupações altamente precárias ou inexistentes devido ao desemprego.

Vale salientar que não é por mero acaso ou por características individuais que estudantes estão inseridos nesse contexto desigual. A classe social atrelada ao capitalismo define quem ascenderá a patamares maiores de trabalho digno ou quem terá apenas uma formação mínima para desempenhar atividades precárias ou ainda aqueles que nem terão oportunidades de inserção no mundo de trabalho.

Portanto, o alcance de condições dignas de trabalho depende diretamente das condições materiais. Condições essas que são determinadas historicamente pelo meio social, político e econômico. Entretanto, sabemos que não existem condições materiais adequadas de existência para a classe trabalhadora. Exemplificando, sabemos que a

educação está comprometida com o atendimento das necessidades de mercado e não com a formação humana.

Dessa maneira, qual seria a saída ou, pelo menos, qual seria a alternativa possível para o vislumbre da formação emancipatória para a classe trabalhadora, já que a transformação contextual do modelo econômico pode ser utópica? A alternativa possível seria a transformação no próprio contexto da educação, recorrendo a sua autonomia. Nessa perspectiva, a educação não estaria a serviço da reprodução e produção das desigualdades, mas estaria comprometida com um projeto de sociedade voltado para a formação emancipatória, caracterizada pela vivência cidadã em sociedade.

Neste sentido, conforme defende Kuenzer (2000), é necessário um grande projeto de sociedade preocupado com a igualdade de condições de vida plena para garantia de diversos direitos. A própria transformação da sociedade pode ser possibilitada, segundo Marx, pela união entre trabalho e educação, sendo um instrumento poderoso de transformação da sociedade (NOGUEIRA, 1990).

A educação como pilar estruturante do projeto de formação humana, crítica e emancipatória possibilita a aprendizagem de conhecimentos científicos, tecnológicos e culturais, habilitando a classe trabalhadora para o desempenho de trabalhos intelectuais. Nessa perspectiva, segundo o pensamento de Marx (2011), o trabalho significa a humanização do homem e não mais um meio para alcançar um fim: a acumulação do capital.

A formação humana para a vida e trabalho se dá na articulação de diversos elementos, envolvendo o trabalho e a vida coletiva, como:

[...] a primeira socialização, a natureza das relações sociais vividas e suas articulações, incluindo a escolaridade, o acesso a informações, o domínio do método científico, a origem de classe, a duração e a profundidade das experiências laborais e sociais, o acesso a espaços, saberes, manifestações científicas e culturais, e assim por diante (KUENZER, 2000, p. 19).

Com base nesses elementos, é imprescindível a educação profissional e tecnológica fundamentada nas concepções da formação humana que permita ao cidadão o domínio intelectual da técnica e das formas de organização social (KUENZER, 2000).

Nogueira (1990) realizou estudo das obras de Engels e Marx para transmitir a concepção de educação postulada. Segundo análise das obras, Engels e Marx defenderam veemente o ensino público, universal, gratuito e obrigatório. A instrução

defendida pelos autores deveria estar ligada à realidade material da época, com estritas associações ao processo produtivo.

A educação é um modo de controle das condições do processo de trabalho. Para isso, se faz necessário a aprendizagem tecnológica com o domínio de conhecimentos científicos sob o olhar crítico da experiência pessoal de inserção no processo produtivo (NOGUEIRA, 1990).

Todavia, a ideia ingênua de expectativas relacionadas à Educação como única agente promotora de transformação social é equivocada. Já nos anos 2000, Kuenzer chamava a atenção para a necessidade de uma nova pedagogia compromissada com as transformações da sociedade, sem, no entanto, desconsiderar o contexto econômico neoliberal. Mudanças restritas à esfera pedagógica são soluções ideológicas que não consideram as condições materiais concretas relativas aos fatores econômicos e políticos que reproduzem as desigualdades sociais.

De lá para cá, a realidade não é muito diferente dos anos 2000, visto que a estrutura econômica neoliberal e acumulação do capital continua a todo a vapor, influenciando a estruturação da sociedade ao nível nacional e internacional.

Kuenzer (2000) realizou a discussão em questão sobre o caráter ideológico do discurso oficial do novo Ensino Médio para a vida. Kuenzer (2000) defende a proposta de igualdade de acesso a todas as áreas de conhecimento, onde a escola expressa as suas possibilidades ao usar diferentes tipos de mediações, visando a diminuição da desigualdade gerada pelas divisões de classes.

Kuenzer (2000) aponta ainda outra saída possível dentro do contexto estrutural econômico desfavorável para a grande maioria da população: o projeto político pedagógico, cuja definição teórica e materialização prática ocorre nas escolas. Apesar das limitações e precarização das escolas públicas, a construção coletiva do Projeto Político Pedagógico pode gerar alternativas possíveis nas condições materiais concretas (KUENZER, 2000).

### **3.2 O conhecimento histórico e o trabalho na atualidade**

O conhecimento produzido pela ciência é histórico, ou seja, é determinado pelo tempo e pelo espaço, formando sociedades distintas. O conhecimento não é absoluto, mas uma aproximação e construção da realidade. O progresso do conhecimento ocorre

com critérios de elaboração mais precisos por meio de novas pesquisas sociais que contribuem para o aperfeiçoamento de métodos (MINAYO; DESLANDES, 2009).

O objeto da ciência social é histórico, ainda que as sociedades possuam aspectos em comum, devido ao compartilhamento de informações. As situações do presente, determinadas pelo passado, influenciam o futuro constantemente. Portanto, há sempre a relação dialética entre o presente e o passado (MINAYO; DESLANDES, 2009).

Dentro dessa perspectiva, a presente pesquisa discutirá o tema da permanência e êxito de forma global, considerando dados históricos que explicam a atualidade deste tema no Brasil. Assim, a pesquisa tratará com concretude o tema, aproximando-se da realidade mutável. A aproximação da realidade é possibilitada pela reflexão histórica e atual da educação profissional e tecnológica, possibilitando visualizar as contradições envolvidas.

Segundo Konder (2008, p. 7), a dialética “é o modo de pensarmos as contradições da realidade, o modo de compreendermos a realidade como essencialmente contraditória e em permanente transformação”.

O homem possui a capacidade de conhecer a realidade de forma global, pois o conhecimento humano é totalizante. As pessoas percebem ou criam algo, baseadas numa visão total da realidade, com suas partes interligadas. Elas elaboram constantemente sínteses, mas a apreensão nunca é idêntica à realidade, mas traduz apenas a estrutura significativa (KONDER, 2008).

Ainda que exista o conhecimento humano totalizante, geralmente, as condições atuais de trabalho são alienantes, voltadas para a garantia de lucratividade, segundo o sistema capitalista. Tais condições estão presentes em diferentes setores da economia e influenciam diretamente a permanência e êxito da classe trabalhadora.

Conforme mostra Konder (2008), dialogando com a obra de Marx, a categoria trabalho é constituída por contradições e permanentes transformações. O trabalho é a transformação da natureza pelo homem. Nesse transformar, o homem transforma a si mesmo, criando-se, humanizando-se.

Com base na obra clássica de Marx (2011), o trabalho é atividade humana consciente, intencional, idealizada e planejada previamente para o alcance de determinado fim. É um processo influenciado pelo meio social, histórico e econômico. No processo produtivo existe o trabalho em si, o objeto e o meio. O início do processo se dá com a matéria-prima como objeto já manejado por trabalho humano. O meio é o campo oferecido para que a atividade de trabalho ocorra, sendo, por exemplo, a própria

terra e os meios manejados pelo trabalho humano. No final do processo de trabalho, a classe trabalhadora transforma o objeto em produto útil pela utilização de diversos instrumentos de trabalho.

O processo de trabalho, segundo Marx (2011), é composto pela classe trabalhadora, pela classe proprietária dos meios de produção e pelos meios de produção. A classe proprietária detém os fatores necessários para o processo de trabalho: os meios de produção e a força de trabalho. O trabalho da classe trabalhadora pertence e é controlado pela classe proprietária. A classe trabalhadora vende a sua força de trabalho análoga a uma mercadoria, ou seja, a sua força de trabalho é consumida pela classe proprietária. A força de trabalho é caracterizada pelo tempo despendido para a fabricação de determinado produto.

Antigamente, o homem trabalhava para subsistência ou por trocas equivalentes de valor, mas por produtos de utilidades diferentes. Nesse processo, o valor estava relacionado a trocas de produtos. Dito de outro modo, num sistema de troca, o processo de trabalho se apresenta de modo diferente: a classe trabalhadora recebe por aquilo que de fato produziu e procura apenas suprir suas necessidades. No decorrer dos tempos, porém, instaurou-se o modelo econômico capitalista, caracterizado pela acumulação e pelo lucro, proporcionado pela expropriação da força de trabalho (MARX, 2011).

Considerando a obra de Marx em associação com a realidade atual do Brasil, constatamos que a classe trabalhadora mal consegue sobreviver com os resultados econômicos do seu trabalho. A remuneração nem sempre é suficiente para suprir as necessidades básicas de alimentação e moradia. A classe proprietária vai além da realidade de sobrevivência num regime de acumulação de capital (MARX, 2011).

Refletindo a partir da obra de Marx (2011), há uma relação desigual entre a classe trabalhadora e a classe proprietária, em termos de apropriação dos resultados e de condições de trabalho. No capitalismo, a classe trabalhadora precisa trabalhar mais para produzir mais, gerar um excedente maior e, conseqüentemente, a mais-valia, isto é, a retirada de mais valor do produto. Nas palavras de Marx (2011, p. 179):

Nosso possuidor de dinheiro, que ainda é apenas um capitalista em estado larval, tem de comprar as mercadorias pelo seu valor, vendê-las pelo seu valor e, no entanto, no final do processo, retirar da circulação mais valor do que ele nela lançara inicialmente.

Contraditoriamente, no sistema capitalista, a classe trabalhadora vai produzir mais, todavia não vai receber mais pelas horas extras trabalhadas para produzir

excedentes. Quem vai receber pela produção excedente será a classe proprietária que não participou da produção das mercadorias (MARX, 2011).

Nessa perspectiva, percebemos que tais condições desiguais de trabalho servem para girar a roda da economia capitalista, favorecendo muito mais a classe proprietária do que a classe trabalhadora. Assim, a classe operária, que enfrenta dificuldades de suprir a própria sobrevivência, terá dificuldades para alcançar o desenvolvimento humano.

Segundo Konder (2008), o mesmo trabalho que proporciona desenvolvimento humano, pode gerar sofrimento, já que, nesse caso, é significado de forma deformada. A deformação se origina na divisão social do trabalho, na apropriação privada dos meios de produção e no surgimento das classes sociais.

Há uma contradição social, forjada pela submissão da força de trabalho de uns sob o domínio de outros. Nessa situação, a classe trabalhadora não domina as condições e os resultados do seu próprio trabalho. A ausência de apropriação do produto do trabalho é entendida como alienação. O homem não se apropria e se liberta com a sua criação (KONDER, 2008).

Diante disso, com base na sociedade capitalista dividida em classes sociais, o mesmo trabalho desempenhado de formas diferentes pode significar tanto humanização como alienação humana. Portanto, entendemos que a classe trabalhadora em alienação não está consciente das condições e resultados do seu trabalho, ou seja, não possui uma visão global da realidade do processo produtivo devido às condições de trabalho ligadas ao sistema capitalista.

As características do trabalho no sistema capitalista sofreram mudanças ao longo do tempo e são atualmente distintas do movimento inicial do capitalismo industrial, pois, conforme Antunes (2014), a configuração da classe trabalhadora vem mudando. O avanço de tecnologias e a utilização de novas máquinas diminuiu postos de trabalhos, porém, aumentou diferentes demandas laborais. As fortes mudanças no capitalismo influenciam a morfologia do trabalho no Brasil, que apresenta um desenho multifacetado, sendo, segundo Antunes (2014, p. 50), uma:

Nova morfologia que, no Brasil, compreende desde o operariado industrial e rural, até os assalariados de serviços, os novos contingentes de homens e mulheres terceirizados, subcontratados, temporários que se ampliam. Nova morfologia que presencia a ampliação de novos proletários do mundo industrial, de serviços e da agroindústria, de que são exemplos as trabalhadoras de telemarketing e call center, das tecnologias de informação e comunicação que se desenvolvem na era digital, além dos digitalizadores que laboram nos bancos, dos assalariados do fast food, dos trabalhadores jovens dos hipermercados, dos

motoboys que morrem nas ruas e avenidas, usando suas motocicletas para transportar mercadorias etc. E essas distintas modalidades de trabalho vêm desempenhando um papel de destaque, não só na agilização da circulação de informações, vital para a reprodução do capital, como também no desencadeamento de novas lutas sociais e sindicais.

Dessa forma, a respeito da morfologia atual do trabalho, Antunes (2014) conclui que os tipos de trabalhadores fazem parte das forças sociais que reproduzem a mais-valia e a valorização do capital. Existem variáveis distintas e semelhanças que unem a classe trabalhadora. Variam conforme gênero, etnia, geração, espaço, qualificação, nacionalidade, etc. Esse sistema de produção homogeniza trabalhadores por meio das condições precárias de trabalho, presentes no Brasil e no mundo.

Essa é uma realidade tanto do Brasil como do mundo, com influência em níveis locais e regionais e em setores como o turismo, hospitalidade e lazer, para os quais são voltadas as ofertas de cursos de formação cidadã, profissional e tecnológica do IFSC Câmpus Florianópolis Continente.

### **3.3 O trabalho no turismo, hospitalidade e lazer**

Evidenciamos, mediante dados estatísticos, a precarização do trabalho associado às especificidades da economia do turismo no Brasil, no estado de Santa Catarina e na cidade de Florianópolis, bem como, notamos as influências das condições do sistema capitalista.

Segundo pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), publicada em 2015, em 2013 os empregos em atividades turísticas representavam 1.938 milhões de ocupações no Brasil. Dessas ocupações, a classe trabalhadora formal era de 51% do setor e 49% eram informais, demonstrando a informalidade como uma característica do turismo. Os empregos em atividades turísticas representavam 2,2% da ocupação da economia do país. As ocupações informais e formais se mostraram distintas conforme cada região do Brasil.

No setor formal do ramo empregatício do turismo, os homens eram a maioria, com idade entre 25 e 49 anos, com formação de nível médio ou superior incompleto. Além disso, eles recebiam uma remuneração 43% maior que as mulheres. Esses trabalhadores recebiam até dois salários-mínimos e trabalhavam mais de quarenta horas semanais, mais que os outros setores da economia em quase todas as regiões. Somente na região norte, a porcentagem é praticamente a mesma (IPEA, 2015).

Relacionado ao gênero, existem algumas diferenças de inserção no mundo do trabalho na área do turismo. Além da superioridade salarial dos homens em comparação com as mulheres, há diferenças quanto a natureza de cada cargo. As mulheres estão comumente inseridas em categorias ligadas as atividades que demandam habilidades adquiridas na vivência doméstica, como se pode notar em dados da pesquisa de Kilbert e Moesch (2014, p. 15):

Em relação a gênero, evidenciou-se que as mulheres ocuparam principalmente postos de trabalho nas ACT's de Alojamento (60%), Agências de viagens (47%) e Alimentação (46%) em 2000, e, em 2010 esse cenário se altera pouco. Pode-se notar que sempre houve uma predominância feminina no segmento de Alojamento, Agência de Viagens e Alimentação, que pode ser em virtude de que algumas ocupações, tais como camareira, cozinheira, recepcionista e atividades referentes à limpeza dentre outras, historicamente, serem preenchidas por mulheres, devido às habilidades herdadas da vida doméstica. Já os cargos relacionados ao transporte (motoristas, taxistas, pilotos, entre outros) historicamente são ocupados, majoritariamente, por homens.

Em todas as regiões, a classe trabalhadora do ramo do turismo recebia, em 2013, remuneração média de R\$ 1.511,00, valor abaixo da média de outros setores da economia. De forma geral, o salário do ramo é pouco atrativo e menor que o dos outros setores. No Nordeste, esta taxa era ainda pior, sendo 28% menor que nas outras regiões. Entre os informais, a média de remuneração era maior que a média nacional. No sul do país, os informais recebiam remuneração média de R\$ 1.658,00, sendo um valor maior que os outros setores da economia. A maioria dos 48% dos trabalhadores informais da área possui escolaridade até o quinto ano do ensino fundamental. Além disso, a soma desses trabalhadores com pessoas do nono ano do ensino fundamental, representa 60% do total de informais (IPEA, 2015).

Em 2020, o litoral de Santa Catarina recebeu, na temporada de verão, milhares de turistas de nacionalidade brasileira. De acordo com uma pesquisa da Federação do Comércio de Santa Catarina (FECOMERCIO, 2020), a maioria desses turistas (82%) eram brasileiros e 17,8% estrangeiros, com uma queda destes últimos em comparação aos anos anteriores. Essa realidade foi influenciada pelo contexto da pandemia, que demandou o fechamento de fronteiras e restrições de deslocamentos e aglomerações.

Em 2019, o setor de turismo de Santa Catarina recebeu mais de 16 milhões de turistas. Segundo dados de pesquisa da Fecomércio e Santur (Agência de Desenvolvimento do Turismo de Santa Catarina) de 2018 e 2020, a economia movimentada pelo turismo em Santa Catarina representava no país 3,7% do PIB brasileiro e 12% do PIB estadual em 2019. “Segundo a World Travel & Tourism Council

(WTTC), o setor de Viagens & Turismo movimentou 10,4% do PIB mundial e mais de 319 milhões de empregos em 2018” (WTTC 2019 *apud* SANTUR, 2020, p. 10). Como se observa, o turismo é importante para a economia do estado, em especial para o litoral de Santa Catarina.

Em Florianópolis, o auge da demanda turística acontece no verão, no período de dezembro a fevereiro. Segundo informações do Portal de notícias Sul in Foco de 2019, sobre pesquisa encomendada pelo Ministério do Turismo, dentre as cidades do Brasil, Florianópolis foi o destino turístico que mais recebeu turistas estrangeiros em 2018.

Na temporada de verão dos anos de 2019 e 2020, a maioria dos turistas que visitou Florianópolis foram brasileiros e, destes, a maioria veio de estados como Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, entre outros (FECOMÉRCIO, 2020).

A economia local de Florianópolis é grandemente voltada para o turismo, devido às características geográficas da região. O turismo é defendido na região por ser visto como fonte principal de emprego e renda, visto que o setor industrial não é preponderante. É como se a região tivesse um talento natural para o turismo, devido às suas belezas naturais. No entanto, Florianópolis é uma cidade administrativa e comercial (OURIQUES, 2007).

Segundo Ouriques (2007), o ramo empregatício turístico em Florianópolis se caracteriza pela precarização, flexibilização do trabalho e desemprego. Esse ramo vem se expandindo na informalidade, sendo umas das características estruturais do turismo.

Além da informalidade envolvida, as remunerações são muito baixas, se comparadas a outros ramos da economia (OURIQUES, 2007). De fato, segundo pesquisa do IPEA, a remuneração do setor formal estava abaixo da média da economia, mas o setor informal apresentou uma remuneração acima da média nacional de outros setores. Entretanto, a informalidade não é somente uma característica que ocorre em Florianópolis, mas em todo o Brasil, conforme mostra a pesquisa do IPEA (2015).

A remuneração baixa é um fator limitante que pode desestimular as pessoas a buscarem qualificação profissional, em função da impossibilidade de avanços a patamares acima da média salarial, assim como pode gerar desmotivação para que o estudante permaneça e conclua o curso técnico, de qualificação ou curso superior.

No turismo informal, a classe trabalhadora possui escolaridade baixa, porém, consegue uma remuneração um pouco maior, apesar de ficar sem uma série de direitos trabalhistas e sem um amparo mínimo por parte do estado. No turismo formal, a classe

trabalhadora possui maior escolaridade, porém a remuneração está abaixo da categoria informal. Essa realidade traz impactos diretos sobre a qualificação profissional.

Outra característica pouco atrativa do ramo é o seu caráter sazonal, visto que há períodos de aumento e diminuição da demanda turística. Nos períodos de diminuição da demanda, ocorrem muitas demissões. As condições de trabalho também são rigorosas e as jornadas de trabalho são grandes (OURIQUES, 2007). Essa característica de sazonalidade no ramo empregatício do turismo é confirmada por dados da pesquisa IPEA de 2015. Segundo dados da pesquisa, 42% dos trabalhadores estava há menos de 12 meses no trabalho, sendo esse índice maior do que o índice da economia nacional. Esse índice de instabilidade no emprego teve um aumento de 38% em 2006 para 42% em 2013.

Em síntese, atualmente, o turismo possui características importantes na realidade do trabalho no setor em âmbito nacional, estadual e municipal, como a informalidade, sazonalidade, baixa remuneração e pouca escolaridade da classe trabalhadora da categoria formal. Essas características revelam uma maior precarização do trabalho no setor em comparação a outros setores da economia.

Conforme Kilbert e Moesch (2014), o turismo está contido no contexto do capitalismo e não escapa das contradições do próprio sistema de produção e reprodução do capital. Dessa forma, por mais que apresente grandes benefícios para a economia de diversos municípios, traz também a degradação à comunidade receptora, considerando os aspectos sociais, ambientais, culturais, político-institucionais e econômicos.

O turismo carrega em si uma complexidade difícil de se apreender em sua totalidade na faceta da economia. A classe trabalhadora desse ramo não usufrui da produção de riqueza de seu trabalho, isto é, devido às condições precárias de trabalho, não consegue aproveitar períodos de lazer que fazem parte da existência humana. São pessoas que trabalham nas horas de lazer de seus consumidores. Pessoas que não são apenas trabalhadores, mas pessoas totais (KILBERT; MOESCH, 2014).

Desse modo, a realidade do trabalho ao nível mundial e nacional, assim como, as peculiaridades da economia de Florianópolis são influências externas que impactam o tema da permanência e do êxito no Câmpus Continente.

Apontamos que apesar dos impactos negativos gerados pelo turismo, existe a discussão atual sobre o turismo sustentável como o Turismo de Base Comunitária, trazendo impactos positivos “sem prejudicar a cultural local, gerando emprego e

integrando a comunidade junto ao turismo. De modo que, o fortalecimento da comunidade faz com que a economia local não fique fragilizada, obtendo recursos e melhoria na qualidade de vida” (LIMA; ANJOS, 2020, p.7).

#### **4 PESQUISAS SOBRE PERMANÊNCIA E ÊXITO**

Realizamos revisão bibliográfica, em novembro de 2019, referente a 10 artigos publicados na base de dados Scielo, utilizando os descritores “evasão e educação profissional”, “permanência e êxito” e “abandono e educação profissional”. Cada artigo foi analisado e selecionado a partir das principais problemáticas associadas ao tema da permanência e êxito no Brasil.

Em maio de 2020, fizemos o segundo levantamento para identificação da produção sobre o tema permanência e êxito, no Portal da Coordenação e Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e no Repositório Institucional da UFSC e UDESC para a identificação de trabalhos sobre permanência e êxito no IFSC e no Câmpus Continente.

Realizamos o levantamento no site da CAPES com a utilização dos descritores “Permanência e Êxito” e “Educação Profissional”. Esses descritores foram utilizados para a seleção de trabalhos que tivessem aproximação com o objeto de estudo. Na seleção dos trabalhos com os descritores, fizemos a análise do título dos trabalhos, resumos, palavras-chave e, posteriormente, analisamos o texto completo. Essa busca resultou em trabalhos que abordam os limites, desafios, necessidades de melhorias e avanços sobre o enfrentamento do problema do abandono escolar na educação profissional e tecnológica.

As análises realizadas a partir da revisão bibliográfica, na Scielo, no Portal da Coordenação e Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e no Repositório Institucional da UFSC e UDESC, serão aqui apresentadas em suas relações de semelhanças e diferenças.

Iniciando a apresentação das principais problematizações encontradas nos artigos das bases de dados Scielo e Capes, faz-se necessário abordar a constituição da problemática do abandono escolar na educação brasileira.

Na visão de Dore e Luscher (2011), no estudo sobre a permanência e abandono escolar no ensino técnico em Minas Gerais, o problema se inicia no acesso ao ensino técnico, já que ocorre o abandono e o fracasso escolar na educação básica. Portanto, o

abandono e a permanência são temas interligados tanto à educação técnica como à educação básica. Deste modo, é imprescindível a compreensão de fatores como acesso, abandono e permanência no ensino básico que influenciam a problemática no ensino técnico.

Desta forma, o problema possui grande abrangência, iniciando na educação básica e perpassando o país inteiro. Assim, são necessárias ações na educação básica como forma de prevenção e resolução do problema do abandono escolar no ensino técnico.

Portanto, para se obter maior compreensão acerca do tema e para se pensar em ações efetivas, são fundamentais pesquisas focadas nos principais sujeitos das escolas de nível médio: os jovens. Silva, Pelissari e Steimbach (2013) problematizam fatores associados à permanência e ao abandono escolar de jovens como os significados que atribuem à escola e os motivos para permanência, mesmo quando não veem sentido ou quando estão abandonados na própria instituição.

Como mostram Silva, Pelissari e Steimbach (2013), pesquisas focadas nos jovens precisam estar interligadas a outros elementos envolvidos, como a instituição e a economia.

Além disso, é necessário olhar para a formação da identidade, construída em diversos espaços, tempos e relações sociais. Nesse sentido, as pessoas não estão prontas e acabadas, mas estão em constante mudança, transformando-se por meio das variadas interações sociais que estabelecem, construindo a identidade, dando sentido à vida e atribuindo significados para as experiências (SILVA; PELISSARI; STEIMBACH, 2013).

Destacamos também detalhes da pesquisa de Sales e Vasconcelos (2016) sobre os fatores ingresso e permanência estudantil, marcados pela vontade de entrar no ensino superior e no mundo do trabalho e pelas peculiaridades que vão ocorrendo na vida de cada um.

Os jovens compreenderam a realidade do mundo do trabalho como competitiva e excludente para moradores da periferia. A população da periferia também convive com o desemprego, precarização e grande vulnerabilidade dos empregos. Geralmente, enfrentam situações que não estavam nos seus projetos pessoais, como a informalidade e ilegalidade empregatícia. Por mais que o ensino seja massificado e globalizado, existem jovens que não conseguem materializar os resultados que esperam, ou seja,

não conseguem atingir uma posição que poderia ser proporcionada pelo título adquirido (SALES; VASCONCELOS, 2016).

Silva e Jorge (2018) também realizaram pesquisa, privilegiando a fala de jovens, discutindo a grave problemática do abandono escolar no ensino médio. As discussões refletem o abandono escolar associado ao sentido ou legitimidade atribuída à escola. Desse modo, no ensino médio profissional técnico é primordial realizar a escuta dos estudantes, pois estão diretamente envolvidos no processo. Diante desse panorama, Silva e Jorge (2018) procuraram compreender os motivos para o abandono ou permanência escolar na fala de estudantes do PROEJA. A metodologia implantada buscou responder questões sobre sentidos e significados atribuídos à experiência escolar de jovens e adultos e como essas questões se articularam com a opção de abandonar ou permanecer na escola.

Para Silva, Pelissari e Steimbach (2013), existe a contradição entre as altas taxas de abandono escolar e a defesa da importância da escola para jovens. Segundo os autores, é importante ponderar se é o caso da ocorrência de: “esvaziamento de sentido da escola ou se não seria melhor reportamo-nos a um *deslocamento* de significado do processo de escolarização em direção às questões postas pelo universo juvenil na atualidade” (SILVA; PELISSARI; STEIMBACH, 2013, p. 406).

Outro artigo encontrado discute a educação como objeto de representação social, porém, para um público bem peculiar: a classe trabalhadora rural da reforma agrária. O trabalho do dia a dia de expropriação traz dificuldades para o retorno aos estudos e para o envolvimento profundo na dinâmica escolar. A falta de continuidade dos estudos ou baixa frequência escolar, segundo as falas dessas pessoas, está relacionada ao cansaço físico do trabalho e problemas de visão agravados com a precária iluminação da escola. Essa realidade de condições de aprendizagem é semelhante à das turmas de EJA implantadas nos assentamentos de reforma agrária do país (AZEVEDO, 2011).

Silva, Pelissari e Steimbach (2013) problematizam também a falta de reflexão envolvida com a expansão do ensino técnico sob a ideia de democratização do ensino e favorecimento do mercado de trabalho.

De forma semelhante, Figueiredo e Salles (2017) constatarem que a educação profissional técnica é embasada em conhecimentos e modelos econômicos, criando necessidades que influenciam o mercado de trabalho. Portanto, é um ciclo em que conhecimentos e modelos econômicos embasam práticas que atendem demandas econômicas legitimadas pelo governo e por empresários por meio de cursos para o

desenvolvimento do país e elevação da escolaridade da classe trabalhadora. A expansão da rede de educação profissional e tecnológica tem, portanto, este intuito de atender às necessidades da economia local e regional, e aumentar a produção científica, qualificando a classe trabalhadora.

Diferentemente dessa visão, Dore e Luscher (2011) focam nos fatores positivos proporcionados pela expansão. Dore e Luscher (2011) entendem que o ensino técnico tem apresentado evoluções, como a sua expansão, o aumento de oportunidades de formação profissional e a inserção no mundo do trabalho, possibilitando a democratização do ensino técnico.

Apesar dos avanços, é preciso materializar a expansão do ensino técnico, identificar quais são as oportunidades de trabalho e como ocorre a inserção de estudantes no mundo do trabalho. Seus efeitos positivos podem demonstrar a qualidade de ensino, proporcionada pela democratização do ensino técnico.

Entretanto, conforme Dore e Luscher (2011), o ensino técnico está estritamente ligado ao atendimento de demandas da economia, servindo ao sistema capitalista. Nessa lógica, estudantes acessam a formação, especialmente, para o desempenho profissional e não para a formação humana e desenvolvimento da cidadania.

Segundo Figueiredo e Salles (2017), apesar dos investimentos na educação profissional parecer algo positivo, é necessário refletir as suas reais implicações para a formação e inserção profissional de estudantes.

Nesse sentido, o foco de discussões deve conter aspectos centrais e importantes, que proporcionem um ensino de qualidade, como o currículo, o posicionamento dos estudantes, a cultura escolar e a gestão da escola pública. Além disso, as altas taxas de abandono escolar precisam ser enfrentadas para a expansão da educação profissional ser acompanhada de qualidade social (SILVA; PELISSARI; STEIMBACH, 2013).

Além disso, a democratização, associada ao abandono e permanência do ensino técnico, também está ligada à falta de informações sobre o tema. Até mesmo o MEC, por meio do Censo Escolar, produz dados insuficientes sobre o abandono escolar do ensino profissional e do ensino básico. Ainda são poucos os conhecimentos relativos a esta problemática e, conseqüentemente, a sua resolução (DORE; LUSCHER, 2011).

Nessa perspectiva, são fundamentais pesquisas sobre a compreensão da problemática do abandono escolar em toda a sua complexidade, com suas múltiplas causas e conseqüências para a efetivação de ações. Assim, Figueiredo e Salles (2017) defendem a realização de pesquisas com diversos indicadores (abandono escolar,

permanência e êxito, formação docente e infraestrutura da escola) para saber se os programas governamentais educacionais estão sendo realmente efetivos.

No entanto, para compreender o abandono escolar, a permanência e êxito, a formação docente e a infraestrutura da escola, pesquisas de cunho estritamente quantitativo são insuficientes, pois permitem, geralmente, uma análise superficial e vaga que pode esconder características essenciais do objeto de estudo.

De forma similar, referente à importância da pesquisa qualitativa, citamos o levantamento realizado por Sales (2014) sobre fatores associados ao abandono e à permanência junto à estudantes que abandonaram ou concluíram a formação técnica entre os anos de 2006 e 2010 em 37 instituições da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica de Minas Gerais. Sales (2014) realizou a pesquisa utilizando métodos para a investigação sobre o abandono e permanência sob uma visão holística. Segundo ela, estudos sobre essa problemática servem para subsidiar intervenções que proporcionem condições para a conclusão do ensino.

Sales (2014) analisou fatores individuais e institucionais que influenciam o desempenho de cada estudante e a sua trajetória na instituição. Para a exploração dos fatores abandono e conclusão, foi utilizado questionário estruturado sobre as trajetórias na formação técnica e dez grupos focais.

Figueiredo e Salles (2017) voltam-se para as influências da economia e da escola no abandono escolar. As ações voltadas apenas para a escola nem sempre vão diminuir o abandono, já que a problemática é influenciada também pelo sistema econômico.

Dore e Luscher (2011) entendem as causas do abandono escolar na sua totalidade. A avaliação do problema do abandono escolar é muito complexa, devido às diversas causas relacionadas, conceitos imprecisos e diversas situações que podem ser consideradas abandono escolar. Por isso, essa avaliação requer a análise das particularidades e das inter-relações das variáveis individuais, institucionais e sociais.

Para Moreira, Lambert e Castro (2018), o trabalho é uma categoria central que influencia grandemente o abandono estudantil. Algumas das principais causas identificadas são: a dificuldade em conciliar trabalho e estudo, e as dificuldades no processo de ensino-aprendizagem. Esses alunos possuem baixo nível socioeconômico e precisam trabalhar para contribuir com a sobrevivência da família, mas acabam enfrentando dificuldades em conciliar estudo e trabalho.

Outras causas foram identificadas como motivadoras do abandono, como as deficiências no processo ensino-aprendizagem, a falta de incentivo por parte de

docentes, a distribuição das disciplinas no currículo escolar, o excesso de conteúdo, o baixo rendimento nas disciplinas, a frustração frente aos desafios impostos pelo meio escolar, os problemas de saúde e a gravidez durante o curso (MOREIRA; LAMBERT; CASTRO, 2018).

No PROEJA, também há elevadas taxas de abandono escolar, apesar de não existir dados consolidados. Segundo informações da SETEC e de instituições ofertantes do programa, no PROEJA ocorre aquilo que vem acontecendo na EJA, isto é, a permanência nos cursos é um problema devido a diversos fatores, como: material didático inadequado para a faixa etária, conteúdos sem significados, metodologias infantilizadas aplicadas por docentes e em horários de aula que desconsideram a realidade de pessoas que estudam e trabalham. No PROEJA, assim como na EJA, ocorre a lógica perversa que considera este ensino como compensatório e como um ensino pobre/barato voltado para pessoas consideradas pobres (MOURA; HENRIQUE, 2012).

Diante dessa realidade, é necessária uma maior atuação do governo para promover condições de permanência e êxito estudantil. O problema do abandono escolar é complexo e aponta para a relevância de identificar causas, visando estratégias institucionais definidas e políticas que promovam a permanência e êxito estudantil (MOREIRA; LAMBERT; CASTRO, 2018).

No entanto, a prevenção e a resolução do abandono escolar demandam soluções complexas e difíceis de operacionalizar, que necessitam da participação de diversos agentes sociais (DORE; LUSCHER, 2011). Notamos essa dificuldade no estudo de Figueiredo e Salles (2017), assim como em diversas outras pesquisas, que demonstram que projetos e ações efetivadas para combater o abandono têm sido insuficientes (FIGUEIREDO; SALLES, 2017).

Dessa forma, a promoção da permanência e êxito estudantil da Rede Federal é um tema complexo envolto de desafios, limites e necessidades de melhorias para efetivação da política.

Como exemplo de limites e avanços relacionados ao tema, trazemos o estudo de Cunha (2019) que evidenciou avanços na sensibilização da educação inclusiva na Rede Federal para a inclusão de estudantes com Necessidades Educacionais Especiais (NEE). No entanto, há a necessidade de ampliação de programas associados, visando a garantia do acesso, da permanência e da conclusão com êxito para estudantes com Necessidades Educacionais Especiais.

Cunha (2019, p. 9) traz dados que indicam a contribuição de diversas melhorias na inclusão de estudantes devido à implantação do Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Especiais (NAPNE) como a “quebra de barreiras arquitetônicas e atitudinais, na compra de equipamentos e materiais didáticos específicos [...]” e “estimulou a produção de pesquisas e a produção de tecnologias assistivas, possibilitando a ampliação dos debates sobre a educação inclusiva”.

Entretanto, apesar dos avanços na política, há também limites na consolidação da educação inclusiva:

Número reduzido de matrículas de pessoas com deficiência, fator relacionado, à dificuldade de acesso, pois o ingresso ocorre por meio de processo seletivo e muitas instituições ainda não possuem um sistema de cotas para atender a estes alunos [...] dificuldades na falta de estrutura física, material, recursos humanos e financeiros (CUNHA, 2019, p. 10)

Dessa maneira, apesar da sensibilização alcançada para a educação inclusiva, ainda são necessários investimentos em formações continuadas para docentes, capacitação e contratação de profissionais com a devida qualificação para trabalhar com esse público. O objetivo dos investimentos é contribuir com as mudanças de atitude e com a prática efetiva da inclusão. Para a consolidação da política de educação inclusiva na rede federal, deve haver ações conjuntas, em rede, voltadas para a valorização do NAPNE. Além disso, a política de inclusão deve acontecer de forma articulada e intersetorial, abarcando as várias dimensões da vida humana e garantindo o exercício da cidadania e dos direitos humanos (CUNHA, 2019).

Enfim, para que ocorra de fato a inclusão na escola é necessário o atendimento de alguns fatores como a sensibilização e o compromisso para a revisão de políticas e ações pedagógicas. O maior desafio para isto acontecer é uma educação inclusiva que promova a preparação de estudantes com deficiência para ingressar no mundo do trabalho. Também, são necessárias outras ações, como a revisão da instituição, incluindo os processos avaliativos de ingresso, currículos e concepção de educação profissional e tecnológica. A educação profissional inclusiva deve estar fundamentada em uma formação humana e integral, entendendo o trabalho em seu princípio educativo (CUNHA, 2019).

Ferreira *et al.* (2013) também evidenciaram a necessidade de avanços para o combate ao abandono e à reprovação na Rede Federal. A necessidade de avanços do ensino técnico federal consiste na criação de novos institutos, novos cursos nas instituições existentes, na instalação de novos laboratórios e equipamentos, na melhoria

da infraestrutura, no aperfeiçoamento dos procedimentos pedagógicos, na contratação de docentes e no uso de ferramentas complementares de acompanhamento do desempenho de estudantes (FERREIRA *et al.*, 2013).

Apesar do enfrentamento do abandono escolar necessitar de avanços para a sua solução, existem ações efetivas para a promoção da permanência estudantil, ainda que sejam ações determinadas por regulamentos de política, conforme estudo de Reis e Gonçalves (2018).

Reis e Gonçalves (2018) resgataram a evolução do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e da Política de Assistência Estudantil em um Instituto Federal, analisando o perfil socioeconômico de discentes contemplados no Programa de Promoção à Permanência. Os resultados evidenciaram que o programa oferece atendimento para o perfil estabelecido pelo PNAES, que visa a igualdade de oportunidades para estudantes, ou seja, foram atendidas as pessoas em vulnerabilidade socioeconômica. O perfil discente contemplado pelo Programa são pessoas adultas com idade superior a 18 anos, do gênero masculino, residentes de área urbana, provenientes da rede pública de ensino, com renda *per capita* inferior ao valor de um salário-mínimo e meio, estando a maioria fora do mundo do trabalho formal e buscando capacitação.

Dessa maneira, Reis e Gonçalves (2018, p. 393) trazem que para tais discentes: “o benefício ofertado equivale a um auxílio importante, que busca sanar as condições socioeconômicas desfavoráveis dos discentes e que, de fato, auxilia em sua permanência no curso e na conclusão desse”. Além desses benefícios tão necessários para a permanência e êxito discente, é importante que os docentes sejam qualificados, participando de formações continuadas.

Considerando os limites e desafios relacionados à efetivação da política de permanência e êxito nos Institutos Federais, utilizamos o pensamento de Moura e Henrique (2012), entendendo que a garantia de acesso, permanência e conclusão dos estudos na educação básica politécnica ou tecnológica com qualidade e universal na faixa etária regular, independentemente da condição socioeconômica, é um desafio e uma utopia necessária.

Sintetizando os elementos das pesquisas sobre abandono escolar, problematizados até o momento, identificamos que o fenômeno já se inicia no ensino básico. Com a democratização do ensino e favorecimento do mercado de trabalho, a formação de jovens tornou-se uma educação, restrita, para o desempenho profissional e

não para a formação humana. Portanto, é importante atentar-se para a configuração da formação e inserção profissional de estudantes.

A formação integral com ensino de qualidade é favorecida por discussões sobre temas como currículo, posicionamento de estudantes, gestão e cultura escolar. Além disso, para o alcance da educação profissional e tecnológica de qualidade social é necessário o enfrentamento da problemática do abandono escolar.

Dessa forma, são necessárias pesquisas que permitam compreender, contextualmente, a complexidade do problema do abandono escolar, causado por fatores institucionais, individuais e externos. Pesquisas qualificadas, envolvendo toda a complexidade do abandono escolar possibilitam o desenvolvimento de políticas mais efetivas.

PNAES e NAPNE (atualmente transformado em NAE – Núcleo de Acessibilidade Educacional do IFSC) são exemplos de políticas que promovem a permanência e êxito estudantil. No entanto, estas políticas precisam ser aperfeiçoadas. Para promover o acesso e permanência estudantil, é preciso haver avanços no sentido de revisão de políticas, incluindo capacitações, formação continuada de docentes, contratação de profissionais qualificados, aperfeiçoamento de infraestrutura e ações pedagógicas.

#### **4.1 Permanência e êxito na legislação, nas políticas educacionais e nos Institutos Federais**

A educação é um direito social regulamentado pela constituição federal de 1988, pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de 1990, e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996.

De acordo com Horta (1998), a existência do direito à educação não tem sido sinônimo de sua garantia efetiva, sendo importante a participação ativa do Estado. As políticas públicas sociais têm por objetivo concretizar o direito à educação sob uma visão democrática. Assim como, a participação da sociedade civil é fundamental neste processo, reivindicando e defendendo o atendimento efetivo das políticas públicas (HORTA, 1998).

Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/LDB, a educação é entendida como um processo formativo e amplo que envolve diversas esferas da vida, como família, trabalho, escola, etc. Esse processo formativo deve vincular-se ao trabalho e à prática social (BRASIL, 1996).

A educação escolar tem por objetivos o desenvolvimento humano, a cidadania e a preparação para o trabalho. Para alcançá-los, existem modalidades e níveis de educação. Dentre essas modalidades está a educação de jovens e adultos, que visa propiciar o ensino para pessoas que não conseguiram concluir o ensino regular. A EJA deve ser oferecida levando-se em conta as particularidades e a disponibilidade dos estudantes, promovendo o acesso e a permanência na escola. No ensino médio, a formação educacional deve ser integral e produtora de projetos de vida com oferta de formação de jovens para o desempenho de profissões técnicas. A educação profissional técnica pode ser desenvolvida de forma articulada ou subsequente ao ensino médio (BRASIL, 1996).

O ensino profissional federal foi instituído com a criação de quatro escolas profissionais no Rio de Janeiro em 1906 pelo decreto nº 787, de 11 de setembro de 1906, sob a Presidência do Estado do Rio de Janeiro, Nilo Peçanha. Em 1909, na Presidência da República, Nilo Peçanha criou, por meio do decreto 7.566/1909, escolas de aprendizes artífices para 19 capitais dos estados. Apesar do governo da época se preocupar com melhorias de problemas sociais por meio do ensino público, esse era caracterizado por um funcionamento disciplinar com espaço para permanência daqueles que se adaptaram ao regime escolar (COELHO, 2014).

Coelho (2014) constatou que temas como o abandono e a permanência no ensino profissional foram considerados, de forma eventual e fragmentada, em discussões a partir de 1917. O tema do abandono escolar era o foco principal das discussões da época. Conforme Coelho (2014) debatia-se o tema do abandono escolar no que se refere às causas, medidas para enfrentamento e infraestrutura precária das escolas.

No entanto, segundo Oliveira (2003), em 1930, pode-se considerar como instituído o Sistema Educacional Brasileiro por meio da consolidação do Estado Nacional. Consequentemente, a educação passou a contar com a vigência nacional de diretrizes e normas legais.

De acordo com Coelho (2014), é possível constatar que mesmo com índices altos de abandono escolar, apenas a partir de 1970 houve aumento do foco de atenção para o tema do abandono escolar nas políticas educacionais. Segundo Coelho (2014), os planos setoriais de Educação e Cultura, que se voltavam muito mais para o atendimento às demandas econômicas, diminuição dos índices de analfabetismo e reforma universitária, apresentaram metas e problemas da educação Brasileira, incluindo na sua minoria o abandono escolar.

Promulgada em 1988, a Constituição de 88 trouxe um conjunto de direitos para o cidadão brasileiro, dentre eles, o direito de igualdade de condições de acesso e permanência na escola (BRASIL, 1988). A LDB 9394/96 trouxe também as mesmas garantias de acesso e permanência escolar como a referida Constituição de 1988 (BRASIL, 1996).

No entanto, segundo Coelho (2014), apenas a partir de 2001, as políticas de apoio à permanência escolar foram desenvolvidas, efetivamente, sob a presidência de Fernando Henrique Cardoso por meio do programa Bolsa Escola, criado pela Lei nº10.219. O programa Bolsa Escola oferecia auxílio financeiro às famílias de baixa renda em troca da garantia da frequência escolar de seus filhos com idades entre 6 e 15 anos.

Em relação à educação profissional, no ano de 2005, por meio da Lei 11.195, foi criado o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica com a ampliação de oferta de vagas.

A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica foi instituída e os institutos federais foram criados pela Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008 (BRASIL, 2008). Os institutos federais são responsáveis por oferecer o ensino profissional e tecnológico em diversas regiões do Brasil.

De acordo com Coelho (2014), atualmente, as políticas de apoio à permanência escolar estão voltadas grandemente para políticas de transferência de renda. Na Educação Profissional e Tecnológica, a política de apoio à permanência escolar foi efetivada em 2010, pelo Decreto 7.234, de 19 de julho, que dispôs sobre o Plano Nacional de Assistência Estudantil.

[...] O plano deve desenvolver ações em diversas áreas, tais como moradia estudantil, alimentação, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação (COELHO, 2014, p. 153).

A permanência e êxito significa o alcance da materialização das finalidades dos Institutos Federais. Neste sentido, conforme Reis e Gonçalves (2018) apontam, a Política de Assistência Estudantil – PAE, implementada pelo Decreto n.º 7.234/2010, estabelece o Programa Nacional de Assistência Estudantil para ser executado no âmbito do Ministério da Educação (MEC), visando a promoção da permanência de jovens na educação superior pública federal, incluindo estudantes de Institutos Federais de

Educação (curso técnico e superior) com suas especificidades e áreas estratégicas de ensino:

Art. 4º As ações de assistência estudantil serão executadas por instituições federais de ensino superior, abrangendo os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, suas especificidades, as áreas estratégicas de ensino, pesquisa e extensão e aquelas que atendam às necessidades identificadas por seu corpo discente (BRASIL, 2010, p. 1).

Podemos notar que há tentativas de promoção do acesso e da permanência estudantil nas escolas por meio também do Plano Nacional de Educação (PNE), que entrou em vigência em 2014 e permanecerá até 2024. Trata-se de um documento orientador de ações governamentais em todos os níveis federativos com avaliação complexa de sua aplicabilidade. Esse plano surgiu a partir da constatação de diversas questões, que se apresentam nas:

[...] desigualdades educacionais, na necessidade de ampliar o acesso à educação e a escolaridade média da população, na baixa qualidade do aprendizado e nos desafios relacionados à valorização dos profissionais da educação, à gestão democrática e ao financiamento da educação (BRASIL, 2014a, p. 11).

O objetivo central do PNE é melhorar de forma equitativa e democrática o acesso e a qualidade da educação brasileira. No entanto, apenas a promoção do acesso ao ensino educacional não garante a permanência e êxito estudantil nas escolas.

Portanto, é possível notar a presença do direito de acesso às escolas brasileiras na legislação, porém, a garantia do direito à permanência não vem ocorrendo de forma efetiva, visto que ainda existem altas taxas de abandono escolar em todo território brasileiro.

Como forma de superar ou reduzir o abandono escolar, a SETEC, em conjunto com o Ministério da Educação, produziu, em 2014, um plano de ação para subsidiar o planejamento estratégico de intervenção e monitoramento, indicado às instituições da rede federal para a superação da retenção e abandono, ampliando a permanência e êxito estudantil no processo educativo (BRASIL, 2014b).

Tal plano foi construído com base em discussões e diagnósticos realizados em toda a rede federal por meio da produção de dados de instituições de ensino superior e instituições da rede federal.

A análise do fenômeno do abandono escolar deve permitir a compreensão das relações entre os diversos fatores que influenciam a formação e, conseqüentemente, o êxito ou a desistência. Portanto, o abandono deve ser entendido como um processo,

atentando-se para o todo, incluindo as taxas de abandono, retenção e conclusão associadas às influências da trajetória formativa. Inicialmente, é necessário também identificar a dimensão do abandono escolar, bem como conceitos e fatores destacáveis da análise (BRASIL, 2014b).

Para a SETEC (BRASIL, 2014b), entender as múltiplas dimensões da retenção, do abandono escolar e do complexo papel da rede federal em cumprir com a sua função social significa comprometer-se com o oferecimento de atendimento qualificado a uma diversidade de pessoas, com diferentes níveis de vulnerabilidade socioeconômica e desenvolvimento educacional. Dessa forma, é imprescindível a formulação de plano estratégico para o enfrentamento do abandono escolar que possibilite o diagnóstico das múltiplas causas. Concluídas as etapas de construção do plano, é necessário colocar em prática as ações institucionais, administrativas e pedagógicas.

As metas e ações do planejamento devem ser disponibilizadas no PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional) e os resultados devem constar no relatório anual de gestão institucional. A SETEC tem por responsabilidade monitorar a execução dessas ações e a evolução das taxas na educação. Para auxiliar as instituições na elaboração do referido plano, a SETEC elaborou quatro etapas metodológicas (BRASIL, 2014b).

Nesse sentido, pesquisas, intervenções e monitoramento do fenômeno servem para superar o problema do abandono ou, se não for possível superar, ao menos diminuir as taxas de abandono. Assim, é necessário um trabalho político e sistematizado que diminua os índices de abandono escolar (BRASIL, 2014b).

No entanto, ao refletir sobre o contexto de criação do documento indicado às instituições da rede federal para a superação da retenção e abandono escolar, surgiram algumas problematizações: quais seriam as intenções subjacentes à criação deste documento? Qual seria a sua efetividade no sentido de gerar resultados condizentes com a materialização de condições para a permanência e êxito estudantil?

Para auxiliar no debate destas questões, concordamos com as ideias de Ramos Neto (2019) a partir de estudo realizado sobre Planos Estratégicos para Permanência e Êxito de Institutos Federais do Brasil.

Segundo este estudo, o Tribunal de Contas da União (TCU) solicitou aos Institutos Federais a construção de Plano de Permanência e Êxito para além da implementação de medidas para diminuição das altas taxas de abandono escolar. A solicitação baseou-se, sobretudo, no discurso implícito da ideologia do fracasso escolar

presente na escola pública. Bem como, os Institutos acataram as orientações ideológicas dos Ministérios sem reflexões mais aprofundadas (RAMOS NETO, 2019).

De acordo com Ramos Neto (2019), o discurso do fracasso escolar transposto para os institutos federais significa, preconceituosamente, que estudantes abandonam os estudos devido à situação de vulnerabilidade econômica.

O plano desenvolvido pela SETEC/MEC expressa a ideia, reduzida, das causas do abandono associadas à vulnerabilidade socioeconômica. Os Planos de Permanência e Êxito dos Institutos Federais estudados, exceto o plano do IF Sul-Rio-Grandense, também apresentam visão reduzida com foco em causas relacionadas às condições socioeconômicas, uma vez que os planos dos Institutos Federais foram baseados no documento orientador disponibilizado pela SETEC/MEC.

Não negamos a existência de influências socioeconômicas no fenômeno do abandono escolar e fracasso escolar, no entanto, o fenômeno do abandono escolar possui grande complexidade que envolve influências institucionais, individuais e externas.

A partir da necessidade de diminuição do abandono escolar, surgem algumas possibilidades de reflexão: seria possível o alcance do objetivo de diminuição do abandono escolar quando se utiliza o conceito atrelado a pressupostos e discursos ideológicos que não traduzem o sujeito concreto?

Compreendemos que os conceitos guiam a prática e vice-versa, numa relação dialética. Portanto, se existem fragilidades conceituais quanto ao fenômeno de abandono escolar e suas diversas influências, há grandes chances de haver impacto na construção de estratégias, ações e monitoramento, ou seja, haverá impacto quanto à efetividade concreta da aplicação do Plano de Permanência e Êxito para o enfrentamento do abandono escolar.

Ramos Neto (2019) refletiu sobre outras características associadas aos Planos de Permanência e Êxito de Institutos Federais pesquisados. Exceto o IF Sul-Rio-Grandense, o restante dos Institutos tratam de modo mecanicista o tema do abandono escolar como se o conhecimento generalizado das causas e ação sobre elas, surtisse o efeito esperado.

De acordo com Ramos Neto (2019), parece que há a expectativa de Institutos em alcançar um ideal sem a devida contextualização e consideração das circunstâncias relacionadas. Nesse sentido, notamos a falta de discussão teórica e problematizações mais aprofundadas.

Conforme o estudo, são expressas visões romantizadas sobre intervenções como se fosse possível intervir e modificar diversos contextos: individual, interno e externo. Seria mais funcional focar nos fatores internos e voltar cada ação para um setor específico. Idealiza-se também o próprio projeto de criação dos Institutos Federais e idealiza-se o aluno que não é ideal e sim, um sujeito concreto. Há um número muito grande de intervenções e a falta de uma classificação de prioridade para cada fator, ou seja, não seria mais efetivo atacar aquilo que é prioridade? (RAMOS NETO, 2019).

Conforme Ramos Neto (2019, p. 22), nos Planos Estratégicos de Permanência e Êxito dos Institutos Federais, não se “questionou o projeto pedagógico dos Institutos Federais, sempre exaltado na literatura pelas inovações que se propôs, ainda que os altos números de evasão demonstrem que essa idealização não esteja condizendo com a realidade”.

Os avanços no conjunto da criação de regulamentos e políticas educacionais para o enfrentamento do abandono escolar são recentes como a própria institucionalização do IFSC e possuem diversas influências mundiais em suas diretrizes. No entanto, como mencionado, a garantia de permanência e êxito estudantil não tem se efetivado como o previsto nos regulamentos e políticas.

Com base no pensamento de Evangelista (2014), podemos perceber que há uma agenda política educacional representada pela burguesia mundial por meio de variadas diretrizes para a educação. Dessa forma, explicita-se a mundialização da educação atrelada à mundialização das relações sociais estabelecidas no capitalismo neoliberal. Por trás das diretrizes mundiais para a educação, é notável o caráter conservador de seus enunciados em termos de relações sociais capitalistas.

Investe-se no consentimento ativo da população no que se refere às diretrizes econômicas e políticas sociais da burguesia mundial. Nesse sentido, os diversos slogans da política educacional podem revelar as ideologias latentes do neoliberalismo mundial e nacional. A configuração dos slogans educacionais se dá por meio de um instrumento estratégico de dominação de classe (EVANGELISTA, 2014).

Dessa forma, a partir da análise dos slogans, amplia-se a análise, fornecendo “elementos explicativos para o entendimento e a crítica da concepção de sociedade, de homem, de trabalho e democracia difundidos fortemente na contemporaneidade brasileira” (EVANGELISTA, 2014, p. 8).

## 4.2 Pesquisas sobre permanência e êxito do IFSC

Coelho (2014), analisou os motivos associados à permanência ou ao abandono escolar na perspectiva de estudantes e ex-estudantes de cursos técnicos concomitantes e subsequentes na área de indústria em instituições públicas de ensino de Joinville e Jaraguá do Sul entre os anos de 2011 e 2013. Os resultados evidenciaram a escassez de estudos sobre permanência e abandono, especialmente na educação profissional e tecnológica. Os motivos para a permanência e abandono se apresentaram de forma complexa e contraditória, sendo que, em um momento, determinados motivos surgiram como motivadores da permanência e, em outro momento, mostraram-se geradores do abandono. Por exemplo, a categoria de trabalho expressou o desejo de permanência nos estudos para aperfeiçoamento das condições de trabalho e, em simultâneo, expressou a impossibilidade de continuidade dos estudos devido à dificuldade de manter simultaneamente os estudos, o trabalho e o cuidado da família.

Os principais motivadores para abandono e/ou permanência demonstraram ser a relação entre docentes e alunos, as dificuldades de aprendizagem e a associação entre as variáveis estudo, família e trabalho. As políticas efetuadas na instituição não foram entendidas como fundamentais pelos estudantes, já que as políticas estariam relacionadas a transmissão de renda e não como um incentivo para os estudos (COELHO, 2014).

Coelho (2019) aprofundou sua pesquisa sobre abandono escolar e permanência, dessa vez com enfoque na compreensão dos fatores associados ao abandono escolar de cursos técnicos subsequentes. Segundo Zanin (2019), o abandono e a permanência são temas complexos que sofrem influências socioeconômicas, políticas e culturais. Segundo a autora, no Brasil, a democratização do acesso ao ensino profissional por meio da expansão da rede federal proporcionou a intensificação desses fenômenos. Dito de outra forma, somente a democratização desse ensino não tem sido suficiente para conter os altos índices de abandono escolar, demandando ações para diminuição e contenção do abandono e permanência estudantil.

Pensando no debate desses temas, Zanin (2019) analisou as perspectivas de profissionais da educação profissional e tecnológica do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) sobre fatores que envolvem o abandono e a permanência escolar em cursos técnicos subsequentes do eixo tecnológico Controle e Processos Industriais. Esse debate foi fundamentado, principalmente, nos pressupostos do materialismo

histórico dialético e de outras vertentes e teorias, buscando aprofundar as teorias e ideologias associadas ao abandono escolar e permanência (ZANIN, 2019).

Zanin (2019) aponta diversas e complexas determinações para o abandono e permanência escolar na educação profissional e tecnológica. De forma geral, não há, nos Câmpus pesquisados, avaliações e monitoramento de ações sobre permanência. Assim como debates sobre a temática são insuficientes em termos de quantidade e qualidade.

Conforme Zanin (2019), as ações de apoio à permanência não geram mudanças estruturais na educação profissional e tecnológica, pois desconsideram questões centrais para permanência ou abandono, como:

[...] práticas pedagógicas, reestruturação curricular, necessidades de seus sujeitos, cultura escolar, gestão pública escolar, formação continuada dos trabalhadores, dentre outras. A pesquisa ressaltou, também, que o abandono escolar é reflexo de uma estrutura excludente, que fortalece um modelo de sociedade fundamentada em princípios capitalistas, como a meritocracia, a individualização, a culpabilização de sujeitos, a educação mercadológica e a dualidade estrutural (ZANIN, 2019, p. 8).

Enfim, ressaltamos que consideramos neste subcapítulo pesquisas que se aproximam com os pressupostos teóricos deste estudo, já que não fazia sentido considerarmos na reflexão teórica, pesquisas com pressupostos discordantes.

#### **4.3 Publicações sobre o Câmpus Florianópolis Continente**

O IFSC Câmpus Florianópolis Continente foi objeto de investigação de pesquisas durante o período de 2008 a 2018. Realizamos o levantamento dessas pesquisas com o propósito de identificar e compreender as publicações que abordam direta e indiretamente o tema da permanência e êxito, revelando os desafios enfrentados pelo IFSC e pelo Câmpus Continente.

De forma geral, durante esse período, as pesquisas realizadas pautaram-se nos seguintes temas: currículo integrado no PROEJA, Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada (CERTIFIC) integrado ao PROEJA, inserção de estudantes no mundo do trabalho, características relacionadas ao mundo do trabalho no turismo e os sentidos da aprendizagem para estudantes.

Em 2012, Silva e Silva analisaram a construção de novos projetos de cursos de PROEJA no eixo tecnológico de hospitalidade e lazer, no Câmpus Florianópolis Continente, em parceria com o Câmpus Florianópolis Mauro Ramos, a Rede Municipal

de Ensino de Florianópolis e a Rede Estadual de Ensino de Santa Catarina. A pesquisa apresentou a percepção de participantes sobre a formação e construção coletiva dos respectivos projetos (SILVA; SILVA, 2012).

Destacam-se, em simultâneo, avanços e desafios na construção coletiva dos projetos, contribuindo para a integração curricular. A construção coletiva se desenrolou em concepções distintas sobre educação, suscitando embates no processo, porém, por meio do diálogo, chegou-se a um consenso quanto às propostas curriculares para os novos cursos (SILVA; SILVA, 2012).

Silva e Silva (2012), evidenciaram também os desafios de uma nova proposta curricular do IFSC para atender aos objetivos de educação básica, educação profissional e educação de jovens e adultos. Os educadores entrevistados destacaram a importância da construção coletiva de uma proposta curricular, bem como a aquisição de novas experiências e aprendizados proporcionados neste processo. No intuito de gerar novas reflexões a partir da prática, os autores sugeriram a continuidade de processos de formação das pessoas envolvidas.

Conforme Silva e Silva (2012), para a efetivação da construção coletiva da proposta curricular, é necessário a consideração de alguns aspectos, como a estrutura, os tempos de planejamento, a formação de docentes, as estratégias de permanência e êxito do PROEJA e, especialmente, a participação da equipe de docentes. Portanto, é notável que, neste estudo, o tema da permanência e êxito é um aspecto necessário a se considerar em um universo grandioso de elaboração de projetos de cursos de PROEJA.

Na sequência, temos o trabalho de Hickenbick, Ramos e Acauan (2017) com reflexão teórica sobre o CERTIFIC associado ao PROEJA. A reflexão trata da importância do CERTIFIC (especialmente dentro do PROEJA do IFSC) na elevação da escolaridade integrada à formação profissional para a educação de jovens e adultos.

O IFSC constatou que as referidas políticas públicas não estavam sendo materializadas. Diante disso, foi criada a Comissão Permanente de Integração dos Programas Sociais do IFSC (CIPS). Por meio dessa comissão, o IFSC repensou a oferta do CERTIFIC, passando a integrá-lo ao PROEJA, devido à identidade dos dois públicos e a complementaridade das duas políticas (HICKENBICK; RAMOS; ACAUAN, 2017).

Hickenbick, Ramos e Rosa (2017) realizaram descrição do Projeto Político Pedagógico criado pela Comissão de Integração dos Programas Sociais do IFSC (CIPS). Este projeto teve por objetivo criar o CERTIFIC (avaliação e reconhecimento de saberes) integrado ao PROEJA (elevação da escolaridade) voltados para a classe

trabalhadora da pesca, do turismo, da hospitalidade, do lazer e da área têxtil (dois ao nível de Ensino Médio integrado a uma formação técnica e dois ao Nível de Ensino Fundamental integrado a uma qualificação profissional).

Segundo Hickenbick, Ramos e Rosa (2017), a metodologia utilizada no desenvolvimento do projeto vincula-se à promoção da materialização de quatro projetos pilotos. A aplicação dos projetos possibilitou reflexões sobre a adequação institucional da oferta de Educação de Jovens e Adultos (EJA).

O Projeto Político da CIPS foi fundamentado na promoção da emancipação: “a concepção teórico metodológica desse projeto teve como pressuposto a necessidade de superação da dicotomia entre educação e trabalho, e a inclusão da classe trabalhadora por meio de um projeto emancipatório” (HICKENBICK; RAMOS; ROSA, 2017, p. 192).

Como resultado dos projetos, destaca-se a importância da instituição de ensino reconhecer os saberes não formais da classe trabalhadora e, em simultâneo, oferecer a complementação destes saberes com os saberes formais. Destaca-se ainda a importância da percepção da amplitude formativa desse processo para além da avaliação e certificação. Neste sentido, é uma formação que dá acesso aos conhecimentos humanos acumulados ao longo da história. Para a materialização dos projetos é necessário constar o detalhamento das etapas no PPC (HICKENBICK; RAMOS; ACAUAN, 2017).

Assim, é necessário o acompanhamento institucional de estudantes ingressantes no intuito da promoção da autonomia, favorecendo a permanência e êxito estudantil. É importante também realizar o acompanhamento de estudantes de EJA que buscam autonomia, pois dentre outros fatores, desconhecem a cultura escolar (HICKENBICK; RAMOS; MATTOS, 2015).

As reflexões de Hickenbick, Ramos, Acauan (2017) e de Ramos e Mattos (2015) relacionadas ao tema da permanência e êxito do Câmpus Florianópolis Continente, suscitam a seguinte reflexão: a classe trabalhadora que viveu descontinuidades de estudos por conta do trabalho, possui a oportunidade de reconhecimento de saberes adquiridos durante a trajetória profissional, assim como, a elevação dos estudos. Portanto, o trabalho é valorizado como educação não formal. Reconhece-se que, apesar da não continuidade dos estudos pela necessidade de trabalhar, a experiência profissional é considerada parte do processo formativo. De forma geral, a classe trabalhadora não “perdeu tempo” no período longe da escola, já que continuou seu processo de aprendizagem não formal. Estas reflexões podem promover outras

problematizações como: o reconhecimento de saberes aliado à elevação da escolaridade contribui para a permanência e êxito estudantil?

Na sequência, temos o estudo de Gelsleichter (2017) referente à (re) inserção profissional de estudantes do curso de PROEJA nos cursos de Confeitaria, Cozinha, Gastronomia, Guia de Turismo, Hospedagem, Panificação e Serviços de Restaurante e Bar, e explora as diversas dimensões que envolvem o tema.

Gelsleichter (2017) considera que as políticas de inclusão para o mundo do trabalho não condizem com as expectativas dos estudantes, visto que não ocorreu de fato uma inclusão qualificada, mas uma inserção voltada para o atendimento de demandas imediatas do mercado de trabalho. Apesar de estudantes possuírem formação no PROEJA, a inserção no mundo do trabalho é precária, caracterizada por baixos salários, ocupações simples e vínculos empregatícios frágeis (GELSLEICHTER, 2017), dialogando com a realidade estrutural do trabalho no setor.

Essa realidade é influenciada por diversos fatores, dentre eles, as políticas públicas e o contexto econômico, pois, segundo Gelsleichter (2017), as políticas voltadas para a pobreza praticadas na época do governo Lula não trouxeram grandes contribuições para a melhoria desta situação, isto é, não foram suficientes, mesmo criando expectativas de avanço para egressos.

Assim, a inserção estudantil no mundo do trabalho, também, está atrelada ao modelo liberal da democracia burguesa com acordos do Estado Brasileiro e organismos multilaterais, completamente diferentes das bases do PROEJA (GELSLEICHTER, 2017).

De fato, o modelo econômico capitalista neoliberal influencia as condições de inserção no mundo do trabalho e a manutenção precária das relações trabalhistas. Dessa forma, é perceptível que a formação nos cursos numa visão emancipatória, profissional, tecnológica e para a cidadania está em desacordo com o trabalho na economia vigente.

Gelsleichter (2017) discute também a problematização do PROEJA como possibilidade de formação profissional para pessoas com trajetórias descontínuas de trabalho e escolarização, que trabalharam no período infanto juvenil.

Gelsleichter (2017), evidenciou a relação entre trabalho infanto juvenil, abandono escolar, dificuldades relacionadas à escola e interrupções na inserção no mundo do trabalho. Os dados da pesquisa demonstram o alto índice de desistências de cursos

técnicos subsequentes ligados à hotelaria e ao turismo, e índices ainda maiores desses cursos na modalidade EJA.

As desistências são influenciadas pela necessidade de inserção no mundo do trabalho. Nesse sentido, devido à vida precária, o trabalho é prioridade na vida dos sujeitos e não os estudos (GELSLEICHTER, 2017).

Gelsleichter (2017) menciona que no PROEJA houve queda no número de matrículas, principalmente, devido ao abandono escolar. A garantia de vaga não garante a permanência estudantil já que existe uma relação complexa entre trabalho e estudos. Os desafios da permanência e acesso ultrapassam a esfera interna do Câmpus. Deste modo, estudantes da EJA são excluídos historicamente da escola e acabam não experienciando o sentimento de pertencimento neste espaço (GELSLEICHTER, 2017).

Ainda de acordo com Gelsleichter (2017), o IFSC afirma preocupar-se com a permanência estudantil, mas, na prática, não acompanha efetivamente o que ocorre fora da escola com a inserção no mundo trabalho a partir de cursos que nem sempre são reconhecidos socialmente.

Gelsleichter (2017) conclui que parece haver um equívoco no entendimento do trabalho como princípio educativo no PROEJA, que significaria um processo simultâneo de estudos e trabalho. Nesse contexto, o professor acaba flexibilizando exigências para promover a permanência estudantil.

Defendemos que o trabalho, em seu sentido histórico, é uma categoria determinante na relação indissociável entre o aumento do abandono escolar e a promoção da permanência estudantil. Estudantes esperam encontrar avanços na inserção no mundo do trabalho por meio da educação profissional e tecnológica, e necessitam do trabalho para suprir necessidades básicas. No entanto, a realidade concreta demonstra a contradição própria do modelo de classes sociais atreladas ao modelo econômico capitalista que não permite avanços na melhoria de condições trabalhistas. Resta pensar em possibilidades na educação para a superação ou enfrentamento desta lógica.

Segundo estudo de Johann (2018) com panorama amplo e histórico ao nível mundial e nacional, existem influências externas que impactam o desempenho da profissão de guia de turismo e o reconhecimento social da profissão. Neste caso, o trabalho é um fator de grande influência na formação estudantil.

Johann (2018) analisou os discursos associados à formação estudantil no curso de guia de turismo regional do Câmpus Florianópolis Continente. Os discursos foram

identificados e refletidos em documentos, como o Projeto Político Pedagógico do curso e em entrevistas com docentes.

No referencial teórico metodológico, Johann (2018) discutiu os temas da colonialidade e análise do discurso de origem francesa. Os sentidos dos discursos são influenciados pelo contexto externo. Por exemplo, os discursos do PPC do respectivo curso de Guia de Turismo são atravessados por outros interdiscursos externos de representantes do governo, grandes empresários e instituições privadas.

Quanto à colonialidade, Johann (2018) faz reflexão sobre a influência dos EUA e de Nações europeias sobre os países da América Latina. O colonialismo territorial e político ampliou-se de forma intensa e duradoura para a dominação epistemológica e cultural. Os países colonizadores acreditam ser superiores aos países da América Latina, devido as questões raciais. Além disso, é predominante a influência do modelo econômico neoliberal no mundo do trabalho. Portanto, são influências globais que acabam atingindo o nível local.

As influências globais interferem no desempenho e reconhecimento social da profissão. Muitas vezes, o Turismo está ligado estritamente aos benefícios voltados para a economia. Porém, além da atividade econômica, o turismo pode estar associado à prática social, promovendo um diálogo horizontal entre visitantes e visitados (JOHANN, 2018).

De forma semelhante, em pesquisa sobre condutores ambientais locais, cursos de capacitação e suas expectativas sociais, Ribas e Hickenbick (2012) afirmam a importância da participação de várias pessoas ligadas à gestão pública e a cursos de capacitação para o reconhecimento da profissão de condutor ambiental como promotora de turismo ecológico, identitário e justo. Caracterizando-se como um turismo de base comunitária para além dos benefícios gerados para a economia.

O alcance de reconhecimento social para qualquer profissão envolve a caracterização da profissão e das suas influências externas no Projeto Político Pedagógico do curso (PPC).

Johann (2018) evidenciou que no PPC do curso de Guia de Turismo ocorre a desconsideração do guia como educador, ou seja, ocorre a despersonalização da categoria, sendo entendida como um “serviço” e não como categoria pertencente à classe trabalhadora. No entanto, esta realidade não é percebida na prática docente, que se reproduz na prática da profissão: os guias se organizam como categoria, são

conscientes da sua condição de classe trabalhadora e buscam manter e ampliar seus direitos (JOHANN, 2018).

De forma secundária, sobre o reconhecimento de categorias de trabalho ligadas ao turismo, Johann (2018) apresenta algumas reflexões acerca do abandono escolar e da permanência e êxito. Ela reflete o trabalho como necessidade estudantil, mesmo não tendo relação com a área de estudo profissional.

Diante dessa realidade concreta, percebemos uma contradição existente. A necessidade de trabalho impacta na permanência em curso de educação profissional e tecnológica que, em teoria, deveria servir também para avanço profissional. Por outro lado, essa mesma formação não contribui para o alcance de condições dignas de trabalho na inserção no mundo do trabalho. A inserção no mundo do trabalho ocorre de forma precarizada para atender aos objetivos da economia. Uma parte dos estudantes é mantida na instituição, concluindo o curso com êxito, porém, o objetivo geral, de uma educação emancipatória e cidadã, não é alcançado.

De acordo com Johann (2018), docentes entendem que estudantes não são alcançados em sua totalidade, ocorrendo o abandono escolar. Eles alegam que a motivação para o abandono está ligada a vários aspectos relacionados as questões pessoais, conjunturais, falta de identificação com o curso escolhido ou alta exigência do curso. Para docentes, o abandono não está associado à falta de qualidade do curso. Docentes afirmam haver preparação para a cidadania, inclusão e promoção do acesso e permanência estudantil, mas, em simultâneo, afirmam que as práticas para a permanência realizadas pelo Câmpus são paternalistas.

Diante disso, Johann (2018) apresenta grandes contribuições quando evidencia a profissão de guia de turismo como prática social que ultrapassa o atendimento de objetivos econômicos. Essa visão contrapõe-se ao que ocorre preponderantemente em diversas profissões do eixo tecnológico de turismo, hospitalidade e lazer, ou seja, as profissões são reconhecidas, especialmente, pela contribuição para a economia local.

A partir disso, surge o questionamento: o reconhecimento da profissão de guia de turismo como prática social é uma forma de valorização da profissão e, conseqüentemente, pode promover mudanças nas condições de trabalho dos profissionais da área? A valorização da profissão de Guia de Turismo no mundo do trabalho poderá ser incentivo para continuidade dos estudos na educação profissional, científica e tecnológica?

Johann (2018) discute o tema de permanência e êxito, apontando que docentes percebem a complexidade do tema, influenciado por diversas dimensões. No entanto, não é possível entender os motivos pelos quais os docentes compreendem as práticas de permanência e êxito no Câmpus como paternalistas.

Concordamos com a defesa de Johann (2018) em relação às ações de promoção de acesso e permanência estudantil que ajudam a compensar uma dívida histórica de desigualdade social e a promover a garantia da educação de qualidade.

Continuando a apresentação das publicações sobre o Câmpus Continente, Ribeiro (2019) destaca os sentidos atribuídos aos estudos por estudantes de PROEJA do curso de Gastronomia do Câmpus Florianópolis Continente. Para dar conta deste objetivo, Ribeiro (2019) evidencia o trabalho pedagógico e a relação que estudantes estabelecem com os conhecimentos escolares. O referencial teórico metodológico utilizado consiste na psicologia histórico-cultural e na educação histórico-cultural de Vigotski, Leontiev e Luria, teorias que reconhecem as inúmeras determinações histórico-culturais.

Ribeiro (2019) destaca diversos aspectos mutáveis que determinam o sentido atribuído ao estudo estudantil, conforme o lugar social ocupado. As condições de vida permitidas pela classe social trazem grande influência, envolvendo, principalmente, a necessidade concreta do trabalho e as descontinuidades nos estudos, associadas às dificuldades de retorno.

Apesar do Projeto Político Pedagógico PROEJA em Gastronomia considerar a integração entre prática e teoria, os estudantes aprendem muito mais a técnica. Por outro lado, é notada uma aproximação afetiva entre docentes e discentes. A troca de afeto constitui-se como um elemento motivador para a continuidade dos estudos no PROEJA em Gastronomia, somando-se ao retorno aos estudos para melhoria da inserção no mundo do trabalho (RIBEIRO, 2019).

As contradições expressas na escola podem servir também para o rompimento de cisões e para produção de sentidos mais efetivos, promovendo a aprendizagem de conhecimentos teóricos e gerando novos motivos para a continuidade dos estudos (RIBEIRO, 2019).

Segundo Ribeiro (2019), apesar dos limites estruturais impostos pela sociedade de classes sociais do modelo econômico capitalista, é possível que a escola promova uma educação emancipatória. A educação emancipatória permite a apreensão de conhecimentos teórico-científicos e aumento da consciência humana.

Quanto às discussões referentes ao tema da permanência e êxito, Ribeiro (2019) afirma que, diante do baixo número de estudantes do PROEJA que permanecem e concluem o curso com êxito, em vez de reduzir o número de vagas ou extinguir o curso, é necessário promover melhores condições de acesso, permanência e conclusão dos estudos. As questões ligadas às dificuldades de acesso e permanência refletem problemas complexos de ordem estrutural determinados por fatores históricos.

Neste sentido, o Câmpus Continente realiza busca ativa de trabalhadores formais, informais ou desempregados que possam fazer parte do PROEJA e do Programa CERTIFIC. O intuito é promover formação e qualificação profissional (RIBEIRO, 2019).

O tema da permanência e êxito também é discutido por Ribeiro (2019) mediante a apresentação de possíveis ações descritas no projeto pedagógico (PPC) do curso de PROEJA Gastronomia. O PPC foi elaborado de forma conjunta para a efetivação da integração curricular e contemplação das necessidades da formação técnica, formação geral e especificidades de estudantes jovens e adultos.

No entanto, o quadro de docentes para o curso é insuficiente, mantendo a dualidade entre formação geral e técnica. Esta situação gera problemas que impossibilitam a formação integral. Esses problemas aparecem no decorrer da implementação da proposta, sendo que somente a elaboração do PPC não garante a integração curricular (RIBEIRO, 2019).

Conforme Ribeiro (2019), a descontinuidade de estudos na educação básica e retorno aos estudos na idade adulta geraram o resultado de limitação nos estudos. Estudantes de PROEJA em Gastronomia enfrentam os limites de apropriação de conhecimentos científicos e de construção do psiquismo, limites de acessos a bens culturais, e as diferenças de mediações entre escola e família/abrigo devido à descontinuidade nos estudos. Por outro lado, a descontinuidade nos estudos e precarização do trabalho são fatores motivadores para a permanência, pois permite a profissionalização na área de gastronomia e a possibilidade de melhorar a inserção no mundo do trabalho.

Desse modo, é possível perceber as categorias “trabalho” e “inserção no mundo do trabalho” como assuntos que atravessam os estudos citados. As influências externas impactam o contexto interno de ofertas de cursos de formação na instituição.

Nessa perspectiva, umas das possibilidades de contribuição institucional para a inserção no mundo do trabalho se refere ao apoio institucional do processo de

incubação, sendo o tempo que um empreendimento ou Empreendimento Econômico Solidário permanece vinculado a uma instituição.

Conforme Hickenbick (*et al.* 2016), o processo denominado incubação consiste em apoio institucional temporário para a cooperativa de economia solidária de estudantes provindos de cursos da instituição. Hickenbick (*et al.* 2016) refletiram acerca desta possibilidade a partir da discussão de experiências do Câmpus IFSC Florianópolis Continente entre 2010 e 2013.

As reflexões estão baseadas nas referências metodológicas de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs) das regiões sul e sudeste do Brasil. Hickenbick (*et al.* 2016) concluíram que a experiência realizada no Câmpus Continente teve resultados acadêmicos positivos e propiciou fomento às atividades de extensão, mas não houve relevância no sentido de propiciar a existência efetiva dos empreendimentos.

Sintetizando e relacionando as pesquisas realizadas sobre o Câmpus, confirmamos que existem desafios na criação de novos projetos de curso de PROEJA com integração curricular. Os desafios se referem ao diálogo sob diferentes concepções de educação, o número insuficiente de docentes e o processo de materialização do curso voltado aos objetivos de educação básica, educação profissional e educação de jovens e adultos. Nesse processo de planejamento, além da consideração de vários fatores, é preciso considerar a participação de educadores e a implantação de estratégias de permanência e êxito.

Ainda conforme Hickenbick (*et al.* 2016), o curso de CERTIFIC associado ao PROEJA contribui também para manter estudantes na instituição, enquanto objetiva reconhecer os saberes adquiridos na trajetória profissional e na qualificação, por meio de certificação e pela continuação dos estudos através do PROEJA.

O curso do PROEJA apresenta diversos desafios. O curso é composto por pessoas que viveram descontinuidades nos estudos e pretendem permanecer e concluir o curso com êxito, a fim de alcançar uma melhor inserção profissional. Entender os sentidos atribuídos à aprendizagem contribui para a ressignificação e mudança desses sentidos. Outros desafios estão ligados à prática de ensino restrita à técnica, sendo que o número insuficiente de docentes contribui para a dualidade entre teoria e prática.

Diante disso, podemos refletir, de forma geral, que a permanência e a conclusão com êxito da educação profissional, científica e tecnológica no Câmpus no eixo Tecnológico de Turismo, Hospitalidade e Lazer, especialmente do curso de PROEJA,

não garante ou promove a inserção profissional com condições dignas de trabalho e reconhecimento social da profissão.

Esse argumento pode ser evidenciado nos resultados de pesquisa de Gelsleichter (2017), que investigou a (re) inserção profissional do curso de PROEJA. Fatores como condições de trabalho e sentidos atribuídos à classe trabalhadora egressa foram considerados para a compreensão da inserção no mundo do trabalho relacionado às áreas vinculadas ao curso. A autora concluiu que as condições de trabalho são precárias, mesmo com a qualificação profissional concluída.

A partir das constatações expostas, é possível perceber o curso do PROEJA como foco principal de análise nas pesquisas, uma vez que já foi o curso de maior oferta do Câmpus. Dessa forma, inferimos que a inserção precária de estudantes do PROEJA no mundo do trabalho é um grande desafio para a permanência e êxito, visto que a educação profissional e tecnológica não tem sido suficiente para a inserção qualificada no mundo do trabalho.

Em síntese, os trabalhos analisados apontam a permanência e êxito como temas complexos, com inúmeras conexões com a realidade social e educativa do Brasil e do IFSC.

## **5 PESQUISA DOCUMENTAL**

### **5.1 Plano de Permanência e Êxito do IFSC**

Os debates institucionais e trabalhos sobre a problemática do abandono escolar já existiam na instituição desde 2006, anteriormente ao início da elaboração do Plano de Permanência e Êxito. A problemática do abandono escolar no IFSC é uma preocupação constante no cumprimento da missão institucional: promover a inclusão e formar cidadãos, por meio da educação profissional, científica e tecnológica, gerando, difundindo e aplicando conhecimento e inovação, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico e cultural.

A elaboração propriamente dita da política para o enfrentamento do abandono escolar ocorreu por meio do desenvolvimento do Plano de Permanência e Êxito do IFSC via reitoria no ano de 2015 por comissão apropriada.

O movimento de desenvolvimento de medidas para o enfrentamento do abandono escolar no IFSC se intensificou a partir do tensionamento por medidas de enfrentamento

solicitadas pela SETEC e Tribunal de Contas da União (TCU) que recomendou a elaboração de plano estratégico para enfrentamento do abandono e retenção escolar.

O TCU realizou Auditoria Operacional para fins de fiscalização na Rede Federal de Educação Profissional no ano de 2011 que culminou no relatório de Auditoria Operacional. A Auditoria teve por finalidade a avaliação das ações de estruturação e expansão do Ensino Técnico Profissionalizante, com ênfase na atuação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (Institutos Federais), formados preponderantemente por 38 Institutos Federais distribuídos por todas as regiões do país.

Os antecedentes da Auditoria Operacional datam do ano de 2008, conforme consta no Relatório de Auditoria de 2011:

Em 2008, o Tribunal de Contas da União (TCU) realizou levantamento na Função Educação (TC 023.195/2007-8) com a finalidade de conhecer os indicadores, objetivos e metas dos planos setoriais (Plano Nacional de Educação e Plano de Desenvolvimento da Educação), bem como a organização, funcionamento e materialidade de programas e ações de governo dispostos no Plano Plurianual e na Lei Orçamentária. O trabalho, além de apresentar esse diagnóstico de caráter amplo, também orientou a seleção de trabalhos de fiscalização nessa área (TCU, 2011, p. 1).

O TCU efetivou plano de Fiscalização a partir de abril/2011 a março/2012, elegendo como prioridade para a Auditoria Operacional na área da Educação, a Educação Profissional. Segundo o relatório, a motivação para tal escolha “decorre do fato de a Educação Profissional ser estratégica para que os cidadãos tenham efetivo acesso às oportunidades de empregos qualificados e às conquistas científicas e tecnológicas da sociedade” (TCU, 2011, p. 2).

Na delimitação do objeto da Auditoria, mencionam-se os avanços da economia brasileira para a economia globalizada. Segundo o relatório, esses avanços demandam aperfeiçoamento de qualificação profissional com mão de obra qualificada para que o país se mantenha em condições competitivas.

É decepcionante a ideia apontada pelo posicionamento do governo, revelando como foco principal: o êxito na economia nacional para manutenção na economia global. Nessa perspectiva, o governo tem como prioridade o avanço da economia com o alcance de objetivos da educação profissional e tecnológica voltada, primordialmente, para a qualificação profissional diante de outros aspectos mais amplos e imprescindíveis para um projeto de sociedade mais igualitária: a formação humana.

Dito isso, seguimos para o teor da auditoria que teve por objetivo cobrar um conjunto de resultados pela Educação Profissional, mais especificamente resultados relacionados às suas finalidades:

a) caracterização da evasão e medidas para reduzi-la; b) interação com os arranjos produtivos locais; c) integração acadêmica entre as áreas de pesquisa e extensão; d) iniciativas de apoio à inserção profissional dos alunos no mercado de trabalho; e) infraestrutura e suporte à prestação dos serviços educacionais (TCU, 2011, p. 2).

Para fundamentar as análises, foram utilizados como critérios: lei 11.892/2008, que criou a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica; Termos de Acordo de Metas e Compromissos firmados entre o MEC e Institutos Federais em 2010; anexo I do Decreto 7481/2011, que estabelece o Regimento Interno do MEC, com as atribuições da SETEC/MEC; projeto de Lei do Plano Nacional de Educação 2011-2020 (Projeto de Lei 8.035/2010); a Lei 11.784/2008, que dispõe sobre diversos planos de carreira, inclusive de docentes da educação profissional; a Lei 10.861/2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e o projeto de Resolução que pretende instituir Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, disponível para consulta pública no sítio eletrônico do MEC.

Após a recomendação do Tribunal de Contas da União (TCU) para elaboração de plano estratégico para enfrentamento do abandono e retenção escolar, a SETEC/MEC disponibilizou documento orientador como forma de subsidiar a produção de Plano Estratégico de Permanência e Êxito pelos Institutos Federais. O desenvolvimento do Plano de Permanência e Êxito do IFSC foi baseado no documento orientador disponibilizado pela SETEC/MEC.

O Plano de Permanência e Êxito do IFSC possui como objetivo promover a permanência e êxito estudantil nos Câmpus por meio da implementação de ações para o enfrentamento da retenção e abandono que impactam a realização da missão institucional do IFSC.

Ressaltamos que neste trabalho, realizamos análise geral do plano visto que possui diversas especificidades. Entendemos que um estudo posterior de foco específico poderá contribuir para uma análise mais aprofundada, podendo servir como embasamento para melhorias e atualização do plano de permanência e êxito do IFSC. Bem como, a pesquisa documental realizada neste trabalho referente ao Plano de Permanência e Êxito do IFSC soma-se à análise dos dados das experiências e percepções de pessoas envolvidas na política de permanência e êxito no IFSC Câmpus Florianópolis Continente.

A produção do referido plano se deu em diversas etapas, sendo elas a constituição de comissões centrais e locais, realização de diagnóstico quantitativo e qualitativo. Após as etapas iniciais, foi construído o documento orientador que contém os levantamentos realizados e resultados alcançados. O plano elaborado pela comissão central desdobrou-se em planos específicos elaborados pelos Câmpus na Comissão Local. Ainda, no plano, é previsto a avaliação anual das ações de permanência e êxito (IFSC, 2018a).

O IFSC demonstra a preocupação institucional com o abandono e retenção, e seus impactos na missão institucional na construção do PDI, visto que já existiam reflexões sobre a problemática do abandono escolar. Entretanto, mais do que preocupação com a temática, são necessários estudos aprofundados, ações, monitoramento etc. Tanto que a instituição reconhece o problema da alta taxa de abandono: “apesar do menor ou maior esforço ou ênfase institucional, os números associados à evasão de estudantes continuam preocupando o IFSC e demais instituições da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (RFEPT)” (IFSC, 2018a, p. 17).

Além do que, a delimitação da metodologia do Plano de Permanência e Êxito objetivou responder aos seguintes documentos: atendimento ao Ofício Circular nº 60 DDR/SETEC/MEC e Documento Orientador para a Superação da Evasão e Retenção na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, e a Nota Informativa 138/DPE/DDR/SETEC/MEC.

Então, trazemos a seguinte provocação: no desenvolvimento do Plano de Permanência e Êxito houve de fato preocupação com a construção coletiva e reflexiva da política ou o processo se deu de forma mecanizada para atendimento à demanda trazida pelo TCU?

Vale ressaltar que as etapas metodológicas foram efetivadas segundo recomendação da SETEC, aparentemente, sem reflexões mais aprofundadas. Até mesmo, o IFSC ressalta que a elaboração do plano, em suas diversas etapas, foi propiciada pelas recomendações da SETEC.

Destacamos a importância da criação de plano para a promoção da permanência e êxito, caracterizando como uma política inédita para contribuir de forma efetiva com o enfrentamento das altas taxas associadas ao fenômeno do abandono escolar.

Conforme contextualização histórica, até os anos 2000, as discussões sobre o fracasso escolar eram pouco frequentes. A partir de 2006, porém, uma perspectiva mais

ampla e sistemática sobre o abandono e interrupção do ciclo formativo começou a se formar. Nesse período, o CEFET/2006, por meio de grupo de trabalho apropriado, construiu o projeto permanência e êxito para compreensão e organização de estratégias para o enfrentamento do abandono escolar (IFSC, 2018a).

Assim, progressivamente, o foco de atenção para a temática aumentou. No período de 2007 a 2009 ocorreram debates e trabalhos sobre o tema, os quais contribuíram para a elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional PDI de 2009 a 2013. Em 2009, foram concluídas as atividades do Grupo de trabalho, ajudando na criação da Coordenação de Inclusão e Assuntos Estudantis, atual Diretoria de Assuntos Estudantis (IFSC, 2018a).

Iniciando a análise propriamente dita do plano de Permanência e Êxito do IFSC, constatamos que a base conceitual utilizada expressa a contradição da apresentação simultânea de causas associadas às condições socioeconômicas e a múltiplos fatores.

Defendemos neste trabalho a definição do fracasso escolar associado a sua complexidade de múltiplas influências. Dessa forma, não está claro qual o entendimento exposto no plano sobre as influências para o fracasso escolar, sendo o abandono escolar uma das suas consequências. Entende-se o fracasso escolar causado apenas por condições socioeconômicas ou determinadas por múltiplas causas?

Ramos Neto (2019, p. 14) evidenciou o preconceito da associação do abandono escolar com a condição socioeconômica de estudantes: “os gestores e docentes, quando entrevistados, acreditam que o problema da evasão seja a questão socioeconômica. Mas, quando se olha o resultado das respostas dos alunos, não é essa a principal causa da evasão”.

De acordo com Ramos Neto (2019) não existem dados que demonstrem a relação direta entre abandono escolar e condições socioeconômicas desfavoráveis ou sistemas públicos deficitários.

A SETEC elaborou instrução normativa com orientações para elaboração dos Planos Estratégicos Institucionais para a Permanência e Êxito, se satisfazendo, de forma consciente ou não, somente em apresentar deduções e inferências de que o fracasso escolar ocorre devido à presença de estudantes pobres de escola pública. Isso não significa que não seja uma realidade, porém, como os dados são apresentados expressa a ideia inquestionável do fracasso escolar relacionado ao fracasso da escola pública brasileira (RAMOS NETO, 2019).

Esclarecemos que as condições socioeconômicas influenciam o abandono

escolar, entretanto, não é a única influência para o fracasso escolar, uma vez que a totalidade do fenômeno abrange uma gama complexa de influências históricas, sociais, políticas e econômicas.

Dentro de outra perspectiva, Arroyo (1992), em vez de considerar a condição socioeconômica como causa do fracasso escolar, traz uma provocação e hipótese a ser testada.

Arroyo (1992) entende o fracasso escolar como produção histórica vinculado à cultura da exclusão da organização e estrutura do sistema escolar, ou seja, o sistema escolar produz exclusão, como esclarece no trecho a seguir:

O que estamos sugerindo é colocar as análises, tanto do fracasso quanto do sucesso escolar, para além dos tradicionais diagnósticos reducionistas que os identificam com supostas capacidades dos alunos e dos mestres ou com o grau de eficiência dos métodos, isolando a estrutura e o funcionamento do próprio sistema educacional. Destacamos que estes não constituem apenas o palco onde acontecem os processos pedagógicos. Sugerimos que as análises e as propostas sejam mais enfáticas com o peso que as próprias estruturas escolares têm no fracasso sucesso escolar. Referimo-nos à escola e ao sistema de ensino enquanto unidade organizada, burocratizada, segmentada, gradeada. Enfim, a escola enquanto modelo social e cultural de funcionamento organizativo. Esses aspectos são determinantes dos processos e dos produtos. Eles são os produtores dos fracassos e dos sucessos (ARROYO, 1992, p. 47).

A individualização do fracasso escolar expressa princípios da economia capitalista. O discurso de defesa e reprodução do individualismo em nossa sociedade culpabiliza as pessoas pelo seu insucesso. Nesta perspectiva, quem não se esforça o bastante, não alcança o mérito do sucesso escolar e, conseqüentemente, não alcança sucesso no mundo do trabalho.

Como bem endossam Gentili e Frigotto (2002), a ideologia do individualismo é perpetuada nas escolas como um dos valores do capitalismo: “[...] não é por acaso que na concepção de ser humano a ideologia capitalista tem historicamente enfatizado a primeira dimensão – a individualidade – reduzindo-a ao individualismo” (GENTILI; FRIGOTTO, 2002, p. 19).

Nessa lógica, o desemprego está associado ao aumento de escolarização e constante qualificação profissional para aquisição de competências verificáveis no trabalho em vez de reconhecer o desemprego como um problema social, influenciado por diversos fatores econômicos e políticos. Assim, oculta-se a realidade concreta relacionada ao desemprego e exclusão social (RAMOS, 2002).

Nesse sentido, os autores Gentili e Frigotto (2002) afirmam que dentro da ideologia capitalista existe a falsa ideia de que a desigualdade social não é gerada no

próprio sistema capitalista composto por relações de poder e relações de classe, mas pela falta de esforço individual, onde quem se esforça mais tem o mérito de ascender a patamares maiores. Além disso, os autores mencionam que “a denominada teoria do capital humano e, mais recentemente, da qualidade total das competências e da empregabilidade constitui-se, por excelência, no credo ideológico que afirma a visão individualista e falseadora da efetiva realidade” (GENTILI; FRIGOTTO, 2002, p.19-20).

Ainda referente às bases centrais do Plano Estratégico de Permanência e Êxito, evidenciamos que as bases foram apresentadas de forma superficial com a discussão de conceitos associados à permanência e êxito: frequência escolar, desempenho no processo formativo e sucesso.

Diante disso, surgem alguns questionamentos: qual a importância da frequência escolar e desempenho para a promoção da permanência e êxito? Quais os motivos para a escolha dos termos para conceituar o tema da permanência e êxito? O que se entende por sucesso? Os conceitos de frequência escolar e desempenho estudantil possuem quais pressupostos teóricos e ideológicos?

De forma semelhante à apresentação das informações do fracasso escolar associado às condições socioeconômicas, demonstrando uma confusão na escolha de conceitos, são utilizadas referências para embasar causas ligadas à permanência e abandono escolar, enfatizando, em um momento, aspectos individuais e em outro momento, referências que destacam as múltiplas causas associadas. Por isso, qual seria a intenção de escolher uma referência que destaca questões individuais, entendendo que a escolha de um pressuposto teórico indica o tipo de ideologia subjacente?

Desta forma, a base conceitual do plano do IFSC assemelha-se à base conceitual dos Planos Estratégicos de Permanência e Êxito de Institutos Federais analisados por Ramos Neto (2019). O grande aspecto em comum na elaboração do plano pelo IFSC e demais Institutos Federais consiste na utilização de documento orientador recomendado pela SETEC.

Segundo o estudo de Ramos Neto (2019), os Institutos Federais apresentaram também uma base conceitual introdutória e muito superficial como forma de resumir o documento orientador disponibilizado pela SETEC (RAMOS NETO, 2019).

Evidenciado o surgimento, a escolha e apresentação da base conceitual, e a importância da elaboração do plano estratégico para a promoção da permanência e êxito estudantil, seguimos para a apresentação das etapas do documento.

O diagnóstico quantitativo dos Câmpus foi realizado pela SETEC com base nos indicadores disponibilizados pelo SISTEC sobre taxas de matrículas, conclusão, desistência e retenção. Desta forma, a SETEC enviou os dados estatísticos para o IFSC para a elaboração do diagnóstico qualitativo. De maneira geral, estes dados evidenciam uma taxa de abandono escolar de 16% no IFSC (IFSC, 2018a).

Todavia, o IFSC não utilizou, primordialmente, a taxa de 16% para a elaboração do diagnóstico, já que ela não reflete a realidade vivida pelos diversos Câmpus. Desse modo, o IFSC procurou usar dados de pesquisa, intitulada a “Análise da evasão na Rede Federal em 2017”, baseada em dados disponibilizados pelo SISTEC referente ao período de 2009 a 2017. Segundo a pesquisa, neste período, o IFSC apresentou uma taxa de abandono de 44%.

Portanto, apesar de usar os dados da SETEC em duas seções no documento, o IFSC optou por usar a taxa de 44% (taxa elevada se comparada com a média geral da rede federal) e os dados da pesquisa para a etapa seguinte (caracterização da situação de matrículas, abandono e retenção), já que é possível demonstrar a amplitude e gravidade do tema. Utilizaram-se, assim, dados atuais que envolvem toda a rede Federal de educação profissional e tecnológica, incluindo suas diferentes unidades (IFSC, 2018a).

Segundo informações do plano, as causas do abandono escolar e retenção estudantil explicariam o problema do abandono e retenção para a comunidade acadêmica (IFSC, 2018a). No entanto, não fica claro qual a metodologia utilizada para o levantamento das causas, tornando obscura a afirmação de que explicariam o abandono e a retenção.

O diagnóstico qualitativo realizado pelos Câmpus permitiu o levantamento das causas do abandono escolar. Os resultados indicaram as causas do abandono escolar presentes nos cursos técnicos e de graduação. As causas são distribuídas em três dimensões: causas externas à instituição, causas individuais e causas internas à instituição. O levantamento efetuado nos cursos técnicos possibilitou a distinção também por tipos de oferta: concomitante, integrado e subsequente. Todavia, isso não foi possível para os cursos de bacharelado, logo, optou-se pela categorização em termos gerais (IFSC, 2018a).

Identificamos o reconhecimento das limitações associadas às significações das causas, já que não existiram análises de possíveis associações entre as dimensões. Por

exemplo, a análise da relação entre as dimensões individuais poderia ter relação com o efeito da falta ou insuficiência de ações internas da instituição (IFSC, 2018a).

Destacamos que a maioria dos fatores gerais e específicos encontrados se referem à dimensão interna, demonstrando a necessidade de intervenção, identificação e implementação de ações nos Câmpus (IFSC, 2018a).

Os fatores gerais referentes às causas internas à instituição são: aspectos didáticos pedagógicos, gestão acadêmica do curso, programas institucionais para estudantes, infraestrutura, divulgação e ingresso. Os fatores gerais ligados à dimensão externa à instituição são: conjuntura social, econômica e política, valorização da profissão e antecedência escolar. Por fim, os fatores gerais relacionados à dimensão individual são: readaptação à vida acadêmica, motivação acerca do curso, habilidades de estudo, situação familiar, relação estudo/trabalho e personalidade (IFSC, 2018a).

Após a apresentação das causas associadas à problemática são apresentadas as estratégias. Segundo informações do plano, as estratégias foram escolhidas pela comunidade acadêmica para o enfrentamento do abandono e retenção (IFSC, 2018a).

A metodologia referente aos instrumentos de coleta de pesquisas, utilizada pelos Câmpus possui características abertas e subjetivas. Dessa forma, ocorreram dificuldades no entendimento dos relatórios recebidos, por isso, foram diferenciados por cursos e tipos de oferta. Sendo assim, o documento apresenta as estratégias de forma geral (IFSC, 2018a).

A partir da análise realizada, concluímos que a metodologia de pesquisa utilizada carece de esclarecimento dos significados de conceitos e de evidências das etapas: como ocorreu a escolha das estratégias pela comunidade acadêmica? Qual o padrão metodológico utilizado pelas instituições? O que significam métodos abertos e subjetivos? Interpretando a apresentação dos dados dos relatórios, é possível questionar se ocorreram dificuldades quanto à escolha e/ou aplicação da metodologia utilizada pelos Câmpus.

Segundo os aspectos metodológicos, as fases de elaboração do Plano de Permanência e Êxito foram: fase 1 – Instituição das comissões, fase 2 – Elaboração de diagnóstico quantitativo, fase 3 – Elaboração de diagnóstico qualitativo, fase 4 – Consolidação do Plano Estratégico e fase 5 – Monitoramento e Avaliação das ações.

A consolidação do plano estratégico se deu a partir dos levantamentos efetuados pelos Câmpus e pela sistematização dos dados e informações recebidas. Conforme o plano, o diagnóstico qualitativo foi realizado por comissões internas locais.

A fase 2 – Elaboração de diagnóstico quantitativo propiciou a elaboração da fase 3 – Elaboração de diagnóstico qualitativo. Na fase 2 foram utilizados dados do SISTEC referente ao ciclo de matrícula. É possível perceber que o status de matrícula finalizado é caracterizado por matrícula com êxito e matrícula sem êxito. O status de matrícula sem êxito abrange diversas categorias: transferido interna e externamente, evadido, desligado/desistente.

No documento, foram integradas as ações dos Câmpus, os objetivos e as estratégias elencadas no PDI de 2015-2019 devido às semelhanças existentes, ou seja, o PDI já apresentava os objetivos e estratégias necessárias para o enfrentamento do abandono e retenção (IFSC, 2018a). No entanto, apesar do PDI já apresentar tais focos, ainda não havia ocorrido a diminuição significativa dos índices de abandono e retenção no IFSC, sendo que o plano poderia cumprir o papel mais específico de enfrentamento do abandono escolar.

As medidas para a permanência e êxito são ampliações de iniciativas estratégicas que não existem no PDI para a correlação mais direta com as ações dos Câmpus. Ajustes e ampliação de estratégias são propostas para o combate do abandono e retenção, servindo para a revisão do próximo PDI. Vale ressaltar, porém, que as medidas expostas no plano estratégico são uma referência, sendo possível a reflexão de novas possibilidades para a promoção da permanência e êxito estudantil nos Câmpus (IFSC, 2018a).

Conforme o PDI 2020-2024, democratizar o ensino por meio da promoção do acesso à educação profissional e tecnológica não tem sido suficiente para a promoção da conclusão com êxito. Sendo assim, é de extrema importância o foco de análise da taxa de abandono em cada curso e seus motivos, visando a criação de estratégias para a promoção da permanência e êxito estudantil no IFSC.

O IFSC tem realizado ações para a promoção da permanência e êxito estudantil, como a Assistência Estudantil para alunos em vulnerabilidade socioeconômica e o auxílio para a inserção socioprofissional, assim, como a disponibilização do plano estratégico de permanência e êxito estudantil (IFSC, 2020).

Em síntese, após a análise documental do Plano de Permanência e Êxito, concluímos que ocorreram inconsistências de metodologia de pesquisa, principalmente nas bases conceituais, diagnóstico quantitativo e qualitativo. Quanto às diversas medidas apresentadas para o enfrentamento do abandono escolar, questionamos se são medidas possíveis de se realizar? E quais medidas foram possíveis de implementar

nos Câmpus?

Trazemos os questionamentos a partir de reflexão semelhante realizada por Ramos Neto (2019) sobre os Planos de Permanência e Êxito de Institutos Federais. Ramos Neto (2019) afirma que o número grandioso de ações para o enfrentamento do abandono escolar é romantizado, idealizado e impossível de se realizar.

O IFSC reconhece as limitações enfrentadas e a necessidade de atualização do plano. Consoante o plano, a necessidade de atualização decorre das inconsistências de dados, do caráter extremamente aberto e subjetivo da metodologia fornecida pela SETEC, das divergências na aplicação da metodologia e do relato do diagnóstico qualitativo dos Câmpus e morosidade no encaminhamento dos respectivos relatórios para a Comissão Interna Geral.

## **5.2 Dados da Plataforma Nilo Peçanha**

A Plataforma Nilo Peçanha é uma Rede de Coleta, Validação e Disseminação das Estatísticas da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. A Plataforma, criada em 2017 pela SETEC/MEC, disponibiliza dados estatísticos oficiais extraídos do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (SIAPE), do Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI) do Governo Federal e do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC). Na plataforma Nilo Peçanha, estão disponíveis, dentre outros índices, os índices de abandono do IFSC.

As taxas de abandono escolar são variáveis ao longo do tempo e expressam a ocorrência da problemática do abandono escolar. Optamos neste subcapítulo pela apresentação geral e descritiva das taxas referentes ao abandono escolar como base para discussões posteriores, demonstrando a problemática associada ao fenômeno.

Neste subcapítulo, consideramos a apresentação e descrição comparativa dos dados totais do IFSC e relações de taxas de abandono com os demais Institutos Federais da Rede Federal, e as taxas referentes ao Câmpus, objeto de pesquisa deste estudo.

Em consulta aos dados da Plataforma Nilo Peçanha sobre o total das taxas de abandono da Rede Federal de Educação Profissional do ano-base de 2017 com publicação em 2018, o IFSC apresentou uma taxa de abandono escolar de 36,9%.

| <b>Tabela 1 – Taxa de Abandono Escolar de 2017 da Rede Federal</b> |              |
|--------------------------------------------------------------------|--------------|
| INSTITUIÇÃO                                                        | TOTAL        |
| IFSULDEMINAS                                                       | 55%          |
| IFPA                                                               | 44,9%        |
| IFMS                                                               | 36,9%        |
| <b>IFSC</b>                                                        | <b>36,9%</b> |

Fonte: Plataforma Nilo Peçanha (2022).

Em relação à taxa total de abandono da Rede Federal do ano de 2017, o IFSC possui o mesmo índice apresentado pelo Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS), aparecendo em 4º lugar como Instituto Federal de maior taxa de abandono escolar dentre 38 Institutos Federais da Rede Federal Nacional. Lembrando que cada Instituto possui peculiaridades desde números de matrículas, eixo tecnológico e realidades regionais e locais distintas.

No ano-base de 2018, com a divulgação dos dados em 2019, o IFSC apresenta a taxa de abandono escolar de 38,2%, sendo o Instituto Federal com maior índice de abandono.

| <b>Tabela 2 – Taxa de Abandono Escolar de 2018 da Rede Federal</b> |              |
|--------------------------------------------------------------------|--------------|
| INSTITUIÇÃO                                                        | TOTAL        |
| <b>IFSC</b>                                                        | <b>38,2%</b> |
| IFB                                                                | 30%          |
| IFGOIANO                                                           | 29,3%        |
| IFSULDEMINAS                                                       | 28,9%        |

Fonte: Plataforma Nilo Peçanha (2022).

Notamos um aumento da taxa de abandono escolar em relação ao ano anterior. Também no ano de 2017, o IFSULMINAS apresentava a maior taxa total, no entanto, teve uma diminuição, aparentemente, considerável da taxa em 2018. Em 2018, diferentemente do ano anterior, o IFB e IFGOIANO apresentaram a maior taxa de abandono junto ao IFSC. Portanto, os Institutos Federais IFSULDEMINAS, IFPA e IFMS com maior taxa de abandono em 2017, alcançaram diminuição da taxa de abandono escolar em 2018. O IFSC, segundo os dados levantados na plataforma, apresentou aumento da taxa anterior.

No ano-base de 2019, com a divulgação dos dados em 2020, o IFSC apresentou taxa de abandono escolar de 27,6%, sendo o Instituto Federal com maior índice de

abandono, seguindo na sequência o IFMS, IFSP e IFRS.

| <b>Tabela 3 – Taxa de Abandono Escolar de 2019 da Rede Federal</b> |              |
|--------------------------------------------------------------------|--------------|
| INSTITUIÇÃO                                                        | TOTAL        |
| <b>IFSC</b>                                                        | <b>27,6%</b> |
| IFMS                                                               | 23,5%        |
| IFSP                                                               | 21,7%        |
| IFRS                                                               | 19,9%        |

Fonte: Plataforma Nilo Peçanha (2022).

É possível identificar que houve diminuição da taxa de abandono nos Institutos Federais e no IFSC em relação ao ano de 2018 que apresentava a taxa de 38,2%. Apesar da diminuição da taxa, o IFSC continuou sendo o Instituto Federal de maior taxa de abandono em relação aos demais Institutos Federais. Notamos também que aqueles institutos que estavam entre os quatro Institutos Federais com maior taxa de abandono nos anos anteriores não apresentaram as maiores taxas devido a uma diminuição da taxa de abandono em 2019.

A partir dos dados extraídos da Plataforma Nilo Peçanha, é possível concluir que diversos Institutos Federais alcançaram diminuição da taxa de abandono escolar. O IFSC alcançou diminuição da taxa no ano de 2019, porém, permanecendo como o Instituto Federal de maior taxa de abandono. Sobretudo, enfatizamos que a Plataforma Nilo Peçanha utiliza metodologia própria e desconhecemos se houve mudança na metodologia utilizada nos anos de 2017 a 2019 que poderiam explicar tais variações nas taxas de abandono referente ao IFSC e demais Institutos Federais.

Referente ao total das taxas de abandono do Câmpus Florianópolis Continente do ano-base de 2017 até o ano de 2019, o Câmpus apresenta taxas de abandono escolar pouco variáveis, conforme demonstrado no quadro abaixo:

| <b>Tabela 4 – Taxa de Abandono Escolar no IFSC Câmpus Florianópolis Continente</b> |          |
|------------------------------------------------------------------------------------|----------|
| Ano-Base                                                                           | Evadidos |
| 2017                                                                               | 37%      |
| 2018                                                                               | 36%      |
| 2019                                                                               | 36,5%    |

Fonte: Plataforma Nilo Peçanha (2022).

No ano-base de 2019, com publicação em 2020, em relação ao total das taxas de abandono, o Câmpus apresentou uma taxa de 36,5%, sendo o 4º Instituto com maior taxa de abandono em relação aos outros Câmpus do estado.

Comparando com outros Câmpus, há variação ao longo dos três anos nas taxas de abandono nos Câmpus do IFSC. No ano de 2017, as taxas de abandonos aumentaram nas seguintes unidades: Garopaba, São José, São Carlos e antigo CERFEAD. Diferentemente, em 2018 os Câmpus mencionados apresentaram diminuição da taxa, exceto o Câmpus Itajaí com aumento de 1% na taxa de abandono.

Quanto aos diversos tipos de cursos em seus níveis e graus de ensino, serão apresentados os dados dos cursos de Qualificação Profissional (FIC) e dos cursos Técnicos Subsequentes com maior número de matrículas e abandono do IFSC Câmpus Florianópolis Continente, a partir dos indicadores acadêmicos apresentados pela Plataforma Nilo Peçanha.

Referente aos cursos de Qualificação Profissional (FIC) no ano de 2017, o Câmpus Continente efetuou 1.146 matrículas, sendo 492 abandonos ou uma taxa de 42,9% abandonos. No ano de 2018, houve aumento do número de matrículas com 1.317 matrículas efetuadas, porém, a proporção de abandonos foi de 609 estudantes, numa taxa de abandono de 46,2%. Aumentou simultaneamente o número de matrículas e a taxa de abandono. De forma diferente, no ano de 2019, houve aumento do número de matrículas para 1.491, com 610 estudantes que abandonaram e diminuição da taxa de abandono escolar para 40,9%. Portanto, houve aumento do número de matrículas e manteve-se praticamente o número de estudantes evadidos. Lembrando que 2019 ocorreu a implementação local do Plano de Permanência e Êxito no Câmpus:

| <b>Tabela 5 – Taxas dos cursos de Qualificação Profissional (FIC) de 2017 a 2019</b> |                      |                     |           |
|--------------------------------------------------------------------------------------|----------------------|---------------------|-----------|
| Ano-Base                                                                             | Número de matrículas | Número de Abandonos | Abandonos |
| 2017                                                                                 | 1.146                | 492                 | 42,9%     |
| 2018                                                                                 | 1.317                | 609                 | 46,2%     |
| 2019                                                                                 | 1.491                | 610                 | 40,9%     |

Fonte: Plataforma Nilo Peçanha (2022).

Nos cursos Técnicos Subsequentes no ano de 2017, o Câmpus Continente efetuou 862 matrículas, sendo 313 evadidos ou uma taxa de 36,3%. No ano de 2018,

houve diminuição do número de matrículas com 732 matrículas efetuadas, sendo que o número de abandonos diminuiu de forma considerável para 181 alunos evadidos ou uma taxa de abandono escolar de 24,7%. Novamente, em 2019, houve aumento do número de matrículas próximo ao número do ano 2018 para 869, com 622 estudantes que abandonaram o curso e aumento da taxa de abandono escolar para 37%. Diferentemente dos cursos de Qualificação, nos cursos Técnicos, a taxa de abandono aumentou em 2019, ano que ocorreu a implementação local do Plano de Permanência e Êxito no Câmpus:

| <b>Tabela 6 – Taxas dos cursos Técnicos Subsequentes de 2017 a 2019</b> |                      |                     |           |
|-------------------------------------------------------------------------|----------------------|---------------------|-----------|
| Ano-base                                                                | Número de matrículas | Número de Abandonos | Abandonos |
| 2017                                                                    | 862                  | 313                 | 36,3%     |
| 2018                                                                    | 732                  | 181                 | 24,7%     |
| 2019                                                                    | 869                  | 322                 | 37%       |

Fonte: Plataforma Nilo Peçanha (2022).

Em síntese, o Câmpus apresentou taxa de abandono escolar pouco variável ao longo dos anos. Destaca-se a diminuição da taxa de abandono do curso de qualificação com associação ao ano de implementação local do plano.

Os dados apresentados sugerem ações diretas e/ou indiretas realizadas pelos Câmpus do IFSC, incluindo o Câmpus Florianópolis Continente nos três anos citados para enfrentamento da problemática do abandono escolar, já que percebemos diminuição e uma certa estabilização da taxa de abandono escolar.

Todavia, pensamos em algumas hipóteses que podem ter acontecido como falta de manutenção de ações ou falta de ações inovadoras e ações efetivadas sem o efeito esperado. Ademais, são diversas variáveis associadas, demandando um estudo específico para maior compreensão estatística da implementação da política de permanência e êxito, e seus resultados nos Câmpus e no Câmpus Continente.

Entendemos que um acompanhamento estruturado com registros das ações, monitoramento e avaliação dos resultados pode ser uma forma de identificar e compreender de forma mais precisa as medidas que funcionam, aquelas que precisam ser aperfeiçoadas e outras que precisam ser planejadas.

### **5.3 Experiências de permanência e êxito no IFSC e no IFSC Câmpus Florianópolis Continente**

Neste subcapítulo, serão apresentadas estratégias e ações identificadas para a promoção da permanência e êxito nos Câmpus do estado, representando características do movimento institucional de enfrentamento da problemática do abandono escolar. Efetuamos um apanhado geral no site institucional do IFSC para representar as estratégias e ações divulgadas referentes a permanência e êxito.

Segundo notícias extraídas do site institucional do IFSC, desde a implantação do plano em 2018, alguns Câmpus efetivaram ações de permanência e êxito como forma de enfrentamento do abandono escolar. Inicialmente, citamos o incentivo proporcionado pela Pró-reitora de Ensino por meio de edital lançado em agosto de 2018 para ações de permanência e êxito no IFSC.

Salientamos que em 2018 ocorreu o lançamento do Plano de Permanência e Êxito no IFSC para implementação nos Câmpus por meio de comissão local. Segundo o edital, as ações de permanência e êxito estão ligadas às estratégias de intervenção para a manutenção e integralização dos estudos. As ações deveriam ser realizadas em todos os Câmpus, níveis de ensino e tipos de cursos. Os critérios de pontuação para a escolha das ações propostas consistiam no número de alunos envolvidos, na promoção da inclusão (atendimentos a estudantes com IVS, pretos, pardos, indígenas, público-alvo da educação especial ou LGBTT) e na articulação com os diversos setores do Câmpus (IFSC, 2018b).

O Câmpus Itajaí propôs projeto de atividades artísticas, nomeado: “Ser ou não ser, eis a questão”, com os recursos do edital da Pró-reitora de Ensino/PROEN para a promoção de ações artísticas e de interação social. As atividades incluíram a execução de peça teatral em alusão ao dia da Consciência Negra, em que participaram 30 alunos, orientados por docentes e técnicos (GONÇALVES, 2018).

Atividades inclusivas também foram foco de intervenção no Câmpus Criciúma para a promoção da permanência e êxito de estudantes PCDs sob a responsabilidade do Núcleo de Atendimento à Pessoa com Necessidade Específica (NAPNE), atual NAE – Núcleo de Acessibilidade Educacional.

O Núcleo de Acessibilidade Educacional promove a cultura da inclusão na instituição, contribuindo também para o acesso, permanência e êxito de estudantes com

deficiência. O núcleo trabalha no sentido de acolher e auxiliar estudantes da melhor maneira possível para o sucesso na trajetória escolar (IFSC, 2018c).

O IFSC de Criciúma, por meio do grupo de pesquisas sobre abandono escolar e tecnologias educacionais (GETEC), proporcionou capacitação didático-pedagógica, realizada pelo Departamento de Ensino, Pesquisa e Extensão (DEPE) em 2019. A ação ocorreu em oficinas para docentes e técnicos com discussão de temas como comunicação em sala de aula, estratégias de ensino, planejamento e avaliação, técnicas educacionais, educação a distância e desenvolvimento e aprendizagem (IFSC, 2019a).

Bem como, o GETEC do Câmpus Criciúma e Comissão de direitos humanos, em novembro de 2019, organizaram o evento para promoção da permanência das pessoas com deficiência. A ação caracterizou-se por diálogo entre a comunidade escolar junto ao projeto de formação continuada para docentes e técnicos. O evento fez parte do ciclo de debates sobre a inclusão das pessoas com deficiência na escola, em especial, na rede federal de educação profissional, científica e tecnológica. Participaram das atividades, estudantes, profissionais do IFSC e representantes de escolas da região (IFSC, 2019b).

O Câmpus São Miguel do Oeste (IFSC, 2018d) também realizou o seu próprio Projeto de Permanência e Êxito, visando auxiliar estudantes de todos os cursos do Câmpus.

Conforme site institucional deste Câmpus (IFSC, 2018d, p.1), os objetivos do projeto foram:

[...] orientar o estudante a criar uma rotina diária de estudos com gestão de tempo; ensinar estratégias metacognitivas relacionadas à superação das dificuldades relacionadas à leitura e à matemática; promover espaços de diálogo e ações sobre os temas próprios da adolescência para a comunidade escolar; desenvolver ações sistematizadas de suporte à aprendizagem; implementar ou ampliar ações de formação continuada para os docentes; promover uma maior integração do discente no espaço escolar; estimular a postura científica conectada com o prazer de conhecer e produzir tecnologias (IFSC, 2018d, p. 1).

Os planos de ação do Projeto Permanência e Êxito, criados pelo Câmpus São Miguel do Oeste, estão divididos em quatro eixos: pedagógico, psicológico, sociocultural e científico/tecnológico, conforme a tabela a seguir (IFSC, 2018d, p.1):

| <b>EIXO PEDAGÓGICO</b>                         |
|------------------------------------------------|
| Oficinas dicas de estudo individual            |
| Oficinas de estratégias de compreensão leitora |
| Oficinas de estratégias de matemática          |
| Oficinas de apresentação de seminários         |
| Aulas de reforço                               |

|                                                                                                                                                  |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Grupos de estudo – aprendizagem colaborativa                                                                                                     |
| Monitoria                                                                                                                                        |
| Workshops temáticos para pais                                                                                                                    |
| Formação para docentes EAD                                                                                                                       |
| <b>EIXO PSICOLÓGICO</b>                                                                                                                          |
| Oficinas psicológicas temáticas sobre: interação grupal, resolução de conflitos, bullying, ansiedade e projeto de vida – orientação profissional |
| Grupo de pais                                                                                                                                    |
| <b>EIXO SOCIOCULTURAL</b>                                                                                                                        |
| Oficina de introdução musical                                                                                                                    |
| Espaço da arte                                                                                                                                   |
| Roda de conversa Literária                                                                                                                       |
| Espaço de integração (jogos de mesa)                                                                                                             |
| <b>EIXO CIENTÍFICO TECNOLÓGICO</b>                                                                                                               |
| Oficinas de integração de conhecimentos                                                                                                          |

Adaptado pela autora. Fonte: (IFSC, 2018d, p.1).

As ações do projeto atendem de forma prioritária as medidas de intervenção do Plano Estratégico de Intervenção e Monitoramento para Superação da Evasão e Retenção do IFSC. As ações estão voltadas para a intervenção nos fatores internos relacionados ao processo de ensino-aprendizagem (IFSC, 2018d).

De forma geral, o IFSC vem apresentando importantes propostas de políticas como o desenvolvimento e lançamento do plano de permanência e êxito, materializado ao nível local nos diversos Câmpus do estado conforme peculiaridades, com preponderância para efetivação de programas de suma importância como o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e a Assistência Estudantil por meio do Programa de Atendimento aos Estudantes em Vulnerabilidade Social (PAEVS).

## 6 ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS

A análise de conteúdo é uma das metodologias qualitativas mais utilizadas no ramo de ciências sociais e humanas, além de sua presença em variadas disciplinas. Segundo definição dada por Bardin (1977), a análise de conteúdo é um grupo de técnicas de análise da comunicação visando à obtenção de indicadores (quantitativos ou não) que permitem processos sistemáticos e objetivos de caracterização de seu conteúdo para inferir informações sobre as condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas declarações.

A análise de conteúdo é uma revisão rigorosa e sistemática de documentos

textuais ou visuais. Em uma análise de conteúdo, o pesquisador tenta reduzir vieses cognitivos e culturais para garantir a objetividade de seus achados (FERREIRA, 2000).

A análise do conteúdo é uma ferramenta que deve considerar a dinâmica das representações sociais e o importante papel que elas têm na “produção/recepção” dos enunciados.

O discurso formado ao longo do processo de comunicação serve de auxílio para a análise de conteúdo. Isso demonstra um duplo objetivo da análise de conteúdo: por um lado, tenta extrair o sentido do discurso para o emissor, ou seja, sua subjetividade; por outro lado, tenta estabelecer relevância para o destinatário, isto é, sua objetividade.

A objetividade do enunciado está ligada ao seu aspecto social, pois carrega significados importantes para determinado grupo. Nesse procedimento, as representações sociais fundamentam a conversa em um quadro simbólico conhecido pelos dois comunicadores tradicionais. Também permitem a caracterização subjetiva da substância do discurso.

Cada enunciado pode então ser utilizado para identificar as representações sociais que contribuem para sua formação. O conhecimento da dinâmica das representações sociais é de grande valia para a análise de conteúdo, que busca investigar as circunstâncias da criação do discurso e seu verdadeiro significado para a comunicação por meio de indicadores.

Indicada para evidenciar opiniões, crenças, posições e pontos de vista veiculados pelos discursos, a análise de conteúdo, sem dúvidas, apresenta-se como ideal para pesquisas de contextos sociais. Tais pesquisas são necessárias, uma vez que possibilitam o aprofundamento do estudo do discurso individual e suas variações, permitindo que significados comuns sejam identificados, sendo essa a base de qualquer representação social. Nesse sentido, Bardin (1977) propõe que uma hermenêutica controlada baseada na dedução e na inferência é o fator comum dessas inúmeras e multiplicadas abordagens. Como esforço interpretativo, a análise de conteúdo equilibra o rigor da objetividade e a fecundidade da subjetividade.

Buscando não existir tendência do pesquisar de forma subjetiva mediante todo o corpo de dados em questão, existem técnicas definidas para realizar a análise de conteúdo, que direciona a pesquisa de uma forma objetiva (BARDIN, 1977).

O objetivo básico da análise de dados é analisar criticamente o significado do que foi perguntado, se o significado é explícito ou inferido. Como resultado, o momento da

análise dos dados foi feito em um contexto interpretativo, com base nas regras fornecidas pelos pressupostos da conexão que eles mantinham no referencial teórico sugerido.

Após a realização das entrevistas e observações, todas as informações produzidas devem ser avaliadas e organizadas. O pesquisador deve avaliar todos os trabalhos que abordam sua questão de pesquisa e descartar aqueles que não o fazem.

As leituras do material coletado não pretendem ser sistemáticas, mas sim fornecer uma compreensão dos conceitos e significados primários. A organização é construída sobre esta base.

Os conceitos que regem a fase de organização, segundo Bardin (2004), são:

- I. Fazer leituras flutuantes (ponto inicial de interação com materiais de coleta de dados);
- II. Criar o corpus (toda a coleção de conhecimento para um determinado assunto);
- III. Desenvolver hipóteses de conteúdo (sugerir explicações e argumentos, que serão validados ou descartados).

Para isso, devem ser seguidas as seguintes regras (BARDIN, 2004):

- Exaustividade (toda a pesquisa deve ser aprofundada até se exaurir, para que nada seja omitido);
- Representatividade (a amostra deve representar o universo);
- Homogeneidade (os dados devem pertencer ao mesmo assunto, ser obtidos usando as mesmas metodologias e coletados por pessoal semelhante);
- Pertinência (os dados devem se adequar ao conteúdo e propósito da pesquisa);
- E exclusividade (os documentos devem ser exclusivos da pesquisa, sendo que um elemento não deve ser classificado em mais de uma categoria).

Dessa forma, os instrumentos da leitura flutuante foram: as entrevistas realizadas com os indivíduos selecionados com o critério de serem participantes da Comissão de Permanência e Êxito, e membros da Gestão do Câmpus, totalizando 8 participantes. O critério de escolha dos participantes consistiu no quesito de maior experiência com a política se comparado a outros sujeitos e na representação ampliada da comunidade escolar: 3 técnicos administrativos, 1 docente, 3 membros da gestão (2 docentes e 1 técnico administrativo) e 1 estudante. As entrevistas ocorreram no período de novembro de 2021 a março de 2022.

A variada interpretação desses recursos possibilitou demonstrar uma sistematização de conceitos básicos frente aos estudos, o que enalteceu as etapas seguintes, bem como o desenvolvimento do texto de análise deste estudo.

A leitura flutuante começa com os dados transcritos. Em seguida, vem a seleção de índices ou categorias com base nas questões ou hipóteses norteadoras, e seu agrupamento em indicadores ou temas. As recorrências temáticas são coletadas do texto e traduzidas em unidades de categorização equivalentes para as modalidades de análise temática e produção de dados (BARDIN, 2004).

Diante dos trabalhos disponíveis, foi possível descrever os objetivos e realizar levantamentos hipotéticos para esta pesquisa. Como consequência, o objetivo foi oferecer uma reflexão sobre os achados e fundamentar um referencial teórico e/ou pragmático. A hipótese, por outro lado, é uma afirmação transitória que se propõe testar (confirmar ou informar) utilizando os métodos analíticos. É uma tese baseada na intuição que permanece adormecida até que seja submetida a uma prova segura de dados (BARDIN, 2004).

No presente estudo, o objetivo geral consiste em analisar os desafios e as principais ações da política de permanência e êxito, entre 2018 e 2019 do Câmpus IFSC Florianópolis Continente. Nessa conjuntura, é dada ênfase as informações analisadas no sentido de tentar elucidar fontes pertinentes em dois segmentos/objetivos: as ações da política de permanência e êxito no Câmpus Continente e os desafios encontrados para sua aplicação.

Dando continuidade à pré-análise, utilizam-se indicadores, sendo fatores de identificação que permitem extrair das comunicações a substância de sua mensagem. Há operações para recortar o texto em unidades equivalentes de classificação para análise do tema, bem como vários modos de codificação para capturar os resultados (BARDIN, 2004).

As unidades de codificação são escolhidas na segunda fase, também chamada de fase de exploração do material, utilizando os seguintes procedimentos de codificação, que inclui a seleção das unidades de registro:

- 1 Recorte;
- 2 A seleção de regras de contagem;
- 3 Enumeração e seleção de categorias;
- 4 Classificação e agregação;

- 5 Rubricas ou classes que reúnem um grupo de elementos (unidades de registro) devido a características comuns;
- 6 Classificação (semântica, sintático ou lexical);
- 7 Categorização (reunir mais informações em detrimento da esquematização e, assim, correlacionar classes de eventos para ordená-los).

As questões de pesquisa servem como estrutura para o estudo em investigações qualitativas. Palavras, frases, parágrafos ou tópicos podem ser usados como unidades de análise. As unidades de gravação incluem eventos, objetos e personagens. A codificação requer que, além da unidade de registro, a unidade de contexto seja verificada.

Após a seleção da unidade de codificação, ocorrerá a categorização em blocos que expressam categorias específicas que confirmam ou alteram aquelas contidas nas hipóteses e referências teóricas originalmente apresentadas. Uma categoria é uma coleção de fatos com pontos em comum em vários cenários ou circunstâncias, deve ser definida de forma objetiva e consistente em todos os momentos.

A classificação pode ser semântica (significado dos códigos), sintática (de acordo com a organização da estrutura da frase), lexical (localização da palavra) ou expressiva (o que o entrevistado quis dizer). É fundamental considerar esse critério para estabelecer um padrão na análise de conteúdo e, conseqüentemente, um procedimento científico no estudo. Neste estudo, optou-se pelo critério léxico.

Seguindo estes procedimentos, o Quadro 1 traz os elementos indicadores do presente estudo, denominadas unidades de registro, em concordância e coerência aos objetivos propostos.

Quadro 1 – Unidades de registro

| <b>Unidades de registro</b>               | <b>Número de ocorrências</b> |
|-------------------------------------------|------------------------------|
| Permanência e êxito                       | 80                           |
| Alunos trabalhadores                      | 50                           |
| Evasão de curso                           | 46                           |
| Auxílios                                  | 37                           |
| Programa de permanência e êxito no Câmpus | 25                           |

|                     |    |
|---------------------|----|
| Estratégias de ação | 17 |
|---------------------|----|

Fonte: a autora (2022).

A enumeração descrita logo após as Unidades de Registro, apresentadas na tabela, reflete a periodicidade com que o termo foi replicado, estruturando-se metodologicamente como componentes de suporte à luz dos objetivos da dissertação. Vale ressaltar que a unidade de registro e as contribuições dessa atividade estão associadas ao trabalho realizado pela Comissão de Permanência e Êxito, bem como a percepção de profissionais da Gestão em seu contexto.

A próxima fase do processo de análise de conteúdo é chamada de tratamento dos resultados – inferência e interpretação. A partir dos resultados brutos, o pesquisador buscará torná-los significativos e válidos. Essa interpretação deve ir além do conteúdo manifesto dos documentos, pois o pesquisador está interessado no conteúdo latente, o significado por trás do que é imediatamente apreendido.

A descrição analítica, orientada por hipóteses e referenciais teóricos, auxilia a investigação aprofundada neste nível (FARAGO; FONFOCA, 2012). Na definição das categorias, destacam-se as partes fundamentais de uma grande comparação no estudo, ou seja, as categorias.

Dessa forma, a análise categórica implica desmembrar os componentes de registro do texto e depois agrupá-los ou reagrupá-los. Assim, o processo de codificação pode empregar a repetição de palavras e/ou conceitos para gerar unidades de registro e, posteriormente, categorias de análise preliminares (BARDIN, 2004). Inferir não implica fazer suposições subconscientes, mas, sim, encontrar base na teoria e em eventos reais envolvendo geração e recepção de mensagens.

As interpretações a que as inferências conduzem serão sempre no sentido de explorar o que está por baixo da realidade visível, o que o discurso enunciado genuinamente significa, e o que alguns enunciados aparentemente superficiais significam em detalhes.

## 6.1 Categorias iniciais

As primeiras categorias de análise são apresentadas no Quadro 2 com a relevância das frases e conceitos da entrevista. Ressalta-se que tais categorias foram

citadas devido ao seu uso frequente no registro da entrevista, bem como pela ordem de categorização do instrumento.

Quadro 2 – Categorias iniciais

| Nº  | Categorias iniciais                                                                                    |
|-----|--------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1.  | Permanência estudantil nos cursos disponibilizados.                                                    |
| 2.  | Permanência e êxito a partir dos egressos.                                                             |
| 3.  | Permanência e êxito como ação permanente.                                                              |
| 4.  | Permanência e êxito como responsabilidade de docentes, coordenadores e demais profissionais do Câmpus. |
| 5.  | Êxito de estudantes que conseguem se formar nos cursos.                                                |
| 6.  | Alunos trabalhadores que ingressam nos cursos do IFSC.                                                 |
| 7.  | Estudantes que conciliam trabalho e estudos.                                                           |
| 8.  | Perfil trabalhador como público do IFSC.                                                               |
| 9.  | Capacitação e êxito no trabalho de egressos.                                                           |
| 10. | Demanda de trabalho qualificada disponível para egressos.                                              |
| 11. | Trabalho de qualidade como foco de estudantes do IFSC.                                                 |
| 12. | Abandono de curso devido à discordância de horário do trabalho.                                        |
| 13. | Busca de sobrevivência como causa do abandono.                                                         |
| 14. | Abandono de estudantes não é totalmente controlado ou supervisionado.                                  |
| 15. | Alta taxa de abandono estudantil e a falta de estratégias de combate.                                  |
| 16. | Auxílio de natureza econômica e social disponibilizado à estudante.                                    |
| 17. | Auxílio financeiro.                                                                                    |
| 18. | Auxílio moradia.                                                                                       |
| 19. | Auxílio-alimentação.                                                                                   |
| 20. | Auxílio assistência estudantil.                                                                        |
| 21. | Auxílio-transporte.                                                                                    |
| 22. | Bolsas de estudo que sejam eficazes e coerentes à realidade dos estudantes.                            |
| 23. | Permanência e êxito, e sua aplicação parcial no Câmpus.                                                |
| 24. | Falta de pesquisas e dados quantitativos quanto ao Abandono no Câmpus para ações corretoras.           |
| 25. | Política de ação para alcançar permanência e êxito de estudantes.                                      |
| 26. | Levantamento de dados sobre o abandono e a motivação.                                                  |
| 27. | Política burocrática e mecânica.                                                                       |
| 28. | Política extensa com pouco prazo.                                                                      |
| 29. | Política aplicada, porém, sem retorno quantitativo e qualitativo.                                      |
| 30. | Política com pouco investimento de pessoas, tempo e recursos.                                          |
| 31. | Ações aplicadas para combater o abandono estudantil.                                                   |
| 32. | Flexibilidade de grade, horário e currículo para permanência de estudantes até concluírem o curso.     |
| 33. | Contato constante com estudantes que apresentam indícios de intenção de abandono.                      |

|     |                                                                                                                |
|-----|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 34. | Atualização de dados de estudantes para contato.                                                               |
| 35. | Observação de profissionais em contato direto com estudantes em sala de aula.                                  |
| 36. | Comunicação entre os setores do Câmpus para supervisão de estudantes com indicativos de intenção de abandono.  |
| 37. | Disponibilização de recursos para o Câmpus direcionar à estudantes que precisem ou estejam em vulnerabilidade. |
| 38. | Contato com egressos para feedback dos reais êxitos pós-curso.                                                 |
| 39. | Levantamento de dados sociais e econômicos de estudantes ainda em seu ingresso.                                |

Fonte: a autora (2022).

Após um levantamento de 39 categorias iniciais, foram consolidadas seis categorias intermediárias, representando os primeiros agrupamentos de categorias que comunicam informações por meio de uma coleção de frases do texto, sendo sustentadas por um conceito/inferência norteadora (SILVA; FOSSÁ, 2015). Como primeiro passo, interpretam-se os conteúdos e os conceitos teóricos dos instrumentos de pesquisa para identificar as primeiras categorias (FERREIRA, 2000).

## 6.2 Categorias Intermediárias

As categorias intermediárias foram criadas a partir das categorias iniciais, constituindo o processo de aglutinação de categorias com as respectivas ideias norteadoras. Na sequência, serão apresentadas as seis categorias intermediárias com as respectivas análises críticas no contexto interpretativo baseado nos pressupostos relacionados ao referencial teórico sugerido.

### 6.2.1 Criação e aplicação da política de permanência e êxito para estudantes

A primeira categoria intermediária “criação e aplicação de política de permanência e êxito para estudantes” foi originada pelo agrupamento das seguintes categorias iniciais: 1. Permanência de estudantes nos cursos disponibilizados; 2. Permanência e êxito a partir dos egressos; 3. Permanência e êxito como ação permanente; 4. Permanência e êxito como responsabilidade de docentes, coordenadores e demais profissionais do Câmpus e 5. Êxito de estudantes que conseguem se formar nos cursos.

A partir das falas de participantes que representam a categoria a “criação e

aplicação de política de permanência e êxito para estudantes”, buscamos tornar os dados significativos por meio de interpretação para além do conteúdo manifesto, ou seja, buscando o significado que está por trás do que é imediatamente apreendido em um todo coerente com suas partes relacionadas entre si.

Inicialmente, apresentamos a descrição referente às falas semelhantes de participantes com suas relações entre si. Os discursos de participantes concordam que o público de estudantes do Câmpus é heterogêneo, marcado pela diferença existente entre cada sujeito que frequenta a instituição:

Então, para se fazer uma política efetiva, no meu ponto de vista, teria que ser uma política para cada público desse, não dá para você fazer uma política e englobar todos, pois são públicos diferentes (Participante 8).

O atendimento individualizado é muito importante, porque a gente sabe que cada pessoa é uma pessoa (Participante 8).

A gente tem ainda a heterogeneidade das pessoas de classe social (Participante 1).

Percebemos a importância de observar cada estudante dentro de suas diferenças, já que cada pessoa é constituída por diversos elementos identitários. Portanto, uma política que condiz com a diversidade do público, expressa a concretude próxima da realidade social.

Coelho (2014), a partir de sua pesquisa sobre abandono escolar, salienta a importância do entendimento sobre as particularidades das pessoas para implementação de ações de permanência e êxito voltadas às necessidades concretas e para o compromisso com a transformação das desigualdades sociais.

Atentar-se para quem é de fato cada estudante do Câmpus está relacionado ao pensamento conceitual. Então, o que define quem é cada sujeito? O meio social, a individualidade ou ambos os fatores? Quais são as ideias variadas que existem a esse respeito? São perguntas que podem suscitar reflexões, dentre elas, refletimos a possibilidade da existência de diversas concepções que definem cada sujeito e especificamente o público de estudantes do Câmpus, marcados por determinada classe social. Neste estudo, entendemos que a constituição humana é marcada pela classe social que determina o modo de pensar, sentir e agir.

Magrone (2017, p. 16) faz uma reflexão sobre as características da classe social que nos define enquanto sujeitos sociais:

Ao contrário do que propaga o senso comum, a classe social a que pertencemos define, em ampla medida, o nosso ser social: nossos gostos, nossos sonhos,

nossos desejos, nossas preferências, nossas doenças, nossa percepção estética, nossos interesses culturais, nossas escolhas conjugais, nossas estratégias de mobilidade social, nossas escolhas profissionais etc.

Segundo Magrone (2017) somos produzidos em uma cultura de classe com transmissão de valores carregados de forças afetivas e emocionais. Nesse processo de produção humana, as capacidades humanas são formadas de forma diferenciada. Para Magrone (2017), as classes média e alta possuem privilégios de acessos a recursos materiais ou simbólicos que não são acessados por outras classes.

Ainda sobre conceitos, temos as falas de participantes a respeito do significado da permanência e êxito como ação de melhoria após a identificação do problema do abandono escolar e como preocupação existente devido à falta de percepção de pessoas envolvidas com o tema:

A permanência e êxito é uma ação de melhoria. Então, se a gente estuda essa política de permanência e êxito porque não estava existindo a permanência. Então, detectamos um problema inicialmente (Participante 8).

A permanência e êxito é uma preocupação institucional que não precisaria nem ter, deveria ser intrínseca da própria instituição, mas diante daquilo que eu te falei, da falta de percepção de várias pessoas do porquê (Participante 1).

Por outro lado, além dos depoimentos mencionados quanto ao conceito de permanência e êxito, observamos no discurso apreendido de participante uma diferença de conceituação:

O êxito que eu entendo é sim concluir a formação dele, preferencialmente, no tempo previsto em projeto de curso. Ok, não deu sei lá por quais motivos, mas que ele consiga concluir, que ele não evada porque ele não consegue comer, porque ele não consegue pegar ônibus, que ele tem que cuidar de um filho, de um pai. A gente entende que ele deve ter condições do IFSC para que ele venha concluir (Participante 5).

Segundo o entendimento de participante, a permanência e êxito não acontece de forma descolada das condições materiais de vida e o IFSC como instituição de ensino pode oferecer condições para que estudantes permaneçam e concluam a sua formação.

Marx e Engels (2007, p. 32-33) destacam a importância das condições materiais para a sobrevivência humana diária:

[...] para viver, precisa-se, antes de tudo, de comida, bebida, moradia, vestimenta e algumas coisas mais. O primeiro ato histórico é, pois, a produção dos meios para a satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material, e este é, sem dúvida, um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje, assim como há milênios, tem de ser cumprida diariamente, a cada hora, simplesmente para manter os homens vivos.

Parece óbvia a ideia da busca humana para o atendimento das necessidades de

sobrevivência, mas diante da realidade atual brasileira, a necessidade de sobrevivência é o foco principal da população e, muitas vezes, a sobrevivência é um desafio diário.

Dessa forma, participantes enfatizaram aspectos relacionados a diversos conceitos sobre permanência e êxito, estudante concreto, influenciado por determinada classe social que condiciona certas condições materiais, trazendo impactos para a permanência e êxito na instituição.

O discurso apresentado por participantes, em relação aos conceitos de permanência e êxito, está relacionado à responsabilidade de docentes, coordenadores e demais profissionais do Câmpus:

Olhar para esses dados e pensar ou a divulgação envolvendo todo mundo, porque isso não é só um problema da direção do Câmpus. Eu acho que é um problema que tem, sim, a Gestão do Câmpus, Coordenações dos cursos, eu acho que elas são fundamentais para esse papel e a partir das coordenações, envolvem os professores e todo o corpo técnico (Participante 2).

Você tem que saber administrar, mas isso tem que fazer com que o professor puxe os alunos e professor que faça, que pense na permanência e êxito, que ele não pense que só vai dar uma aula [...]. Então, é por isso que eu te digo, a capacitação não é só de docente, é de todo mundo dentro da instituição para trabalhar (Participante 1).

De acordo com Coelho (2014, p. 165), referente à capacitação docente “há necessidade de políticas públicas de capacitação docente, comprometidas com a formação de profissionais que possam atuar na práxis escolar de forma crítica e consciente”.

Os conceitos podem ser utilizados como uma espécie de guia da prática. Uma prática efetivada sem base teórica consistente para uma maior aproximação do fenômeno estudado, pode ser entendida como senso comum. Nesse sentido, a definição de sujeito, de estudante e do conceito de permanência e êxito guiam determinadas ações relativamente efetivas ou não efetivas. As bases conceituais são instrumentos usados para a leitura da realidade.

O sentido da instituição existir é a formação estudantil. Para isso, é preciso que o direito à educação profissional e tecnológica se efetive na medida da promoção de condições materiais efetivas para permanência e êxito estudantil. A missão institucional é efetivada por profissionais da educação, cujo papel consiste em materializar a missão institucional de promoção da inclusão e formação de cidadãos, por meio da educação profissional, científica e tecnológica, gerando, difundindo e aplicando conhecimento e inovação, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico e cultural.

Portanto, a partir dos enunciados de participantes, ressaltamos que a totalidade da instituição é responsável por fazer acontecer a política de permanência e êxito. No entanto, consideramos a importância da promoção de condições financeiras e humanas para a realização efetiva da política.

#### 6.2.2 Perfil trabalhador como público do IFSC

A segunda categoria intermediária apreendida a partir de categorias iniciais é descrita como: “perfil trabalhador como público do IFSC”. O processo de definição dessa categoria se deu por meio do processo de aglutinação das categorias iniciais: 6. Alunos trabalhadores que ingressam nos cursos do IFSC; 7. Estudantes que conciliam trabalho e estudos; 8. Perfil trabalhador como público do IFSC; 9. Capacitação e êxito no trabalho de egressos; 10. Demanda de trabalho qualificada disponível para egressos e 11. Trabalho de qualidade como foco de estudantes do IFSC.

Sinteticamente, a segunda categoria intermediária, “perfil trabalhador como público do IFSC”, evidencia a ideia de que a maioria de estudantes do Câmpus pertence à classe trabalhadora, em que conciliam estudos e trabalho, uma vez que não possuem condição econômica para deixarem o trabalho e se dedicarem aos estudos até a conclusão do curso, conforme o enunciado de participantes:

Por a gente ter um público mais adulto e trabalhador, por consequência, isso influencia bastante. Influencia no sentido dessa questão do trabalho, mudou o horário de trabalho, ele tem que parar o curso, o trabalho está em primeiro lugar e na sequência o estudo (Participante 3).

A gente tem muito mais pessoas que vem de escola pública, da classe trabalhadora que divide o seu tempo entre o trabalho e a escola. [...] Ele precisa sobreviver e ele vai sobreviver a partir do trabalho (Participante 5).

O nosso Câmpus tem muito esse perfil de trabalhador, quase integral, todos os alunos trabalham e estudam (Participante 6).

Ao analisar os enunciados da categoria com base no aporte teórico supracitado, destacamos a contradição da realidade vivida por estudantes da classe trabalhadora que ingressam na instituição para alcançar qualificação e ascensão de carreira e a concretude do próprio trabalho que não possibilita muitas vezes esse avanço. Na verdade, a contradição vem da própria estrutura de classes sociais e de trabalho precário, presentes no modelo econômico capitalista que impossibilita tempo qualificado para estudos e vida digna, muitas vezes não garantindo a própria sobrevivência.

No pensamento de Detregiachi Filho (2012), existem contradições presentes na

educação profissional e tecnológica, associadas à dualidade na educação dividida para ricos e pobres, desde a educação básica até a educação superior entre aqueles que podem pagar pela educação privada e aqueles que precisam conciliar entre estudo e trabalho.

Segundo Bernardim (2013), como existem estudantes da classe trabalhadora, é necessário compreender essas pessoas no processo educativo para não se reproduzir a exclusão social. Bem como, nas palavras de Bernardim (2013, p.100):

Ao receber os filhos da classe trabalhadora, que são atores sociais vitimados pela estrutura socioeconômica desigual, a escola não só abre perspectivas de enfrentamento dos efeitos do capitalismo mediante a democratização do seu espaço, como também afirma o sistema ao reproduzir as suas contradições, instaurando um tensionamento permanente entre a política e a execução, a intenção e a prática, o que se manifesta através de novos conflitos.

Portanto, ao perceber e compreender, no nível conceitual, o significado de cada pessoal particular, a sua classe e a sua categoria estudante/trabalhador, considera-se o público concreto que frequenta a instituição, contribuindo para a compreensão das suas necessidades, marcadas pela classe social. Nas palavras de Antunes (2009, p. 181), "podemos, portanto, apreender a forma de ser da classe trabalhadora se entendermos o conjunto heterogêneo e complexificado do trabalho social hoje".

### 6.2.3 A escolha pelo trabalho e sobrevivência básica

A terceira categoria intermediária, denominada como “a escolha pelo trabalho e sobrevivência básica” se deu pelo processo de agrupamento das seguintes categorias iniciais: 12. Abandono de curso devido à discordância de horário do trabalho; 13. Busca de sobrevivência como causa de abandono; 14. Abandono de estudantes não é totalmente controlada ou supervisionada e 15. Alta taxa de abandono de estudante e a falta de estratégias de combate.

A terceira categoria intermediária, denominada como “a escolha pelo trabalho e sobrevivência básica” tem como expressão a seguinte ideia norteadora: o abandono de estudantes do Câmpus Florianópolis Continente, principalmente ao nível técnico e superior, tem grande relação com a incompatibilidade de trabalho, principalmente quando há discordância de horário, carga horária de aulas e demanda das aulas:

Então, muitas coisas que se aproximavam deles era essa questão do tempo, a necessidade de trabalhar, então, abandonava o estudo por a prioridade ser a questão econômica, ela é muito forte (Participante 8).

Em função do trabalho, abandonavam o curso, mas talvez poderia ser pensado em formas de como auxiliar esses trabalhadores ou esses trabalhadores/estudantes (Participante 2).

E a gente nesse levantamento também detectava muito a questão da evasão relacionado ao trabalho, mas não conseguimos, pelo menos na minha fase, não conseguimos avançar numa pesquisa mais aprofundada. Então, a gente via que chegava uma hora que era incompatibilidade de horário, priorizar o trabalho (Participante 7).

Estudantes do Câmpus abandonam a formação profissional e tecnológica, principalmente, pelo desafio de conciliar trabalho e estudos. São estudantes da classe trabalhadora que acabam por enfrentar uma dupla jornada.

As influências na educação profissional e na condição de trabalho estão postas desde a estruturação da sociedade em classes e suas consequências como a exclusão escolar e social. Existem influências que demonstram a formação da totalidade da realidade social, dentre elas, destacamos como foco de interpretação deste estudo as influências políticas, sociais, culturais e econômicas.

Diante dos desafios postos pela dupla jornada, exclusão, trabalho precário, uma das possibilidades de transformação dessa realidade consiste no cumprimento do papel da educação profissional voltada também para a formação política e emancipatória. Refletimos que a educação profissional e tecnológica deve ter sentido na realidade concreta dos estudantes, propiciando o desenvolvimento da autonomia para intervir, conscientemente, na realidade, transformando-se no trabalho e por meio dele. Sabendo que nas contradições da sociedade e da vida em geral ocorrem movimentos constantes de transformação da realidade. Portanto, as transformações da sociedade são possíveis nas suas contradições inerentes, sendo a contradição a lei fundamental da dialética:

A dialética considera todas as coisas em seu devir. O movimento é uma qualidade inerente a todas as coisas. A natureza, a sociedade não são entidades acabadas, mas em contínua transformação, jamais estabelecidos definitivamente, sempre inacabadas 4.º) Unidade e luta dos contrários (princípio da contradição). A transformação das coisas só é possível porque no seu próprio interior coexistem forças opostas tendendo simultaneamente à unidade e à oposição. É o que se chama de contradição, que é universal, inerente a todas as coisas materiais e espirituais. A contradição é a essência ou a lei fundamental da dialética (GADOTTI, 2003, p. 25).

De forma geral, compartilhamos do entendimento de Frigotto (2007) quando menciona que a educação básica precisa garantir, nos seus propósitos, a educação politécnica ou de tecnologia universal para além da qualificação profissional, no sentido do avanço das forças produtivas e na emancipação da classe trabalhadora.

Saviani (2003, p.145) manifesta o seu pensamento a respeito do conceito

### Marxista de Educação Tecnológica ou Politécnica:

Trata-se da união entre formação intelectual e trabalho produtivo, que, no texto do Manifesto, aparece como “unificação da instrução com a produção material”, nas Instruções, como “instrução politécnica que transmita os fundamentos científicos gerais de todos os processos de produção” e n’ O Capital, como “instrução tecnológica, teórica e prática”.

No entanto, concordamos com o pensamento de Lima Filho (2010) que a educação profissional, científica e tecnológica tem oferecido, primordialmente, formação profissional para o atendimento de demandas do setor produtivo, para formação de estudantes da classe trabalhadora que atenda ao perfil do mercado de trabalho atual, significando “a negação da qualificação e escolarização para a plena e integral formação humana do cidadão” (LIMA FILHO, 2010, p. 112).

Neste trabalho, defendemos o trabalho como instrumento de autodesenvolvimento para o controle consciente do processo produtivo, concordando com o pensamento de Lukács (1978, p. 6): “com o trabalho, portanto, dá-se ao mesmo tempo, ontologicamente, a possibilidade de seu desenvolvimento superior, do desenvolvimento dos homens que trabalham”. Lukács (2018, p. 90) acrescenta ainda que “a questão central das transformações no interior do homem consiste em atingir um controle consciente sobre si mesmo”.

#### 6.2.4 Auxílio e Assistência Estudantil como importantes ferramentas de combate ao abandono estudantil

Na sequência, a quarta categoria intermediária, “Auxílio e Assistência Estudantil como importantes ferramentas de combate ao abandono estudantil”, foi aglutinada por meio das categorias iniciais: 16. Auxílio de natureza econômica e social disponibilizado à estudante; 17. Auxílio financeiro; 18. Auxílio moradia; 19. Auxílio-alimentação; 20. Auxílio de assistência estudantil; 21. Auxílio-transporte e 22. Bolsas de estudo que sejam efetivas e coerentes à realidade dos estudantes.

A ideia que norteia a quarta categoria se refere à possibilidade de auxílios financeiros que ajudem estudantes a se manterem financeiramente, podendo ser ferramentas efetivas para combater o abandono escolar, já que a necessidade em ter uma renda para sobrevivência é a maior motivação de abandono estudantil:

A gente fez no edital DAE e Proen que era o auxílio-moradia. O auxílio-moradia que a gente implantou no Câmpus também para os alunos poderem receber na época (Participante 1).

A gente segue com o básico que é PAEVS que é para dar suporte. Uma ajuda para um estudante que precisa para um uniforme que é o básico do básico, o PNAE que foi implementado no Câmpus (Participante 3).

Foi implementado através das bolsas de auxílio-moradia, auxílio de assistência estudantil. Contribui num plano macro de permanência estudantil [...] é uma ajuda de custo para o estudante que dá uma aliviada na situação dele (Participante 6).

O Decreto nº 7.234 de 19 de julho de 2010 dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES com a finalidade de ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal com a proposição de uma série de ações: moradia estudantil, alimentação, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico, acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação. As despesas com PNAES devem estar vinculadas ao orçamento anual destinado ao Ministério da Educação ou às Instituições Federais de Ensino Superior.

A partir do Plano Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, o IFSC regulamentou a sua própria política de Assistência Estudantil por meio da criação e aprovação de Resolução pelo Colegiado de Ensino, Pesquisa e Extensão/IFSC nº 001/2010, de 30 de novembro de 2010, que regulamenta a Assistência Estudantil do Instituto Federal de Santa Catarina.

Segundo a Resolução, as ações e programas da Assistência Estudantil são divididos em: I – Atendimento universal aos estudantes; II – Atendimento aos estudantes em vulnerabilidade social. De acordo, com o inciso II do artigo 5º, os programas de atendimento aos estudantes em vulnerabilidade social são:

I – Programa de Atendimento Básico: caracteriza-se como um auxílio financeiro a estudantes com dificuldades para prover as condições necessárias para a permanência e o êxito durante o percurso escolar na instituição. II – Programa de Auxílio Complementar: caracteriza-se na oferta de benefícios financeiros ou de benefícios materiais para auxiliar no atendimento às necessidades dos estudantes que recebem o benefício básico e dos estudantes que possuem renda superior a estabelecida pelo programa básico que estejam em situação de vulnerabilidade social devido a agravantes sociais.

A Política de Assistência Estudantil do IFSC a partir do PNAES, relativamente recente, surgiu como política altamente necessária numa tentativa de atender às diversas demandas de estudantes. Por conseguinte, as demandas concretas de vida, atendidas por meio da política, poderiam proporcionar a permanência estudantil, ou seja, interpretamos que o direito à educação é assegurado sob a garantia de outros direitos

fundamentais, uma vez que o ser humano é um todo composto por necessidades de moradia, saúde, cultura, alimentação, etc.

Sabemos que o IFSC, com os limites orçamentários, tem efetivado apenas a política voltada, estritamente, para o conjunto de programas de transferência de renda para estudantes em vulnerabilidade social.

Nessa perspectiva, a Resolução do Conselho Superior do IFSC/Consup nº 41 de 19 de dezembro de 2017 regulamentou o Programa de Atendimento ao Estudante em Vulnerabilidade Social (PAEVS) e suas ações no IFSC como: o Auxílio Permanência, Auxílio Compulsório, o Auxílio Ingressante Cotista Renda Inferior a 1,5 salários-mínimos e o Auxílio Emergencial do Instituto Federal de Santa Catarina.

As ações do Programa de Atendimento ao Estudante em Vulnerabilidade Social (PAEVS) devem ser custeados por uma série de recursos provindos do orçamento da União no que se refere à Ação de Assistência ao Educando da Educação Profissional, de recursos dos Câmpus e ainda de fontes suplementares e extra orçamentárias associadas ao PAT e de deliberações de órgãos colegiados.

Ampliando a reflexão, consideramos o estudo realizado por Martendal logo após o regulamento do PAEVS no IFSC. O estudo foi desenvolvido no período de 2011 a 2012 sobre o Programa de Atendimento aos Estudantes em Situação de Vulnerabilidade Social (PAEVS) com pessoas atendidas pelo Programa. Os resultados do estudo demonstram a insuficiência de amplitude de atendimento do Programa, não atendendo todas as pessoas que necessitam dos recursos, e que a equipe responsável não consegue ampliar as intervenções, gerando incompreensão do público sobre os critérios de ingresso e permanência.

Dados os limites evidenciados na implementação do programa, Martendal (2012, p. 64) concluiu que existe o desafio de consolidar a Política de Assistência Estudantil “não a reduzindo ao mero repasse de benefícios, mas configurando-a como uma política educacional, reforçando a ideia de que a permanência na escola e a continuidade dos estudos são prerrogativas do direito à educação.”

De fato, as condições econômicas são fundamentais para o prosseguimento nos estudos no propósito de conclusão da formação profissional e tecnológica, uma vez que muitos estudantes são da classe trabalhadora e abandonam determinado curso devido à conciliação de horários e priorização da sobrevivência básica.

No entanto, também destacamos que permanece a necessidade de ampliação

dos recursos destinados ao IFSC para a materialização da política, bem como, para o alcance de um público maior do que é alcançado hoje e sobretudo para contribuir com a diminuição das desigualdades sociais por meio da garantia de condições concretas de vida, propiciando tempo qualificado para a aprendizagem.

Além da Política de Assistência Estudantil voltada às ações do Programa de Atendimento ao Estudante em Vulnerabilidade Social (PAEVS), o IFSC tem oferecido alimentação em todos os Câmpus pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), conforme destacado por participantes:

A gente tem bem ou mal o PNAE que tem uma refeiçãozinha para os alunos. A gente tem o programa da assistência estudantil que poderia ser ampliado, mas que é alguma coisa (Participante 4).

No momento a gente tem o auxílio financeiro, vários auxílios financeiros, temos a alimentação através do PNAE para os cursos técnicos e proejas. Então, são algumas condições paliativas para melhorar um pouco a condição para que ele tenha possibilidade de cursar com mais qualidade e venha concluir (Participante 5).

Teve a questão da alimentação, do PNAE. O PNAE foi um dos maiores desafios que a gente teve muita dificuldade de implantar, a própria instituição em si, não foi só o Câmpus, porque a gente sabia que o PNAE em outras instituições no Município, no Estado, elas têm outra configuração, diferente da nossa. Só que a gente não podia deixar passar essa oportunidade. Você tinha um recurso, que foi alocado para essa ação que é importante também (Participante 8).

No geral, participantes entendem que a alimentação escolar no IFSC, fornecida pelo PNAE, vem sendo utilizada de certa maneira como ação de permanência e êxito, sendo importante a sua ampliação para oferecer alimentação em quantidade e qualidade maiores do que as atuais. No mais, é constatado o desafio associado à implementação do Programa na instituição.

De fato, o desafio de aplicação do PNAE é reconhecido pela própria Instituição, conforme dados publicados na página Institucional do IFSC referente aos desafios de ordem estrutural, financeiro e humano.

#### 6.2.5 A percepção de participantes quanto à política de permanência e êxito do Câmpus que fora aplicado

A quinta categoria intermediária, “a percepção de participantes quanto à aplicação da política de permanência e êxito no Câmpus”, foi originada pelas seguintes categorias iniciais: 23. Permanência e êxito, e sua aplicação parcial no Câmpus; 24. Falta de pesquisas e dados quantitativos quanto ao abandono no Câmpus para ações

corretivas; 25. Ação para alcançar permanência e êxito de estudantes; 26. Levantamento de dados sobre o abandono e a motivação; 27. Política burocrática e mecânica; 28. Política extensa com pouco prazo; 29. Plano aplicado, porém, sem retorno quantitativo e qualitativo e 30. Política com pouco investimento de pessoas, tempo e recursos.

Portanto, a quinta categoria intermediária, criada a partir das categorias iniciais mencionadas, expressa a ideia de que a política de permanência e êxito foi aplicada, todavia, as etapas e seus processos não possuem aprofundamento e tampouco alcança sua total efetividade, uma vez que os dados foram levantados e novas políticas não foram levantadas para dar continuidade, mesmo existindo o levantamento das causas do abandono estudantil.

Segundo participantes, a implementação da política de permanência e êxito iniciou-se com uma formação geral no IFSC sobre o tema e seguiu para formação específica na Comissão de permanência e êxito local como preparação para posterior implementação:

Inicialmente, acabou sendo mais uma formação do que uma implementação. Não existe uma implementação sem ter um conhecimento prévio de tudo. Então, eu acho que aquele momento foi muito importante (Participante 8).

Foi criada essa comissão, essa equipe e iniciou primeiro com a formação e explicação do que essa equipe faria e depois foi feita a realização da pesquisa, a busca desses estudantes (Participante 2).

Apesar da formação inicial para a implementação do programa, participantes mencionaram que não sabiam como colocar em prática as informações apreendidas na formação inicial e na produção de dados quantitativos e qualitativos durante a fase de diagnóstico no Câmpus:

Então, na época a gente identificou várias dessas coisas, mas não foi suficiente a gente identificar, a gente precisa ir além e agora como a gente faz isso na prática acontecer (Participante 3).

A gente não conseguiu chegar nas demandas, do que podemos fazer, como vamos mudar (Participante 7).

A gente teve muita informação inicialmente, tinha sim algumas fundamentações mais teóricas do que práticas, de a gente ter informação e não saber como utilizar ela na prática (Participante 8).

No final, a gente realmente não conseguiu implementar. A gente ficou com bastante informação de dados e depois a gente não sabia o que fazer com essas informações (Participante 8).

O desafio de implementação das ações planejadas sugere inconsistências em

etapas metodológicas que sistematizam o processo de pesquisa e implementação de intervenções, dependendo dos pressupostos teóricos envolvidos.

Compartilhamos das ideias de Kuenzer (2003) sobre a interpretação da realidade estudada para além dos fenômenos aparentes percebidos no cotidiano, em uma aproximação da totalidade:

[...] é preciso considerar que a prática não fala por si mesma; os fatos práticos, ou fenômenos, têm que ser identificados, contados, analisados, interpretados, já que a realidade não se deixa revelar através da observação imediata; é preciso ver além da imediatez para compreender as relações, as conexões, as estruturas internas, as formas de organização, as relações entre parte e totalidade, as finalidades, que não se deixam conhecer no primeiro momento, quando se percebem apenas os fatos superficiais, aparentes, que ainda não se constituem em conhecimento (KUENZER, 2003, p.07).

Portanto, o conhecimento se dá por meio de etapas como análise e interpretação da realidade, propiciando as relações existentes entre parte e totalidade para além da observação imediata.

Considerando o pensamento de Kuenzer (2003), o processo de conhecimento da realidade social ocorre por meio da relação indissociável entre prática e teoria. Justamente o movimento de reflexão teórica vinculada à prática determinará a diferença entre prática como repetição sucessiva de ações que conservam as coisas como são e práxis como processo constante de “movimento entre teoria e prática, entre pensamento e ação, entre velho e novo, entre sujeito e objeto, entre razão e emoção, entre homem e humanidade, que produz conhecimento e por isto revoluciona o que está dado, transformando a realidade” (KUENZER, 2003, p. 8).

Portanto, no conteúdo das entrevistas, evidenciamos parte da natureza dos desafios de implementação da política de permanência e êxito no Câmpus. O desafio consiste na associação entre teoria e prática para a construção do conhecimento sobre a realidade.

Partindo do enfoque ampliado, entendemos que as fragilidades da política eram evidentes na concepção do plano de permanência e êxito no IFSC com reprodução de orientações contidas no documento orientador desenvolvido pela SETEC. As Instituições de ensino deveriam seguir orientações do documento e reproduziram com reflexões teóricas insuficientes. Desta forma, sem romper o ciclo de reprodução, o Câmpus Continente seguiu as orientações contidas no plano de permanência e êxito do IFSC. A insuficiência de trabalho reflexivo na construção da política é retratada no depoimento de participantes:

[...] o que está mais evidente são os dados quantitativos, quantos e o porquê, mas a reflexão mesmo dos dados qualitativos talvez não foram discutidos (Participante 2).

Não houve assim nenhuma discussão mais ampla, tão pouco teórica sobre o tema e aquilo virou uma tarefa (Participante 4).

Não foi um trabalho muito reflexivo (Participante 7).

Após a produção dos dados sobre causas do abandono escolar, participantes concordam ser evidentes os dados quantitativos sem uma análise mais aprofundada, caracterizando-se como uma tarefa burocrática cotidiana:

Me parece que só têm dados quantitativos. Qualitativo de certa forma tem, quando se formulou as perguntas, elas trazem dados qualitativos, mas o que está mais evidente são os dados quantitativos (Participante 2).

Eu acho que ter, têm, esses dados existem, claro, todos os dados, mas eu acho que faltou isso, faltou uma análise mais profunda do Câmpus (Participante 2).

Não houve assim nenhuma discussão mais ampla, tão pouco teórica sobre o tema e aquilo virou uma tarefa (Participante 4).

Eu lembro que na planilha, a gente tinha alguns levantamentos, não sei se chegou a ter um diagnóstico qualitativo fechado, mas eu sei que a gente conseguiu identificar algumas razões, a gente conseguiu ter algumas ideias de motivos que levava o estudante a evadir (Participante 7).

Portanto, a metodologia de pesquisa consiste em passos sistemáticos para aproximação do fenômeno estudado, sendo fundamental neste processo a reflexão teórica como fundamento para o alcance de validade e efetividade prática. Do contrário, os dados podem tornar-se como um fim em si da prática pela prática sem reflexões mais aprofundadas.

Dessa maneira, questionamos se a metodologia de pesquisa sem reflexão coletiva sobre a realidade concreta surtiria o efeito de mudanças significativas para diminuição ou superação do abandono escolar.

O abandono significa a expressão das exclusões fruto das desigualdades sociais vividas na sociedade de classe, na qual apenas a minoria terá mais acesso a uma gama maior de recursos como aspectos educacionais, culturais, econômicos, ou seja, a minoria terá acesso a um modo de vida voltado para o desenvolvimento humano.

Dessa forma, relacionamos as contradições externas ao Instituto Federal, caracterizadas pelas diferenças de classe, como impactos para a permanência estudantil. Assim, se nos conscientizarmos sobre a realidade, compreendendo sua totalidade de contradições e mutações, poderemos pensar em formas de transformá-la.

De forma geral, por meio do conteúdo subentendido das falas expressas por participantes, interpretamos que a política que fora aplicada na instituição não avançou além da fase de produção de dados e aplicação de ações pontuais para diminuição do abandono escolar, como caracterizado por participantes:

E eu lembro que a gente tinha que estabelecer algumas ações, por exemplo: identificar quais os possíveis motivos de que os alunos evadiram dos seus respectivos cursos e aí dividimos entre nós, os membros da comissão, quem iam ajudar, qual coordenador organizar esses dados, tipo: quais os possíveis motivos, porque os coordenadores têm mais clareza disso, eles acompanham mais de perto os alunos. Depois de elencar quais esses motivos, a gente tinha que elencar ações com prazos para dar conta desses problemas. Aí depois disso a gente tinha que preencher lá a tal da planilha (Participante 5).

Então, o que eu me recorro das nossas ações nas reuniões é de a gente criar ferramentas para a gente tentar implementar algumas ações no Câmpus. Então, a gente tinha várias planilhas com algumas sinalizações de ações que poderiam ser causas, consequências, motivações. A gente tentou montar um quebra-cabeça para identificar essas questões relacionadas à permanência e êxito como causas, consequências e possíveis ações para isso. Então, eu acredito que dentro dessas nossas discussões tudo foi baseado no plano de permanência e êxito da instituição (Participante 7).

Dessa forma, relacionamos os conteúdos expressos com os dados estatísticos da Plataforma Nilo Peçanha referente as taxas de abandono do Câmpus nos anos de 2017, 2018 e 2019. Nesse sentido, interpretamos que as ações pontuais, apesar de necessárias e importantes no sentido do movimento de intervenção institucional feito para o enfrentamento da problemática, alteraram pouco as taxas de abandono durante o período. Portanto, pensamos que o cerne da questão está nas intenções anteriores, nas concepções subjacentes e na forma como foram pensadas e aplicadas as estratégias e ações, sem contar nos diversos desafios de ordem externa, institucional e individual.

Além da produção de dados e estabelecimento de ações para a diminuição do abandono escolar no Câmpus, não houve de fato aplicação sistemática das ações e monitoramento para avaliação dos resultados alcançados com a implementação da política:

Eu lembro que a gente conseguiu fazer a parte de diagnóstico, de buscar implementar algumas ações, mas não de maneira assim, vamos dizer, efetiva e que a gente conseguisse manter uma periodicidade de manutenção, tanto quanto de coleta de dados, quanto de uso daqueles dados (Participante 3).

Depois disso, basicamente depois que se atendeu o preenchimento desses documentos não se falou mais [...] eu penso que essas ações, elas são importantes, mas não só pontuais, elas precisam ser a longo prazo e permanente, uma ação permanente de permanência e êxito (Participante 5).

Ainda sobre o processo de produção de dados referente ao abandono escolar,

ele foi envolto por diversas dificuldades no que se refere às tentativas de contato com estudantes:

Foi muito difícil fazer o contato com esses estudantes porque os dados já não estavam atualizados [...] que os estudantes mudam muito de telefone, e-mail (Participante 2).

Foi bastante difícil o contato, principalmente, com o aluno que já saiu, ele é muito complexo. Então, o telefone muda, o e-mail muda, às vezes no cadastro o telefone está errado, o e-mail está errado, isso não é pouco comum, isso é muito comum (Participante 3).

Além disso, outra dificuldade trazida por participantes foi a questão dos prazos curtos para a implementação da política por meio do Plano de Permanência e Êxito, transformando a política em mais uma atividade burocrática:

[...] eram umas metas meio que parecia que nós iríamos resolver super-rápido (Participante 4).

Os prazos são sempre curtos. [...] Então, a experiência que eu tenho é de que surgiu a demanda para o órgão de controle, decidiram, daí vem de cima para baixo, não ouve geralmente quem está na ponta que somos nós que trabalhamos com os alunos. Vem a demanda, a gente tem que dar conta da demanda” (Participante 5).

Nesse sentido, participantes avaliam a política como burocrática, diferentemente de uma política conceitualmente concebida com ideias humanizadas:

Eu achei aquilo muito burocrático e me pareceu abstrato (Participante 4).

E uma característica que eu vejo hoje no nosso programa, ele é muito mecânico, muito robótico e zero humanizado (Participante 6).

Eu acho que está faltando humanização do programa, um acompanhamento do programa de saber a real necessidade daquele estudante. Eu acho que tinha que inverter o processo. Não é lançar um edital e esperar que os alunos se inscrevam, mas você ter um conhecimento dos alunos que você tem e direcionar: olha, a gente tem um edital aqui que supre a sua necessidade (Participante 6).

Trazemos o pensamento de Frigotto (2014) para enfatizar a importância da dimensão investigativa e da ação político-social nos Institutos Federais. Para Frigotto (2014, p.82) referente à formação profissional de caráter meramente instrumental, “a dimensão propriamente escolar dos IFs está preservada, mas passa-se a demandar destes também a dimensão investigativa e de ação político-social”.

Mudanças amplas nos Institutos Federais não serão efetivadas apenas por determinação legal ou por processos administrativos. As transformações na instituição acontecerão nos espaços coletivos de problematização e politização da mudança com a mobilização da classe trabalhadora da instituição, já que a mudança implica muito mais

que o cumprimento burocrático da legislação (FRIGOTTO, 2014).

Entendendo não haver neutralidade numa sociedade regida por parâmetros políticos, mas, distintas posições associadas a visões de mundo e interesses. Mesmo que, aparentemente, não pareça escolha política, conserva determinada desigualdade social numa posição política de manutenção da realidade.

#### 6.2.6 Estratégias e políticas de ação para alcançar permanência e êxito estudantil

Por fim, a última categoria intermediária descrita como “estratégias e políticas de ação para alcançar permanência e êxito estudantil” se deu após o processo detalhado de agrupamento das categorias iniciais: 31. Estratégias de ação aplicadas para combater o abandono estudantil; 32. Flexibilidade de grade, horário e currículo para permanência de estudantes até concluírem o curso; 33. Contato com estudantes que apresentam indícios de intenção de abandono; 34. Atualização de dados de estudantes para contato; 35. Observação dos profissionais em contato direto com estudantes em sala de aula; 36. Comunicação entre os setores do Câmpus para supervisão de estudantes com indicativos de intenção de abandono; 37. Disponibilização de recursos para o Câmpus direcionar a estudantes que precisem ou estejam em vulnerabilidade; 38. Contato com egressos para feedback dos reais êxitos pós-curso e 39. Levantamento de dados sociais e econômicos de estudantes ainda em seu ingresso.

A política de permanência e êxito foi aplicada, todavia, é enfático que as etapas e seus processos não possuem aprofundamento e tampouco alcança sua total efetividade, uma vez que os dados foram levantados e novas políticas não foram levantadas para dar continuidade, mesmo tendo o levantamento das causas do abandono estudantil.

Notamos que existiram esforços coletivos no intuito de promover a permanência e êxito estudantil por meio da realização de ações para atendimento às necessidades dos estudantes. Muitas vezes foram efetivadas ações solidárias por iniciativa de profissionais do Câmpus para promoção de impactos positivos nas condições materiais de estudantes como: inauguração de cantina, cestas básicas, doação de roupas, ações culturais, etc.:

[...] alguns pedidos de alunos como, por exemplo: a questão da cantina, a gente na época conseguiu colocar o grêmio, o xerox, coisinhas básicas que apareciam como necessidades do aluno a gente conseguiu colocar. Agora questões mais nevrálgicas mesmo, não (Participante 3).

O nosso Câmpus ter uma cantina é algo importante, a gente tem agora um ponto

de ônibus mais seguro para os alunos (Participante 4).

Muitos alunos estavam com dificuldades financeiras e a gente conseguiu bastante cesta básica. Bastante coordenadores, professores e servidores contribuíram financeiramente. Depois a gente se dividiu em logística para levar [...] a gente chegou até a arrecadar roupas, etc. A gente acabou fazendo uma campanha até além do que a gente pensou (Participante 8).

Entretanto, muitas das ações citadas acima foram efetuadas de forma pontual. A implementação da política no Câmpus, por diversos desafios, limitou-se à produção de dados e implementação de ações pontuais sem período de monitoramento de resultados. Atividades culturais como atividades de jogos e eventos foram implementadas no Câmpus para a promoção da permanência e êxito. No entanto, participantes possuem diferenças de opinião quanto ao grau de efetividade dessas atividades:

[...] tentou começar com questões mais culturais, eventos, atrações para tentar que o estudante se sentisse mais pertencente ao Câmpus, mas a adesão era muito baixa, muito baixa. Então, penso que para o nosso público não é a melhor estratégia, não que ela não seja válida, mas ainda não é a estratégia que faz a diferença (Participante 3).

Mas o que não estava acontecendo e que não tinham pessoas a frente? Então, o que eu pensei, eu fiquei na parte dos jogos que até então a gente não tinha uma pessoa, um servidor que cuidasse disso [...] e além da parte dos jogos, eu também me comprometi com a questão dos eventos (Participante 8).

Além disso, a flexibilização de faltas e de apropriação do conhecimento, e entregas de trabalho foram ações utilizadas e direcionadas para a permanência e êxito num modo de atender dificuldades relacionadas à permanência de estudantes, como mencionam participantes:

[...] foi pensado em algumas coisas pela questão das faltas. Pensar em formas para abonar um pouco essas faltas, justificar as faltas para não prejudicar tanto esses estudantes [...] determinadas situações, por exemplo, mães que tem criança pequena que não tinha com quem deixar, lugares com dificuldade de transporte. Foi discutido algumas coisas a respeito disso, mas não foi encontrada uma solução efetiva para isso (Participante 2).

[...] flexibiliza as datas de entregas de trabalho, a gente flexibiliza, inclusive a própria apropriação do conhecimento que é algo bem discutível. Eu sinto que muitas vezes a gente rebaixa a exigência para que o aluno permaneça, sendo que é um direito dele acessar o conhecimento científico produzido pela humanidade, mas a gente faz em nome de uma permanência, inclusive a gente enxuga o currículo, reduz o tempo da formação, essa é uma tônica que está ali naturalizada. De que ao enxugar e diminuir, nós vamos fazer ele permanecer (Participante 4).

Enfatizamos a importância da apropriação do conhecimento científico e defendemos que a educação profissional e tecnológica precisa voltar-se para a

formação integral, como afirma Frigotto (2007, p. 1146): “uma escola comprometida em formar jovens que articulem ciência, cultura e trabalho e lhes dê possibilidade de serem cidadãos autônomos; que possam escolher seguir seus estudos ou, se têm necessidade, ingressar na vida profissional”.

Kuenzer (2007 *apud* KUENZER, 2014, p. 24) destaca a importância da aprendizagem dos conhecimentos científico-tecnológicos e sócio-históricos para a inclusão consciente da classe trabalhadora nos processos de produção em vez da submissão vulnerável à exploração, “ou seja, a forma como se relacionam teoria e prática, conhecimento científico e tácito, desempenha papel central no modo como são incluídos os trabalhadores nos arranjos flexíveis de competências diferenciadas”. Do contrário, o trabalho caracterizado como tácito simplificado, submete o trabalhador a trabalhos precários com predominância de atividades psicofísicas (KUENZER, 2014).

A partir do pensamento de Kuenzer (2014), argumentamos que a importância da relação entre teoria e prática deve ocorrer desde a educação básica até a educação profissional para o desenvolvimento intelectual, criação de soluções e desenvolvimento de tecnologias:

Desta forma, embora não se altere a relação entre capital e trabalho, a inserção e permanência no mundo do trabalho se dá de forma mais qualificada, em pontos mais dinâmicos da cadeia produtiva, com o que o poder de negociação do trabalhador aumenta, bem como suas possibilidades de qualificação continuada e progressão na carreira. Da mesma forma, há evidências que este trabalhador participa de modo mais ativo nos espaços políticos e sindicais que permitem intervir, pela organização coletiva, nos processos de construção de sua emancipação enquanto classe (KUENZER, 2014, p. 24).

Segundo Kuenzer (2014), a relação entre o conhecimento teórico e prático ocorre no trabalho pedagógico, sendo a teoria o guia para intervenções na realidade num sentido transformador e é o trabalho docente “que permite compreender e sistematizar o conhecimento tácito, derivado da experiência e sem fundamento teórico”. (KUENZER, 2014, p. 25).

Além da flexibilização de faltas e da apropriação do conhecimento citada por participantes, o contrato pedagógico e o contato com estudantes que haviam abandonado o curso ou que estavam faltando, foram estratégias direcionadas para a promoção da permanência, porém, com resultados pouco efetivos:

Então, eu lembro dessas ações: do contrato pedagógico que a gente entende que não é muito eficaz, depois as tentativas de ligar para quem estava faltando e depois as tentativas de resgate das pessoas que já estava mais para lá do que para cá, vamos dizer assim e eram muito poucos os que voltavam e retornavam sabe, depois de já ter definido que iria evadir (Participante 4).

O acolhimento, por exemplo, depende da forma como é utilizado e da prioridade dada a esse tipo de estratégia em detrimento de outras estratégias importantes. Nesse sentido, participantes possuem percepção distinta em relação à efetividade da estratégia de acolhimento:

Quando ela se sente parte da instituição, a chance dela desistir é muito pequena. Por isso, essa questão do acolhimento não deve acontecer só nos primeiros dias de aula. O acolhimento é constante, principalmente, quando você, profissional da educação, detecta algumas fragilidades desse aluno. Então, você sabe que tem alunos que vão precisar um pouco mais de atenção (Participante 8).

Então, assim, não é possível permanecer e permanecer com qualidade sem as condições materiais objetivas, porque daí a gente cai numa seara de que, o assistencialismo, esse acolhimento afetivo, a gente vai resolver os problemas de ordem material e isso não é real. Então eu vejo que muitas ações de permanência e êxito elas se fundam nisso, numa visão romântica até, religiosa às vezes, enfim. Então, assim, o que eu quero deixar claro é que permanecer implica ter mais dinheiro, necessariamente (Participante 4).

Portanto, houve empenho de profissionais comprometidos com o trabalho voltado para a política de permanência e êxito estudantil, no entanto, pelos desafios relacionados à falta de recursos humanos e financeiros e à concepção metodológica das etapas da pesquisa e intervenção, a implementação da política não foi tão efetiva, necessitando de aperfeiçoamentos que considerem as possibilidades concretas de estudantes e do Câmpus para a sua implementação.

### **6.3 Categorias finais**

Prosseguindo com o estudo, essa última etapa, é formada pela aglutinação das categorias secundárias e dos significados da ideia motriz, segue o tom da análise (SILVA; FOSSÁ, 2015). Dessa forma, sintetizando as categorias intermediárias, apresenta-se três categorias finais, sendo elas:

1. Alunos trabalhadores em busca de qualificação e oportunidades de trabalho para melhorar a qualidade de vida a partir de cursos do IFSC;
2. Assistência estudantil e a criação de estratégias de ação na busca de permanência e êxito estudantil;

3. A importância e efetividade da política de permanência e êxito, segundo participantes, para mitigar os casos de abandono do Câmpus.

A listagem das categorias finais faz parte do processo de análise baseada nos instrumentos e objetivos do estudo, revelados pelas perspectivas das pessoas que participaram da pesquisa.

### 6.3.1 Alunos trabalhadores em busca de qualificação e oportunidades de trabalho para melhorar a qualidade de vida a partir de cursos do IFSC

A maioria dos estudantes do Câmpus pertencem à classe trabalhadora, dessa forma, precisam conciliar seus horários junto às aulas disponibilizadas. Além disso, entende-se que a maioria de estudantes que ingressaram nos cursos, possuem a intenção de concluí-lo e receber uma qualificação certificada para adentrarem em áreas e ocupações mais bem remuneradas, alcançando uma maior qualidade de vida. Salientamos que é, justamente, o conciliar laboral, estudantil, entre outras responsabilidades como filhos, serviços domésticos, etc., que começam a se tornar barreiras para que estudantes se formem. A condição de estudante trabalhador/trabalhadora fica evidente nas falas de participante:

E aí a concretude da vida, quando ele tem que decidir se ele fica na escola ou se ele trabalha para se sustentar, obviamente, ele vai resolver as necessidades primárias dele e a escola fica para depois (Participante 4).

Os motivos eram os mais variados: não me identifiquei com o curso, a pessoa quando começa acha que vai dar conta de trabalhar e estudar, o cansaço vai batendo, ela vai largando (Participante 4).

Destacamos, principalmente, as relações de trabalho como influência para a ocorrência do abandono escolar. As relações de trabalho são caracterizadas como causas associadas à dimensão externa da instituição. No entanto, seguimos o entendimento de Coelho (2014, p.167), defendendo “que a escola também tem sua responsabilidade, pois se acredita que a educação tem um papel fundamental para a mudança social, para transformação do domínio hegemônico de exploração do trabalhador”.

O foco de atuação da educação profissional e tecnológica, estritamente, voltado para a qualificação profissional por meio da aprendizagem de atividades práticas, promove o atendimento a demandas produtivas, porém, o compromisso social é inerente

às instituições públicas, tal como os Institutos Federais com potencial de influenciar a realidade externa e vice-versa numa relação dialética.

A atuação em questões internas à instituição e pedagógicas restritas à preparação do estudante da classe trabalhadora para o mundo de trabalho não impede a ocorrência do processo de influências do contexto social na escola e de influências da escola no contexto maior. Portanto, nesse sentido, as contradições continuarão impactando o funcionamento da instituição, sendo uma das contradições, a problemática do abandono escolar. O caminho alternativo possível é a formação baseada no trabalho como princípio educativo.

Para isso acontecer, concordamos com a proposta dos autores Moura, Lima e Filho (2012, p.12) no que diz respeito ao compromisso das escolas com o princípio educativo do trabalho “onde está o germe do ensino que poderá elevar a educação da classe operária bastante acima do nível das classes superior e média”. Nessa perspectiva, a educação voltada para o trabalho como princípio educativo significa a “humanização” e “socialização para participação na vida social”, acompanhada do “processo de qualificação para o trabalho, mediante a apropriação e construção de saberes e conhecimentos, de ciência e cultura, de técnicas e tecnologia” (GARCIA; LIMA FILHO, 2004, p. 30).

Ainda sobre o conceito de trabalho como princípio formativo baseado na filosofia materialista sobre a ontologia do ser social de Marx, Souza Júnior (2017, p. 52) traz uma definição esclarecedora:

O homem se realiza pelo trabalho e, assim, pela formação que este lhe proporciona. É nesse sentido que o trabalho possui, em sua gênese, um princípio formativo. Nesse sentido, para executar sua atividade, o homem primeiro planeja a sua ação no plano ideal; todavia, esse projeto, resultado do planejamento posto na “cabeça”, não passa de subjetividade ainda não posta, não efetivada. É ainda um plano epistemológico, produto da ideia. Um plano que tem conteúdo essencialmente formativo e será plenamente realizado com sua plena efetividade.

Dessa forma, a educação fundamentada nos pressupostos do trabalho como princípio educativo proporciona a transformação da sociedade e do homem na relação indissociável da atividade prática e intelectual.

De forma geral, estudantes da classe trabalhadora estão em busca de trabalho e ascensão de carreira, visando melhores condições de vida. Para isso se faz necessário condições efetivas para a conclusão de determinado curso:

Então, a gente quer que ele conclua no tempo previsto e a gente, quer também que além de concluir, que ele já tenha um vislumbre de um trabalho se ele não

tem ou se ele já tem, que ele se qualifique neste trabalho (Participante 5).

[...] que ele tenha uma ascensão de carreira, por exemplo (Participante 5).

Então, a gente pensar nesse itinerário, não só naquele curso que ele está fazendo no momento, mas se ele está naquele curso que ele dê conta, que ele tenha as condições garantidas por parte da instituição para que ele consiga concluir esse curso com qualidade (Participante 5).

Segundo o depoimento de participantes, a permanência e êxito estudantil refere-se a aspectos institucionais, individuais e externos. Participantes entendem que a apresentação inicial do perfil profissional sobre a realidade do mundo do trabalho é uma estratégia possível para a promoção da percepção de aspectos ligados à inserção nas futuras profissões, contrapondo a possíveis expectativas:

Eu acho que muita das vezes, eles entram com uma expectativa também. [...] Então no ingresso, a gente já falou muito isso, da importância no acolhimento, você colocar para o aluno a realidade daquele curso para ele não entrar achando que vai se formar, aí vai conseguir um trabalho imediato (Participante 8).

Nos primeiros dias de aula, também falar não só dessa probabilidade de inserção no mercado de trabalho como também das dificuldades que pode encontrar nesse mercado, no mundo do trabalho, porque a gente sabe que tem esses dois pontos que são importantes e que a escola, na verdade, não pode dar essa certeza de garantia. Ela trabalha em função de um currículo voltado para realidade do mercado de trabalho, do mundo do trabalho para que fique mais próximo do que o mercado exige de um profissional cada vez mais qualificado (Participante 8).

Todos os nossos cursos são muito focados na realidade que a grande Florianópolis tem. O que eu imagino é que às vezes que sejam fatores externos, a questão de às vezes conhecer o mercado de trabalho, de salário, de empregador que tem outra política ou outra exigência, mas em relação a curso do Câmpus em relação ao nosso local da Grande Florianópolis, eu vejo perfeitamente coerente (Participante 7).

Então, muitos também desistem, um exemplo da Gastronomia, é que eles vão trabalhar no dia a dia e eles veem que não é tão simples ser um Chefe, que ele precisa agregar outros conhecimentos, ampliar os seus conhecimentos, buscar outras fontes de conhecimento que não é só aqui o Câmpus ou a escola que dá. Quando você orienta esse aluno nesse sentido: aí ele vê, será que é isso mesmo? Vou ter esse tempo para me dedicar, para chegar a ser esse Chefe? Eu acho que são coisas importantes que a gente tem que rever também quando recebe esse cidadão, colocar ele na realidade do que é realmente essa atuação desse profissional. E assim vai, em qualquer profissão (Participante 8).

Os depoimentos acima também expressam ideias que destacamos: cursos voltados para atendimento às necessidades do mercado de trabalho, falta de conhecimento dos estudantes quanto à realidade do mercado de trabalho e a ascensão de carreira associada à busca individual por ampliação de conhecimentos.

Porém, o depoimento abaixo evidencia o entendimento distinto das ideias

anteriores. O depoimento a seguir traz reflexão sobre as influências das condições concretas existentes no mundo do trabalho:

Às vezes, a impressão que eu tenho é que os professores: não, a gente está formando para ser gestor, mas o mercado de trabalho não oferece isso, entendeu? Paga pouco nessa área. Então, o eixo do nosso Câmpus Turismo, Hospitalidade e Lazer, eu acho que tem tudo a ver com a região onde ele está instalado, mas eu acho que falta ensinar para os nossos alunos que essa área paga pouco (Participante 5).

Refletindo sobre a educação profissional e tecnológica para o atendimento de demandas do mercado de trabalho, trazemos a afirmação de Mészáros (2008, p. 67): “para romper com a lógica do capital, em especial da visão de trabalho para o mercado produtivo, é necessário ‘promover, conscienciosamente, a universalização conjunta do trabalho e da educação’”.

A ideia defendida nesse trabalho segue a lógica da reflexão para além das influências individuais e institucionais. Refletimos, essencialmente, as condições externas do mundo do trabalho que determinam as trajetórias formativas na instituição, a permanência e êxito, e os percursos de egressos na busca por educação profissional e desenvolvimento humano.

Entretanto, de forma geral, as pessoas têm poucas condições de inserção qualificada no mundo do trabalho. Muitas vezes, inexistem espaços para o desenvolvimento de potencialidades humanas. As questões de esforço individual apontam para a ideia de meritocracia, em que ascenderá aquele que se esforçar mais e adquirir mais conhecimentos. No entanto, enfatizamos que existem influências do contexto social, político e econômico que impactam a inserção de estudantes no mundo do trabalho.

#### 6.3.2. Assistência estudantil e a criação de estratégias de ação na busca de permanência e êxito estudantil

A Assistência Estudantil é uma importante ferramenta no auxílio aos estudantes em sua trajetória acadêmica. Não é segredo que o abandono no Câmpus atinge altas taxas, todavia, a criação de políticas e uso dessas ferramentas podem ser o diferencial para que estudantes alcancem permanência e êxito em seus cursos. Vale evidenciar que não basta somente criar, a aplicação dessas ferramentas e estratégias necessitam ser realmente efetivas, alcançar e identificar estudantes com potencial de abandono

escolar. A política de permanência e êxito, embora seja bem recebida por participantes, é logo percebida como burocrática e sem resultados efetivos.

Os depoimentos de participantes evidenciam a importância de políticas associadas à Assistência Estudantil como repasse de recursos financeiros, alimentação e auxílio-moradia compostos por programas como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) composto também pelo Programa de Atendimentos aos Estudantes em Vulnerabilidade Social (PAEVS):

O PNAE, de suma importância o PNAE. Então, às vezes, o trabalhador vem direto da empresa para escola para ter um lanche legal, para ele poderia fazer diferença dele ficar ou não, porque se ele tiver que comprar o lanche já começa a onerar o estudo dele (Participante 3).

[...] tem a questão da assistência estudantil que ela vem com uma proposta de melhorar as condições para que ele consiga estudar com mais qualidade (Participante 5).

[...] se a gente tem campanha, métodos que auxiliem que ele foque mais nos estudos, consiga dar esse amparo, seja, novamente, com cesta básica, com auxílio-moradia. Enfim, qualquer benefício que a gente consiga passar para o estudante para que ele não tenha essa preocupação e consiga conciliar melhor trabalho e estudo, eu acho que seria a melhor solução do programa. Se a gente conseguir isso, a gente já vai tá tendo sucesso (Participante 6).

O PNAES é uma política de suma importância para contribuir com a garantia do direito à educação. Conforme estabelecido no Art. 2º do Decreto nº 7.234/2010, são objetivos do PNAES: democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; reduzir as taxas de retenção e abandono; e contribuir para a promoção da inclusão social.

A Assistência Estudantil foi concebida, primeiramente, para diminuir as desigualdades sociais que comprometem a trajetória formativa estudantil e para proporcionar condições de permanência. Posteriormente, a estratégia de Assistência Estudantil foi direcionada também para o enfrentamento da retenção e abandono escolar (COSTA, 2021).

Portanto, concordamos com a opção pela estratégia inicial de promoção de condições necessárias para a permanência estudantil, já que é influenciada pelas desigualdades sociais históricas de grupos excluídos, isto é, o combate da problemática do abandono escolar ocorre, de certa forma, na estrutura das condições sociais associadas à exclusão social.

Dessa forma, a Assistência Estudantil é uma estratégia com finalidades amplas associadas ao histórico da educação brasileira. Segundo Costa (2021), a Assistência Estudantil tem por finalidade o enfrentamento do abandono escolar, da retenção e das desigualdades sociais, econômicas e culturais. Para Costa (2021, p. 54) “o PNAES configura-se num programa de caráter assistencial, desenvolvido no contexto de uma política de educação com perspectiva da garantia do direito do acesso e da permanência”.

Entretanto, voltando-se para os dados da pesquisa em si, identificamos depoimentos de participantes concordando que o PNAE e a Assistência Estudantil são insuficientes na configuração atual. Segundo a visão de participantes, é necessário aperfeiçoamento dessas políticas:

Se nós tivéssemos em vez de dar uma bolachinha, se tivéssemos um lanche decente na cantina, quem sabe, poderia contribuir. Um exemplo pequeno, mas poderia fazer diferença, porque, poxa, ele trabalha o dia inteiro, ele vem estudar a noite e ainda tem que pagar janta que ele, às vezes, não está com esse recurso e aí ele ganha uma bolachinha de lanche (Participante 3).

Eu penso que a Assistência Estudantil, ela é uma das políticas que contribui para que o estudante fique. A gente sabe que a política hoje tem muitos problemas, da forma como ela é executada, porque o dinheiro sozinho não resolve, uma bolsa pequenininha não resolve o problema, até contribui para ficar dessa forma, eu acho, numa visão maior (Participante 5).

[...] é permanência, então a gente vai colocar uma certa assistência, um auxílio x que vai fazer ele permanecer. Então, a gente já sabe que não é suficiente, tanto que a gente tem esses programas no Câmpus e nem sempre ele é suficiente e consegue fazer com que o aluno permaneça com auxílio estudantil (Participante 8).

Diante das informações trazidas por participantes e confrontando com os achados de pesquisa de Coelho (2014), afirmamos que apesar do Plano Nacional de Assistência Estudantil constituir-se num avanço nas políticas de apoio à permanência escolar, tem sido insuficiente para propiciar condições de permanência na educação profissional e tecnológica e para atender as demandas da realidade concreta de estudantes da classe trabalhadora.

Segundo análise de pesquisa sobre permanência e abandono, Coelho (2014, p. 166) constata “que há necessidade, além de uma avaliação mais sistematizada desta política, de reflexões sobre as necessidades dos estudantes que podem ser atendidas pela instituição, seja por políticas nacionais ou ações institucionais”.

Refletimos, a partir do pensamento de Dore e Sales (2017), a importância da efetivação de políticas educacionais e socioeconômicas focadas no atendimento de

demandas de grupos sociais como forma de ampliação de oportunidades de conclusão da educação profissional e tecnológica para diversos públicos.

A ampliação de programas de auxílio estudantil é um avanço no aperfeiçoamento da política de permanência e êxito com foco na melhoria das condições materiais de estudantes, condições essas que influenciam na permanência estudantil num vislumbre de formação:

Nós deveríamos ter outras estratégias e isso passa por uma questão financeira necessariamente, entendeu? Então esse aluno, penso eu, deveria ter uma bolsa de um salário-mínimo no mínimo. Porque eu fico pensando, uma bolsa de mestrado é quanto? É 1.500,00? Por que o aluno do PROEJA não pode ser também ou o aluno do técnico? Ele é um estudante igual a qualquer outro (Participante 4).

Acho que pensar esta política como outras, é algo central, mas como eu te falei, não vejo isso desassociado de uma ampliação de recursos, porque sem recurso não se faz nada. Então, não dá para querer que o aluno permaneça com a barriga vazia, com a luz para cortar, com o aluguel devendo, é inviável (Participante 4).

Eu penso que ela deveria ser ampliada para atender todos os que são vulneráveis dentro aí do que é o conceito de vulnerabilidade social. Eu acho que a assistência estudantil é uma das ações, uma das coisas que contribui aí na permanência e no êxito (Participante 5).

Pensando amplamente, apesar da falta de disponibilização governamental de recursos suficientes para atendimento de demandas socioeconômicas de públicos historicamente excluídos, um projeto de sociedade compromissada socialmente, poderá gerar o reconhecimento da real importância da implementação ampla da política e seu impacto gerado nas condições materiais de estudantes, e consequentemente, na permanência e êxito.

Semelhante a esse raciocínio, a partir da análise dos dados de pesquisa realizada sobre a Assistência Estudantil, Costa (2021) cita que o Programa de Assistência Estudantil, mesmo com suas fragilidades, contribui para fornecer aquilo que entendemos ser direito de todos: a sobrevivência mínima e, posteriormente, o direito à educação, visto que só é possível permanecer e concluir a educação profissional e tecnológica se existirem garantias anteriores de sobrevivência. A partir disso, permanece a inquietação constante sobre os desafios enfrentados por estudantes da classe trabalhadora na dupla jornada que termina por vezes no abandono, porque tais pessoas já foram abandonadas pela exclusão social, sendo excluídas novamente na escola.

Na perspectiva de participantes, além do Programa de Assistência Estudantil para

a promoção de permanência e êxito estudantil, existem estratégias institucionais que podem ser efetivas para a promoção da permanência e êxito escolar como oportunidades de estágios e visitas técnicas, propiciando o desenvolvimento do perfil profissional e recursos financeiros para a continuidade dos estudos:

[...] não só por meio dos auxílios que seria uma bolsa, mas também por oportunidades que fazem ele estar envolvido como: um projeto de extensão, projeto de pesquisa. Então, eu também enxergo isso como um vínculo de permanência, os programas de estágio. Alguns estudantes que não tem estágio obrigatório no currículo, se mantêm na instituição e se veem estimulados a continuar na instituição, porque conseguem um estágio não obrigatório, mas que depende do vínculo com a instituição. Fica uma alimentação deles: gostarem do estágio porque estão na instituição, passam a gostar mais da instituição porque estão no estágio e vão para frente nos estudos (Participante 7).

E aí eu falo que essas experiências profissionais, visitas técnicas, esse contato com o trabalho criam essa expectativa e dão uma esperança maior e essa permanência fica mais evidente na vida desse aluno (Participante 8).

Dessa forma, existe a percepção de participantes sobre as possibilidades de estratégias para além da Assistência Estudantil que também podem contribuir para a permanência e êxito estudantil no sentido de propiciar ações institucionais efetivas.

De forma geral, referente à categoria Assistência estudantil e à criação de estratégias de ação na busca de permanência e êxito estudantil, compreendemos que existe, ainda que insuficiente, a Assistência Estudantil como estratégia primordial voltada à permanência e êxito.

No entanto, refletimos criticamente sobre a atualidade sociopolítica brasileira. Segundo Costa (2021), as políticas públicas fruto de mobilizações da sociedade sofrem um processo de retrocesso por cortes orçamentários, sobretudo na educação pública. Para Costa (2021, p. 52), a Assistência Estudantil “já assumiu papel de centralidade nas políticas públicas do país, como estratégia de combate às desigualdades sociais e hoje está sofrendo esse sucateamento, através de cortes orçamentários e outras medidas que desvalorizam a educação como um todo”.

### 6.3.3 A importância e efetividade da política de permanência e êxito, segundo participantes, para mitigar os casos de abandono escolar do Câmpus

A aplicação da política de permanência e êxito não foi nula, porém, é evidente que possui um potencial mais elevado do que o alcançado. Os participantes empenharam-se em produzir os dados para o levantamento inicial da política, todavia,

somente coletá-los não é o suficiente para o combate do abandono escolar. Há ferramentas aplicadas como auxílio financeiro e social para estudantes, entretanto, não alcança de modo suficiente a todos que realmente precisam. Destacamos também a necessidade do compromisso de todos os setores que se envolvem com estudantes para estabelecer uma política efetiva, devendo envolver reitoria, núcleo pedagógico, coordenação e docentes.

De acordo com participantes, a importância da permanência e êxito para estudantes e para a sociedade, expressa-se por meio dos possíveis resultados obtidos com a formação profissional, científica e tecnológica:

A importância é simplesmente para a gente manter o número de alunos para poder ter recurso? Eu nunca achei que fosse isso. O meu pensamento da permanência e êxito era para melhorar a qualidade das pessoas (Participante 1).

A importância da permanência é isso, você ajudar o cidadão a permanecer no objetivo que ele traçou (Participante 8).

A permanência na educação traz vários frutos para sociedade, não só o diploma. Ela não se configura só no diploma. Ela se configura numa sociedade mais autônoma, numa sociedade mais livre, uma sociedade onde as pessoas podem se colocar da forma que ela está melhor e ser respeitada por isso, mesmo que seja diferente que a maioria ou uma minoria (Participante 8).

A educação, a permanência, ela abre também muito a percepção de várias coisas, de vários conceitos. Eu acho que até para além de uma formação acadêmica. A permanência, ela está formando um cidadão melhor, com direitos, deveres, alguém que possa realmente exercer a cidadania (Participante 8).

A partir dos depoimentos expostos, refletimos que a melhoria da qualidade de vida das pessoas está associada às condições materiais. Estamos falando de pessoas que vivem a realidade de exclusão escolar antes da inserção no mundo do trabalho, e da própria estrutura do trabalho que divide, mantendo a divisão de classe social entre aqueles que exercem apenas trabalho operacional e aqueles que desempenham funções intelectuais.

Na linha desse pensamento, a educação profissional e tecnológica voltada para a cidadania refletida na conscientização de direitos, deveres e conscientização do funcionamento da sociedade é uma das possibilidades para propiciar o potencial humano no seu desenvolvimento emancipatório.

Nesse ideal de educação profissional e tecnológica, surge a política de permanência e êxito no IFSC para materialização de condições necessárias para a permanência estudantil. O orçamento direcionado à Rede Federal de Ensino Profissional e Tecnológica, de forma contínua e com recursos financeiros suficientes para cada

público específico, é fundamental para oferecer condições concretas de implementação de políticas tão necessárias e urgentes como a política de permanência e êxito. Referente à necessidade de orçamento para implementação da política, trazemos o depoimento de participante:

A gente tentou e fez bastante coisa em relação à permanência e êxito. Não foi tudo, não foi. Mas, também não foi por não ter vontade, foi por às vezes esbarrar em várias coisas que não dependiam só do Câmpus, dependiam de recurso, dependiam de orçamento (Participante 1).

Embora exista a necessidade de orçamento e aumento de recursos para a implementação da política de permanência e êxito no IFSC, sobretudo para Alimentação Escolar e Assistência Estudantil, ainda não existe orçamento próprio para a educação profissional e tecnológica, conforme afirma Grabowski (2014, p. 33):

Outra constatação é a de que não há, na legislação do Estado brasileiro, a responsabilidade constitucional ou legal de financiamento da educação profissional, ou seja, ao contrário dos diversos níveis educacionais que possuem, inclusive, recursos vinculados ou fundos de manutenção e desenvolvimento, a educação profissional permanece sem garantia e sem destinação de recursos próprios necessários para a sua consecução, dependendo, anualmente, das dotações orçamentárias ou de programas especiais financiados por convênios internacionais, como o PROEP. Depende, portanto, a efetiva materialização da educação profissional da definição de instâncias e estratégias de coordenação e articulação das políticas de educação básica e profissional e da garantia de um “Fundo Público” que assegure a estabilidade dos programas e ações.

A equipe de servidores do Câmpus evidenciam o entendimento da problemática do abandono escolar e a necessidade da implementação de estratégias e ações mais efetivas, porém, por diversas razões como o foco nas atividades burocráticas e falta de recursos financeiros, acabaram encontrando limites e desafios para a aplicação da política, uma política que acaba sendo bastante irreal com possibilidades reduzidas de implementação:

E assim, é o que eu te falo, a permanência, a gente não vai conseguir 100% dela, mas saber que foi um trabalho que foi feito (Participante 8).

Então, eu acho que um dos principais fatores é isso, porque não é falta de vontade. A gente vê todo mundo envolvido com a permanência e êxito dos estudantes, todos do Câmpus, todo mundo lá focado em fazer aquilo acontecer para que o aluno não desista, mas a gente não consegue ser estratégico, a gente só consegue apagar o fogo. Eu acho que é falta também de a gente poder parar para fazer isso (Participante 3).

Então, eu acho que o principal desafio é a gente montar uma equipe que consiga olhar para isso, que consiga ficar focado nisso. É aquilo que a gente falou no início, todo mundo correndo atrás do operacional, o tempo todo fazendo muito o operacional. Então, a gente não consegue parar para analisar um dado com qualidade, fazer um planejamento com qualidade e acaba ficando em segundo plano algo que não pode. Então, eu acho que essa rotina que a gente tem no Câmpus ela é muito densa (Participante 3).

Os que não estão ali foi por motivos maiores, por força maior, não por falta de atenção, de ouvir, isso daí não foi, isso não foi falta (Participante 8).

Então ele tá presente e as pessoas estão conscientes que isso é um problema, mas eu acho que a gente não está conseguindo achar e eu digo a gente não só enquanto Câmpus, porque nesse eixo a evasão é muito alta em todo Brasil, dá para fazer uma análise, é um eixo que tem uma evasão alta. Então, a gente não está achando foco para resolver, a gente não encontrou (Participante 3).

A burocracia é uma das marcas do serviço público, especialmente, no IFSC como foco deste estudo. Muitas vezes, a atuação da instituição está focada nas atividades-meio, nas atividades burocráticas a cumprir, nos regulamentos a seguir.

A partir das percepções expressas por participantes fica evidente que com o número reduzido de profissionais para tantas atividades burocráticas, outras demandas acabam ficando em segundo plano ou são tratadas apenas como uma atividade burocrática. Nessa perspectiva, não há reflexão relacionada à estrutura da problemática, pois a importância consiste, prioritariamente, no cumprimento de tarefas, como avaliam participantes:

[...] Ela só precisa ser menos burocrática e mais efetiva (Participante 1).

Eu acho que em teoria ele é bom, ele não é ruim, o problema é que a gente não consegue colocar em prática no nosso cotidiano como um todo. Então, ele precisa estar mais adaptado à nossa realidade. Eu digo a nossa realidade no sentido de recursos humanos (Participante 3).

Eu acho ela pro forma, protocolar, ela não tem vida, ela é morta, ela é um documento que está na gaveta empoeirado (Participante 4).

Eu acho que como esse último foi feito em 2018 não foi legal, porque ele veio a partir de uma demanda. De uma demanda: o órgão de controle detectou um problema, o IFSC não tem tal coisa, vamos fazer para atender essa demanda e não olhar para o problema como um todo, entendeu? Não pensar na base, na estrutura desse problema, porque esse problema existe (Participante 5).

Talvez a gente nunca resolva, mas a gente olhar para ele de fato e não só para cumprir um protocolo. Eu acho que a forma como ele foi concebido foi para cumprir um protocolo. Claro, não precisa jogar tudo no lixo como eu falei, mas eu acho que para atender protocolo, não resolve, só por isso. O cumprimento do protocolo por si só não resolve o problema, não dá sucesso a um programa (Participante 5).

Fazemos a crítica referente ao engessamento envolvido nos processos burocráticos. O atendimento restrito de regulamentação e cumprimento de determinação legal, como demonstrado, resultou em perda de sentido do trabalho coletivo e de reflexões coletivas mais aprofundadas.

No entanto, concordamos com Pacheco (s/d *apud* FERRETI, 2014, p. 91) sobre a transformação de uma instituição burocrática para uma instituição democrática envolver

um processo lento de mudanças de mentalidades e de culturas, “passando, necessariamente, pelo conhecimento e diálogo com os projetos de vida e de sociedade tanto dos sujeitos do cotidiano escolar como daqueles que deste não participam diretamente, mas que dele podem se beneficiar ou sofrer seus impactos” (PACHECO *s/d* *apud* FERRETI, 2014, p. 91).

Utilizando a representação do IFSC enquanto instituição burocrática, trazemos a seguinte problematização: qual o sentido da magnitude de atividades burocráticas com fim em si mesmas na política de permanência e êxito? E mais, qual o sentido deste trabalho para trabalhadores e trabalhadoras do IFSC e do Câmpus IFSC Florianópolis Continente? Pensamos que o sentido do trabalho pode ser propiciado pela reflexão coletiva. O depoimento abaixo expressa algumas possibilidades de reflexões referente ao papel da instituição:

[...] eu acho que todos os servidores do IFSC tem que ter clareza do seu papel dentro da instituição, por que eu estou trabalhando no IFSC? Porque é uma escola, uma instituição de ensino que promove a educação profissional. Então, eu acho que a gente tem que ter essa clareza em todos os setores e claro, sobretudo no ensino, no setor de ensino. Qual é o papel de cada um de nós ali dentro? Qual é o meu papel para contribuir com essa formação profissional de qualidade, gratuita, cidadã? Tudo isso que a gente coloca aí nos documentos institucionais, porque se não vai ser sempre uma ação isolada (Participante 5).

Portanto, percebemos a necessidade de aperfeiçoamento da política de permanência e êxito no IFSC em diversos sentidos. Refletimos que o aperfeiçoamento da política se dará na reflexão coletiva e dialógica referente a variadas concepções, dentre elas, às concepções sobre trabalho, estudante, educação e sociedade.

Apesar da necessidade de aperfeiçoamento contínuo da política, segundo participantes, é possível considerar os estudos realizados até o momento, utilizando o diálogo com os Câmpus para implementação da política de permanência e êxito no IFSC e, ao mesmo tempo, revisá-la para condizer com a realidade da instituição:

Então, eu não acho que é jogar tudo fora. A gente pode aproveitar coisas que já foram pensadas, que já foram estudadas e aí pensar a partir disso para melhorar, para não precisar começar do zero, mas assim pensando no diálogo com os Câmpus, acho que é fundamental isso (Participante 5).

Só que efetivamente a gente não conseguiu criar uma política mais real, ainda não. Mas que está no caminho. Tudo é um processo (Participante 8).

Além disso, há o depoimento de participante sobre os resultados alcançados na implementação da política no Câmpus Continente, caracterizando-os como positivos, uma vez que geraram pauta de intervenção:

Eu acho que ela foi positiva, porque ela fez com que o Câmpus pensasse, o Câmpus Continente e todos os Câmpus, olhassem para os dados. De qualquer

forma, você colocar uma política dessa e pensar nela e ela traz alguns pontos positivos, sempre é positivo (Participante 2).

De forma geral, ressaltamos, novamente, a importância do processo de construção coletiva da política de permanência e êxito no IFSC num processo de participação democrática e reflexiva do corpo técnico, de docentes, da gestão, de estudantes e da comunidade em geral para que a implementação faça sentido para todas as pessoas envolvidas, propiciando contribuições da coletividade envolvida direta e indiretamente com a problemática, conforme salientam participantes:

Eu penso que deveria ter momentos formativos para depois a gente elaborar as estratégias, porque se não a gente já é muito contaminado de respostas prontas. Eu acho que só um processo formativo questionador poderia fazer a gente pensar melhor as estratégias. E eu acho que a questão central mesmo é discutir: o que a escola representa para juventude hoje em dia, eu acho que a gente não está com essa bola toda, é uma hipótese minha (Participante 4).

Eu acho que a construção começou via Reitoria pela parte de ensino com as gestões dos Câmpus também, mas de novo eu volto a dizer, não foi envolvido todo o corpo técnico dos Câmpus na construção dessa política e talvez ali, ela não teve o resultado que deveria ter (Participante 2).

A partir da totalidade dos relatos, evidenciamos que a grande fragilidade associada à construção da política no IFSC, com impactos no Câmpus Continente, tem relação com o atendimento à demanda de trabalho sem reflexão coletiva de concepções relacionadas à problemática do abandono escolar.

No processo de implementação da política no Câmpus, evidenciamos a simplificação do processo de trabalho, reduzindo-o às etapas de pesquisa como a produção de dados, criação e aplicação de estratégias e ações pontuais.

Como forma de embasar a necessidade do trabalho coletivo na construção de políticas públicas, utilizamos o pensamento de Ferretti (2014, p.84): “quanto mais uma política é discutida com aqueles a quem ela se dirige, tanto maiores as chances de que seja legitimada por eles quando posta em prática”.

No trabalho reflexivo coletivo, neste caso específico da criação da política, incluindo metodologia de pesquisa científica, pensamos que existem diversas posições políticas subjacentes, inexistindo verdades absolutas, como reflete Gadotti (2003, p.37):

[...] não existe nenhum critério de relevância (nem científico, nem social; nem teórico, nem prático) que possa determinar que um ponto de vista é relativamente mais válido do que outro. O que leva a definir o ponto de vista do caráter da ciência que produzimos é a opção de classe. Mesmo assim, essa opção não oferece nenhuma garantia de que estamos no caminho certo: o pesquisador deverá manter, por isso, uma crítica e uma autocrítica constante, uma dúvida levada à suspeita, e a humildade, de que tanto nos fala Paulo Freire, para reconhecer cotidianamente as limitações do pensamento e da teoria.

De acordo com Gadotti (2003, p. 35) na análise feita sobre o pensamento de Marx referente aos pressupostos da dialética: “numa sociedade de classes é impossível fazer ciência de forma imparcial, ciência neutra desengajada”.

Há a ideia equivocada do papel da escola enquanto instituição neutra, no entanto, as ações sociais são carregadas de intenções. Se já existem intenções para atender determinados interesses, inexistente neutralidade. A expressão do posicionamento ideológico, independe de quem esteja a frente do processo de criação da política, seja a favor ou não de posicionamentos políticos do governo atual. O pensamento ideológico é resultado de reflexão pessoal, seja por educador, investigador ou governante sobre o sentido de formação ampla, ou estrita para aquelas a quem a educação se destina (FERRETTI, 2014).

Dessa forma, a criação da política de permanência e êxito com a materialização do Plano de Permanência e Êxito no IFSC envolveu posições políticas relacionadas a determinadas classes. Notamos que no quesito conceitual de reflexão coletiva, base que solidifica o planejamento estratégico e, especificamente, o Plano de Permanência e Êxito do IFSC foi tratado de forma superficial. Consequentemente, a política geral, que iniciou com fragilidades na sua concepção, impactou também a implementação local do plano no Câmpus IFSC Florianópolis Continente. Nesse sentido, participantes percebem a importância do trabalho coletivo e multidisciplinar na aplicação do plano no Câmpus:

Hoje coloca não só os servidores que trabalham diretamente com a parte pedagógica, mas toda a instituição envolvida nesse processo (Participante 8).

É muito importante esse núcleo multidisciplinar com várias profissões que agregam muito, porque existe muita troca de informação. Você consegue fazer um trabalho com mais qualidade, mais personalizado para aquele aluno (Participante 8).

Então, eu acho que é uma preocupação que está presente nos professores, nos coordenadores de curso, no núcleo pedagógico, ela está presente, na direção, eu acho que está presente de certa forma no DAM porque impacta no orçamento (Participante 3).

A metodologia do trabalho multidisciplinar, caracterizada por uma relação de troca de conhecimento entre várias áreas, pode propiciar a compreensão aprofundada de diversos conceitos e possivelmente, contribuir para gerar atendimento de necessidades estudantis para a promoção da permanência e êxito. Apesar disso, reunir as diversas pessoas envolvidas com o atendimento estudantil, pode se caracterizar como um desafio:

O principal desafio é reunir as pessoas envolvidas, os docentes, o núcleo pedagógico, a gestão, eu acho que é um assunto da escola toda. Acho que

deveria ser uma convocação para conversar e não é uma convocação para todo mundo ir lá e dizer o que pensa (Participante 4).

Então, a gente precisa olhar para essas especificidades e tentar chamar aí para trabalhar junto professor, sobretudo, porque ele é o que está na sala de aula todo dia. Chamar a equipe de ensino, o núcleo pedagógico, o NAE, o professor de atendimento educacional especializado, DAE. Busca essa rede toda que a instituição oferece para entre aspas resgatar esse cara, para ele conseguir aprender, fazer sentido o que ele aprende e vir a concluir o curso (Participante 5).

Eu acho que ela é importante, mas como eu te falei, se ela for pensada, planejada, organizada e executada por todos, entende? Eu acho que não dá para ser uma coisa que só alguns tomam a frente. Eu acho que é importante, sim, tendo sempre o respaldo da Reitoria. Tendo também a parceria de outros Câmpus com suas experiências (Participante 5).

Sinteticamente, a efetivação de política pública depende de uma série de fatores. De acordo com Ferretti (2014), a efetivação de uma política ocorre para além da sua formulação e legislação. Depende do atendimento complexo de diversos aspectos, desde o devido apoio governamental até aspectos políticos, sociais, econômicos ou culturais.

## **7 PRODUTO EDUCACIONAL**

Nesta seção serão apresentadas informações adicionais sobre a construção do vídeo documental. Salientamos que o vídeo é constituído da síntese final da análise de conteúdo do capítulo anterior que expressa aspectos históricos importantes sobre a política de permanência e êxito entre 2018 e 2019.

A análise de conteúdo permitiu extrair o sentido do discurso de participantes, possibilitando demonstrar a sistematização de conceitos básicos do estudo e a substância de suas mensagens. Na interpretação para além do conteúdo manifesto das entrevistas, os significados foram apreendidos por trás dos conteúdos latentes, caracterizando os desafios da implementação da política no Câmpus.

Dessa forma, no sentido de não haver repetição das informações expostas anteriormente, trazemos nesta seção o resumo com as etapas e procedimentos utilizados na construção do produto, considerando que a riqueza do produto educacional está no recurso de imagem e som.

O produto educacional consiste em vídeo documental que apresenta a história da implementação da política de permanência e êxito do Câmpus Florianópolis Continente entre os anos de 2018 e 2019, sendo 2019 o ano da implementação local do Plano de

Permanência e Êxito. O material busca evidenciar o movimento feito pelo Câmpus para superar ou minimizar o problema do abandono escolar. O objetivo da construção do vídeo documental consiste na disponibilização de material que contribua como memória do trabalho de implementação da política no Câmpus, servindo também para a formação de equipes.

Optamos pelo recorte histórico da política dos anos 2018 e 2019 justamente por se caracterizar como início e primeiro ano de implementação. As fontes utilizadas para preparação e gravação das entrevistas, e para produção do vídeo são as descritas anteriormente na metodologia.

De forma específica, as entrevistas, baseadas em um roteiro pré-estruturado com perguntas semiabertas, tiveram o objetivo de investigar as ações, estratégias, limites, desafios, melhorias e resultados referentes ao enfrentamento do abandono escolar na implementação da política de permanência e êxito.

O roteiro de entrevista foi baseado nas informações achadas na literatura sobre o tema do abandono escolar e permanência e êxito. As entrevistas foram realizadas com 8 participantes estratégicos que tiveram experiências com o tema, enquadrados nos critérios de participação na Comissão local de Permanência e Êxito, e membros da Gestão do Câmpus. Todos os participantes aceitaram prontamente participar do estudo. A maioria dos participantes aceitou a divulgação de imagem na transmissão de vídeo, o restante preferiu a veiculação anônima em conteúdo de texto.

As entrevistas e dados documentais foram relacionados e analisados segundo análise de conteúdo de Bardin (1977), que permite a criação de categorias que dialogam com o problema de pesquisa. As categorias foram relacionadas e interpretadas com base no referencial teórico metodológico escolhido.

Enfim, o vídeo documental transmite os depoimentos da síntese geral da análise e discussão dos dados, propiciada pela escolha de literatura específica e pertinente aos dados produzidos. Como forma de apresentar a síntese do vídeo, demonstramos o quadro abaixo com o resumo do vídeo histórico sobre o histórico da implementação da política de permanência e êxito no Câmpus:

### Quadro 3 – Resumo do Vídeo Histórico

Elaborada pela autora. Fonte: vídeo histórico produzido na pesquisa

|                        |                                                                                                                                                                                |
|------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Introdução</b>      | Compreende a abertura do vídeo, que se constitui de:                                                                                                                           |
|                        | Trilha sonora instrumental: "Canção do Sal" – Elis Regina – Intérprete/Composição e letra – Milton Nascimento.                                                                 |
|                        | Título: Os desafios da Política de Permanência e Êxito na percepção de sujeitos envolvidos.                                                                                    |
|                        | Descrição do objetivo do vídeo                                                                                                                                                 |
| <b>Desenvolvimento</b> | Trilha sonora instrumental: "Canção do Sal" – Elis Regina – Intérprete/Composição e letra – Milton Nascimento.                                                                 |
|                        | Depoimentos em vídeo e texto sobre os temas: histórico da política, estudantes trabalhadores, Assistência Estudantil e estratégias, e a importância e efetividade da política. |
|                        | Conteúdo de Texto                                                                                                                                                              |
| <b>Desfecho</b>        | Trilha sonora instrumental: "Canção do Sal" – Elis Regina – Intérprete/Composição e letra – Milton Nascimento.                                                                 |
|                        | Conteúdo de texto                                                                                                                                                              |
|                        | Créditos finais                                                                                                                                                                |

Apenas para ilustrar, trazemos algumas imagens do vídeo de capturas de momentos do vídeo histórico:



Figura 1: print do título do vídeo: Os desafios da Política de permanência e êxito: percepções sobre o contexto do IFSC Florianópolis Continente.



Figura 2: print de imagem do vídeo referente ao conteúdo de texto sobre Estudantes trabalhadores



Figura 3: print da imagem vídeo: Operários – Tarsila do Amaral



Figura 4: print de imagem do vídeo: Díptico “Gênesis” - Fábio Baroli



Figura 5: print de imagem do vídeo: Painel Paulo Freire (Luiz Carlos Cappellano)

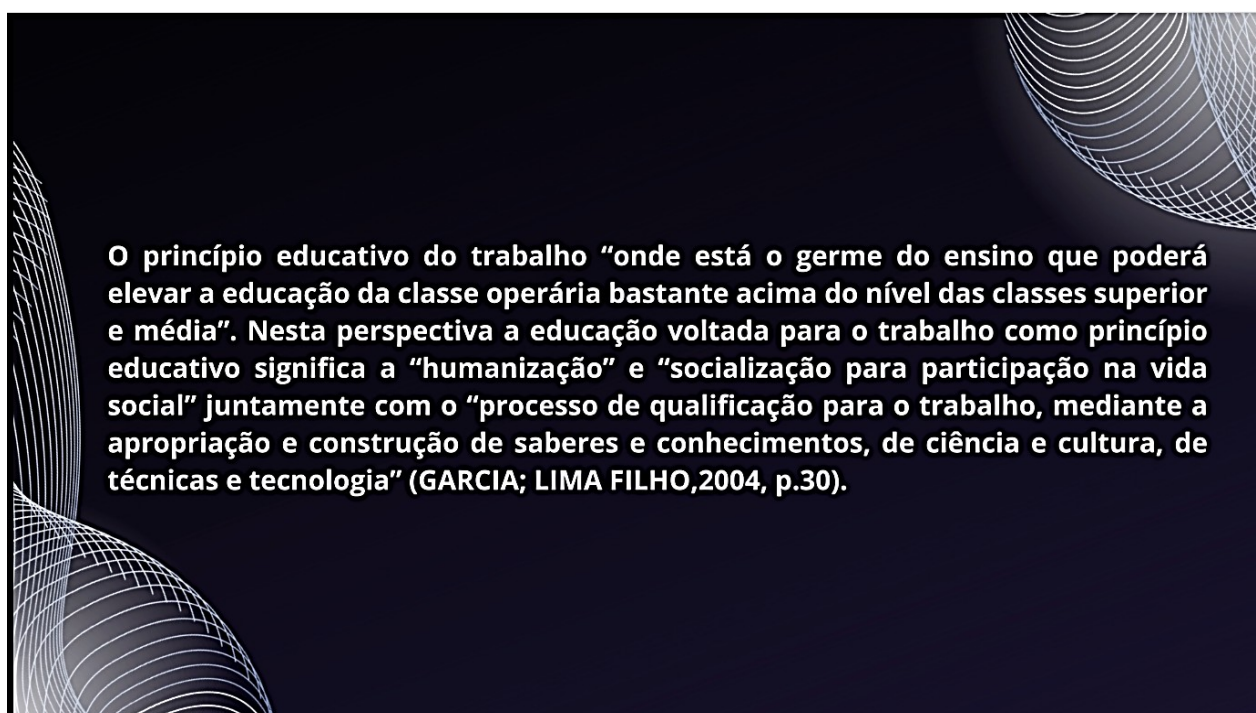


Figura 6: print de imagem do vídeo referente ao conteúdo de texto sobre o trabalho como princípio educativo

O vídeo histórico traz um registro importante sobre a pesquisa em si que culminou no objetivo de produção deste produto educacional. No entanto, encontramos dificuldades em discorrer sobre a conceituação do produto educacional, uma vez que tem sido difícil encontrar pesquisas sobre o tema. Essa dificuldade foi citada por Martins (2019) referente a elaboração de seu Produto Educacional. Para subsidiar a elaboração do produto, Martins (2019) realizou pesquisa sobre a temática. Porém, segundo as palavras do autor, “em variadas pesquisas na Internet, foi consideravelmente difícil encontrar informações a respeito dos produtos educacionais, como conceitos, normas, formas de aplicação e validação, etc” (MARTINS, 2019, p.05).

Segundo Rizzatti (*et al*, 2020) há críticas quanto ao produto educacional associado a tradição tecnicista da área de ensino. No entanto, Rizzatti (*et al*, 2020), discordam dessas críticas, trazendo um contraponto por meio do pensamento de Roças e Bonfim (2018 *apud* RIZZATTI *et al*, 2020, p.02).

[...] esclarecem que os PE não se configuram e nem devem ser vistos como receitas prescritivas capazes de serem acriticamente reproduzidas por outros docentes. A função de um PE desenvolvido em determinado contexto sócio-histórico é servir de produto interlocutivo à professores e professoras que se encontram nos mais diferentes contextos do nosso país. Os PE desenvolvidos no lócus dos MP não são imutáveis. Nos aventuramos a dizer, que por possuírem licenças Creative Commons e atenderem às cinco liberdades, estes produtos não estão totalmente prontos e/ou fechados.

Dessa forma, o produto/processo educacional na área do ensino é fruto de resultado tangível alcançado por meio do processo de pesquisa com possibilidades de realização individual ou grupal. A elaboração do produto tem por objetivo responder algum problema da prática profissional (BESSEMER; TREFFINGER, 1981 *apud* RIZZATTI *et al*, 2020, p.04).

Dessa maneira, o alcance de resultados efetivos na aplicação do produto educacional, em determinado contexto, depende do referencial teórico metodológico pensado para o desenvolvimento do Produto Educacional. Nesse sentido, o produto ou processo educacional pode propiciar reflexões importantes referentes à prática profissional.

No presente trabalho, o vídeo documental referente à política de permanência e êxito do Câmpus Continente pode contribuir para reflexão do tema, tendo como suporte a presente pesquisa e quem sabe, a partir desse movimento de reflexão, propiciar aperfeiçoamento da política.

A síntese final da pesquisa é a consequência de um trabalho intelectual que demandou o trabalho de síntese do conteúdo como forma de expressar um todo

coerente. A edição do vídeo foi composta, primeiramente, por elaboração de roteiro a partir da síntese encontrada na análise de conteúdo das entrevistas. Foram utilizados, de forma textual e visual, os principais trechos dos depoimentos.

A proposta de construção do vídeo se deu sob a ideia de inclusão de aspectos culturais e artísticos, recorrendo à imagem e som como forma de incluir aspectos da vida, entendidos como direitos sociais não garantidos a toda a coletividade, como aspectos relacionados à educação, trabalho, lazer, etc.

Como a presente pesquisa traz reflexões sobre a conciliação entre trabalho e estudo e discussão sobre o trabalho como princípio educativo, a trilha sonora instrumental do vídeo traz aspectos da vida cotidiana de estudantes da classe trabalhadora, sobretudo os desafios da rotina de trabalho e estudos, sendo uma das categorias principais que estruturam a escolha, de certa forma forçada, pelo abandono escolar. Assim como, no vídeo documental utilizamos recursos de pinturas como obras de arte que remetem a aspectos da vida cotidiana da classe trabalhadora. Por último destacamos a Obra Painel de Paulo Freire, apontando os caminhos de uma possível educação emancipatória.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Iniciamos as reflexões integrantes das considerações finais no movimento de consideração dos acontecimentos históricos que configuraram a implementação da política de permanência e êxito no Câmpus Florianópolis Continente.

Sabemos que o abandono escolar é um problema em diversos níveis e modalidades de educação, incluindo o IFSC. Os antecedentes da determinação de medidas pelo TCU e a elaboração de plano orientador para o enfrentamento do abandono pela SETEC demonstram o panorama mais geral com efeitos na construção da política no IFSC.

Dessa forma, a ampla rede de medidas solicitadas impactou a construção e operacionalização da política de permanência e êxito no IFSC. Sabemos que existe a preocupação e o comprometimento institucional do IFSC e Câmpus Continente para o enfrentamento do abandono escolar. No entanto, questionamos as intenções subjacentes, a base conceitual e a metodologia do trabalho de construção do plano de permanência e êxito.

Refletimos que medidas ao nível institucional são úteis e necessárias, porém, as contradições são inerentes ao funcionamento da instituição. Portanto, chamamos a atenção para a necessidade do processo paulatino de conscientização da estrutura das relações de trabalho e do papel da educação com o plano de fundo destacado pelas desigualdades sociais que exclui milhares de pessoas. A necessidade de conscientização inclui todas as pessoas envolvidas com a educação.

O enfrentamento do abandono escolar requer mudanças nas estruturas excludentes que geram o abandono escolar. As mudanças no nível estrutural podem ocorrer a longo prazo num processo de mudança cultural por meio da sensibilização e conscientização coletiva que impulsiona transformações.

Ressaltamos que o fenômeno do abandono escolar não deve ser enfrentado com medidas mecânicas e burocráticas para atendimento célere a órgão de controle, pois, o fenômeno é complexo e influenciado por diversas variáveis que estruturam a sociedade.

As mudanças podem ocorrer nas contradições da vida, no trabalho, na escola, em qualquer lugar, em qualquer tempo. A instituição pública atuante na oferta de educação profissional, científica e tecnológica tem potencial transformador, dependendo das concepções subjacentes como fundamentos de suas ações. Entendendo a permanência e êxito estudantil atrelado a princípios individualistas, desconsidera-se a totalidade do sujeito, determinado por influências sociais, políticas, históricas e econômicas.

Nessa síntese é possível perceber a totalidade do fenômeno do abandono escolar fazendo jus aos preceitos da dialética. A totalidade de influências na permanência e êxito estudantil é composta por influências externas, individuais e internas à instituição. Diante dos pressupostos teóricos usados neste estudo, focamos na reflexão da influência de aspectos externos e institucionais.

Referente ao aspecto externo, evidenciamos a influência do modelo econômico capitalista neoliberal ligado à precarização das relações de trabalho e negação de direitos. Historicamente, o surgimento da propriedade privada trouxe a divisão da sociedade em classes de proprietários e não proprietários, culminando nas desigualdades extremas, expressas na exclusão de diversas pessoas de uma vida digna e de garantia de diversos direitos. Desta forma, demonstramos a ligação de vários aspectos históricos que influenciam o tema do abandono escolar.

A educação profissional, científica e tecnológica e o contexto geral da sociedade influenciam-se mutuamente. Destacamos os diversos impactos no funcionamento da

sociedade regida pela economia do capital com geração de lucro, expropriação da força de trabalho e exploração da classe trabalhadora, etc. Essa é a realidade concreta vivida por estudantes da classe trabalhadora.

De outro modo, existe a possibilidade da educação profissional, científica e tecnológica fundamentada em pressupostos da formação humana e emancipatória, contribuindo para o desenvolvimento humano, para atuação consciente e crítica na sociedade. A educação fundamentada no trabalho como princípio educativo pode elevar a classe trabalhadora ao nível intelectual de criticidade e conscientização para a projeção da emancipação humana e quem sabe tornar a vida em sociedade mais igualitária.

Apesar da existência de diferentes ideologias, condicionando o modo de agir e pensar de cada classe social, ressaltamos, novamente, a importância do processo de conscientização de classe, de compreensão das influências econômicas, sociais, históricas, políticas e da consideração do papel de cada pessoa na educação profissional, científica e tecnológica para formação de cidadãos conscientes.

O olhar individualizado para estudantes, responsabilizando-os pela sua trajetória acadêmica, conserva apenas a percepção da aparência e assim, conseqüentemente, conserva a realidade como está.

Na reflexão geral sobre o papel do IFSC no aperfeiçoamento da política, a atualização do plano de permanência e êxito é uma etapa importante para o alcance de resultados efetivos no enfrentamento do abandono escolar. Desta forma, é construído, efetivamente, o fundamento sólido para a implementação da política de permanência e êxito no Câmpus Continente.

Destacamos que a presente pesquisa não se traduz em manual prático como instrumento para a implementação da política no Câmpus. Pelo contrário, defendemos a utilização da ciência, engajada politicamente, uma vez que o IFSC é uma instituição ofertante de formação profissional, científica e tecnológica e socializadora do conhecimento científico acumulado pela humanidade.

Ao seguir os parâmetros científicos na utilização de metodologia de pesquisa fundamentada em concepções sólidas e aprofundadas, aproxima-se da realidade concreta, compreendendo-a e representando-a. A partir dessas etapas, é possível estabelecer estratégias mais efetivas para o enfrentamento do problema do abandono escolar. O foco em soluções mecânicas não alcança a complexidade do fenômeno do abandono escolar na sua concretude de relação indissociável entre teoria e prática.

Sabemos que são necessárias diversas condições estruturantes para implementação efetiva da política no Câmpus como orçamento e equipe suficiente para a construção e implementação da política. Entendemos esse fato, porém, para além dos desafios e limites, sinalizamos que as contradições apontam para transformações e para as possibilidades da educação profissional, científica e tecnológica fundamentada em pressupostos do trabalho como princípio educativo.

Portanto, concluímos que apesar dos desafios e limites citados para a concretização do direito à educação, condizente ao público em sua maioria de estudantes da classe trabalhadora, existem potencialidades para o enfrentamento do abandono escolar. A educação profissional tem o potencial transformador na utilização dos pressupostos do trabalho como princípio educativo, no trabalho permeado pela discussão coletiva de concepções, estratégias e ações e na ênfase da relação entre teoria e prática, como ilustrado nas palavras de Ferretti (2014, p.27) “a articulação entre conhecimento científico e conhecimento tácito viabiliza melhores condições de inserção, permanência e participação política no mundo do trabalho e das relações sociais de modo a contribuir com a emancipação da classe trabalhadora”.

## APÊNDICE A

### ROTEIRO DE ENTREVISTA

#### I. Dados da pesquisa

Roteiro de entrevista destinado aos participantes da implementação da política de permanência e êxito do Câmpus IFSC Florianópolis Continente, membros da Comissão de Permanência e Êxito local e membros da Gestão Escolar.

1. Na sua opinião o plano de permanência e êxito foi implementado no Câmpus? Se sim, foi implementado de que forma?
2. Fale um pouco sobre a sua experiência com a Política de permanência e Êxito no Câmpus.
3. Como foi o trabalho da comissão local de permanência e êxito e a sua participação na comissão?
4. Quais as estratégias e ações efetivadas para materializar a política ou ações de permanência e êxito no Câmpus? Comente.
5. Quais foram, entre 2018 e 2019, os maiores desafios na implantação da política de Permanência e Êxito do Câmpus? Quais são hoje?
6. Fale sobre as melhorias alcançadas com a implantação da política de Permanência e Êxito no Câmpus.
7. Como é tratado, institucionalmente, o problema do abandono escolar no Câmpus?
8. Existe algum diagnóstico qualitativo sobre as causas do abandono escolar no Câmpus?
9. Na sua perspectiva, qual a importância da Política de permanência e Êxito para o enfrentamento do abandono escolar no Câmpus?
10. Na sua opinião, de que forma o perfil dos estudantes, os cursos e o eixo tecnológico do Câmpus afetaram a permanência e êxito no período mencionado?
11. Como você avalia a política de permanência e êxito, e seu processo de formulação no IFSC, incluindo o plano de Permanência e Êxito?

## REFERÊNCIAS

- ALVES, N.; CANÁRIO, R. Escola e exclusão social: das promessas às incertezas. **Análise Social**, Lisboa, v. 38, n. 169, p. 981-1010, 2004. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218650678S9rNN2a11Cx82TV2.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2021.
- ANTUNES, R. Desenhando a nova morfologia do trabalho no Brasil. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.28, n.81, p. 39-53, 2014. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142014000200004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142014000200004&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 29 nov. 2020.
- ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do trabalho**: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2a ed. 10a reimpre. rev. e ampl. São Paulo: Boitempo, 2009.
- ARAÚJO, A. C.; SILVA, C. N. N.; MENDES, J. S. Introdução. In: DORE, R.; ARAÚJO, A. C.; MENDES, J. S. (org.). **Evasão na educação**: estudos, políticas e propostas de enfrentamento. Brasília: IFB/CEPROTEC/RIMEPES, 2014. Disponível em: <http://rimepes.fae.ufmg.br/livros.html>. Acesso em: 10 fev. 2021.
- ARROYO, M. Fracasso-sucesso: o peso da cultura escolar e do ordenamento da educação básica. **Em Aberto**, Brasília, ano 11, n.53, jan/mar. 1992. Disponível em: <http://emaberto.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/2145/1884>. Acesso em: 09 de agost.2022.
- AZEVEDO, A. A. “Trabalhar com os braços e a cabeça para ver o futuro...”: representações sobre a educação a partir de trabalhadores rurais assentados da reforma agrária. **Educar em Revista**, Curitiba, n.40, p. 207-221, 2011. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-40602011000200014&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602011000200014&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 29 jun. 2020.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Paris, Presses Universitaires de France, 1977.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2004.
- BERNARDIM, M. L. **Juventude, escola e trabalho**: sentidos atribuídos ao ensino médio por jovens da classe trabalhadora. 2013. 304 f. Tese (Doutorado em Educação) – Curso de Pós-Graduação em Educação, Tecnologia e Educação, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/34679/R%20-%20T%20-%20MARCIO%20LUIZ%20BERNARDIM.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 20 jun.2021.
- BESSEMER, S. P; TREFFINGER, D. J. Analysis of creative products: review and synthesis. **The Journal of Creative Behavior**, v. 15, n. 3, p. 158-178. 1981.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília/DF: 1988.
- BRASIL. **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: 1996. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 20 mar. 2020.

BRASIL. **Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, DF: 2008. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm). Acesso em: 20 mar. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Brasília, DF: 2010. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%207.234%2C%20DE%2019,que%20lhe%20confere%20o%20art.](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%207.234%2C%20DE%2019,que%20lhe%20confere%20o%20art.) Acesso em: 20 mar. 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, DF: 2014a. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2013.005%2C%20DE%2025,Art.](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2013.005%2C%20DE%2025,Art.) Acesso em: 20 mar. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Documento orientador para a superação da evasão e retenção na rede federal de educação profissional, científica e tecnológica**. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Brasília, 2014b. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=110401-documento-orientador-evasao-retencao-vfinal&category\\_slug=abril-2019-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=110401-documento-orientador-evasao-retencao-vfinal&category_slug=abril-2019-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 24 mar. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plataforma Nilo Peçanha**. Brasília: MEC/SETEC, 2022. Disponível em: <http://plataformanilopecanha.mec.gov.br>. Acesso em: 21 janeiro. 2022.

COELHO, A. J. D. P. **Permanência e abandono escolar na educação profissional: um estudo sobre Instituições Federais de Joinville e Jaraguá do Sul**, Dissertação (Mestrado em Tecnologia) - Programa de Pós-graduação em Tecnologia, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2014. Disponível em: [http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/1030/1/CT\\_PPGTE\\_M\\_Coelho%2c%20Alexsandra%20Joelma%20Da%20Pizzol\\_2014.pdf](http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/1030/1/CT_PPGTE_M_Coelho%2c%20Alexsandra%20Joelma%20Da%20Pizzol_2014.pdf) Acesso em: 24 mar. 2021.

COSTA, E. C. **As percepções dos beneficiários e servidores sobre o programa de atendimento aos estudantes em vulnerabilidade social no Instituto Federal de Lages-SC**. 2021. 109 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Planalto Catarinense, Universidade do Planalto Catarinense, Lages, 2021. Disponível em: <http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/index.php/pos-graduacao/trabalhos-de-conclusao-de-bolsistas/trabalhos-de-conclusao-de-bolsistas-a-partir-de-2018/ciencias-humanas/mestrado-ch/1306-as-percepcoes-dos-beneficiarios-e-servidores-sobre-o-programa-de-atendimento-aos-estudantes-em-vulnerabilidade-social-no-instituto-federal-de-lages-sc/file>. Acesso em: 24 mar. 2021.

CUNHA, A. L. B. M. A produção do conhecimento sobre o programa TEC NEP nos programas de pós-graduação no Brasil – 2000-2014. **Revista Brasileira da Educação**

**Profissional e Tecnológica**, [s. l.], v.1, n.16, p. e3554-e6050, abr. 2019. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/3554>. Acesso em: 20 jun. 2020.

DETREGIACHI FILHO, E. **A evasão escolar na educação tecnológica: o embate entre percepções subjetivas e objetivas**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/109214>>. Acesso em 09 agost. 2022.

DORE, R.; LUSCHER, A. Z. Permanência e evasão na educação técnica de nível médio em Minas Gerais. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v.41, n.144, p.770-789, 2011. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-15742011000300007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742011000300007&lng=en&nrm=iso). Acesso em 29 nov. 2019.

DORE, R.; SALES, P. E. N. Origem social dos estudantes como contraponto à evasão e à permanência escolar nos cursos técnicos da Rede Federal de Educação Profissional. In: DORE, R.; SALES, P. E. N.; SILVA, C. E. G. **Educação profissional e evasão escolar: contextos e perspectivas**. Belo Horizonte: RIMEPES, 2017.

DUBET, F. A escola e a exclusão. Trad. Neide Luzia de Rezende. **Cadernos de Pesquisa**, n. 119, 2003. Disponível em <https://www.scielo.br/j/cp/a/JBTWwBmFCfZBxm9QKbxSN9C/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 agost. 2021.

EVANGELISTA, O. **O que revelam os slogans na política educacional**. 1. ed. – Araraquara, SP: Junqueira&Marin, 2014.

FARAGO, C.C.; FOFONCA, E. A ANÁLISE DE CONTEÚDO NA PERSPECTIVA DE BARDIN: do rigor metodológico à descoberta de um caminho de significações. **LINGUASAGEM**, Edição 18, 1º – Semestre de 2012, UFSCar.

FECOMERCIO SC – Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo de Santa Catarina. **Pesquisa Fecomércio SC Turismo de Verão no Litoral Catarinense 2020**. Florianópolis: Fecomércio SC, 2020.

FERREIRA, M. F. *et al.* Investigação sobre fatores de sucesso e insucesso na disciplina de física no ensino médio técnico integrado na percepção de alunos e professores do Instituto Federal de Goiás – Câmpus Inhumas. **HOLOS**, Natal, v.5, p. 347-368, 2013. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/1377/748>. Acesso em: 20 maio 2020.

FERREIRA, B. W. ANÁLISE DE CONTEÚDO. **Aletheia**, ULBRA, v. 11, p. 13-20, 2000.

FERRETTI, C. J. Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia: desafios e perspectivas In: KUENZER, A. Z *et al.*; Franciane Heiden Rios; Roberta Rafaela Sotero Costa; Sandra Terezinha Urbanetz (org.). **Educação profissional: desafios e debates**. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014.

FIGUEIREDO, N. G. S.; SALLES, D. M. R. Educação Profissional e evasão escolar em contexto: motivos e reflexões. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v.25, n.95, p.356-392, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?>

[script=sci\\_arttext&pid=S0104-40362017000200356&lng=en&nrm=iso](#). Acesso em: 29 nov. 2019.

Florianópolis é o 2º destino mais procurado por turistas estrangeiros no país, diz pesquisa. **Portal de notícias Sul in Foco**, Santa Catarina, 15 de jun. de 2019. Disponível em: <https://www.sulinfoco.com.br/florianopolis-e-o-2o-destino-mais-procurado-por-turistas-estrangeiros-no-pais/>. Acesso em: 26 fev. 2021.

FREITAS, L. C. A escola única do trabalho: explorando os caminhos de sua construção. *In*: CALDART, R. S. **Caminhos para transformação da Escola**: reflexões da licenciatura em educação do campo. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

FRIGOTTO, G. A relação da educação profissional e tecnológica com a universalização da educação básica. **Rev.Bras. Educ.** [online], Campinas, vol.28, n.100, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/ghLJpSTXFjJW7nWBsnDKhMb/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 26 fev. 2021.

FRIGOTTO, G. Alcance e limites das políticas públicas de educação profissional de emprego e renda. *In*: KUENZER, A. Z *et al.*; Franciane Heiden Rios; Roberta Rafaela Sotero Costa; Sandra Terezinha Urbanetz (org.). **Educação profissional: desafios e debates**. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014.

FRITSCH, R. Evasão escolar, mundo da escola e do mercado de trabalho: o que dizem os jovens do Ensino Médio de escolas públicas. *In*: DORE, R.; SALES, P. E. N.; SILVA, C. E. G. (Orgs.). **Educação profissional e evasão escolar**: contextos e perspectivas. Belo Horizonte: RIMEPES, 2017.

GADOTTI, M. **Concepção dialética da educação**: um estudo introdutório. 14a ed. São Paulo: Cortez, 2003.

GARCIA, N. M. D.; LIMA FILHO, D. L. Politecnia ou educação tecnológica: desafios ao ensino médio e à educação profissional. *In*: **27ª Reunião Anual da ANPED**. Caxambu: ANPED, 2004.

GELSLEICHTER, M. **As trajetórias profissionais dos egressos do PROEJA: o IFSC Câmpus Florianópolis-Continente em análise**. 2017. 186 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2017. Disponível em: <https://sistemabu.udesc.br/pergamumweb/vinculos/00003c/00003c78.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2021.

GENTILI, P.; FRIGOTTO, G. **A Cidadania Negada**. São Paulo: Cortez [Buenos Aires, Argentina] Clacso, 2002.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GONÇALVES, B. Câmpus Itajaí propõe atividades artísticas para promoção da permanência e êxito dos alunos. **Link Digital**: o blog dos servidores do IFSC, 2018. Disponível em: <https://linkdigital.ifsc.edu.br/2018/10/24/Câmpus-itajai-propoe-atividades->

[artisticas-para-promocao-da-permanencia-e-exito-dos-alunos/](#). Acesso em 26 jul. 2020.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, 35(4), 65-71, 1995. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rae/a/ZX4cTGrqYfVhr7LvVyDBgdb/?lang=pt>. Acesso em: 20 jul. 2022.

GRABOWSKI, G. **Gestão e planejamento da educação profissional e tecnológica** [recurso eletrônico] / Gabriel Grabowski. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014.

HICKENBICK, C.; RAMOS, E. E. L. Projeto formativo para EJA: a integração entre processo educativo e prática social na educação profissional. **Revista Científica Interdisciplinar**, Rio de Janeiro, n.2, v.2, p-183-201, 2015. Disponível em: <http://revista.srvroot.com/linkscienceplace/index.php/linkscienceplace/article/view/100/44>. Acesso em: 26 fev. 2021.

HICKENBICK, C.; RAMOS, E. E.; L. ACAUAN, R. Reconhecimento de Saberes Profissionais na Educação de Jovens e Adultos: o Certific Integrado ao PROEJA no IFSC. In: II ALFAEEJA- II Encontro Internacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos, Florianópolis, 2016 [**Anais**]. Disponível em: <https://alfaeejablog.files.wordpress.com/2016/08/reconhecimento-de-saberes-profissionais-na-educacao-de-jovens-e-adultos.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2021.

HICKENBICK, C.; RAMOS, E. E.; L. ACAUAN, R. Certificação de saberes profissionais de trabalhadores. In: III ALFAEEJA- III Encontro Internacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos, Florianópolis, 2017 [**Anais**]. Disponível em: [https://alfaeejablog.files.wordpress.com/2017/06/claudia-hickenbick-elenita-eliete-de-lima-ramos-renata-acauan\\_certificac3a7c3a3o-de-saberes-profissionais-de-trabalhadores.pdf](https://alfaeejablog.files.wordpress.com/2017/06/claudia-hickenbick-elenita-eliete-de-lima-ramos-renata-acauan_certificac3a7c3a3o-de-saberes-profissionais-de-trabalhadores.pdf). Acesso em: 26 fev. 2021.

HICKENBICK, C.; RAMOS, E. E. L.; ROSA, P. Educação e dignidade humana – intersecção de caminhos. **Revista Pensamiento Actual**, n.28, v.17, San José, p.186-196, 2017. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/6053589.pdf> Acesso em: 24 mar. 2021.

HICKENBICK, C. *et al.* Apoio institucional para incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários: proposta metodológica com base na experiência do IFSC. **Otra Economía**, Buenos Aires, n. 19, v. 10, p. 137-149, 2016. Disponível em: <https://www.revistaotraeconomia.org/index.php/otraeconomia/article/view/otra.2016.1019.01>. Acesso em: 24 mar. 2021.

HICKENBICK, C.; RAMOS, E. E.; MATTOS, M. C. C. M. Processo de reconhecimento e certificação de saberes escolares de trabalhadores: orientações teórico-metodológicas. **Revista PerCursos**, Florianópolis, n.31, v.16, p. 28–58, 2015. Disponível em: [https://www.periodicos.udesc.br/index.php/percursos/article/view/1984724616312015028/pdf\\_30](https://www.periodicos.udesc.br/index.php/percursos/article/view/1984724616312015028/pdf_30). Acesso em: 26 fev. 2021.

HORTA, J. S. B. Direito à educação e obrigatoriedade escolar. **Cadernos de Pesquisa**. nº. 104. Jul. 1998. p. 5-34. Disponível em: <http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/cp/arquivos/158.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2021.

IFSC – INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Plano estratégico de permanência e êxito dos estudantes do IFSC**. Florianópolis, SC: Ministério da Educação, 2018a. Disponível em: <https://www.ifsc.edu.br/documents/23567/0/Plano+de+Perman%C3%Aancia+e+%C3%8Axito/11b7634e-0c69-4056-9034-a40275ff9a0b>. Acesso em: 29 nov. 2019.

IFSC – INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Edital de apoio para ações de permanência e êxito dos estudantes Nº 02/2018 PROEN**. Florianópolis, SC: Ministério da Educação, ago. 2018b. Disponível em: [https://www.ifsc.edu.br/documents/30713/932487/edital\\_acoes\\_permanencia\\_exito+retificado.pdf/95888349-28be-0083-a68f-0e4a0dfee0b7](https://www.ifsc.edu.br/documents/30713/932487/edital_acoes_permanencia_exito+retificado.pdf/95888349-28be-0083-a68f-0e4a0dfee0b7). Acesso em 26 jul. 2020.

IFSC – INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA. **Ações inclusivas contribuem com o êxito de estudantes**. Câmpus Criciúma, 2018c. Disponível em: <https://www.ifsc.edu.br/noticia/915137/a%C3%A7%C3%B5es-inclusivas-contribuem-com-o-%C3%AAxito-de-estudantes>. Acesso em 26 jul. 2020.

IFSC – INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA. **Permanência e Êxito**, Câmpus São Miguel do Oeste, 2018d. Disponível em: <http://portaldoaluno.smo.ifsc.edu.br/index.php/projeto-permanencia-e-exito/>. Acesso em: 26 jul. 2020.

IFSC – INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA. **Câmpus Criciúma realiza evento sobre permanência das pessoas com deficiência na escola**. Câmpus Criciúma, 2019a. Disponível em: <https://www.ifsc.edu.br/noticia/915137/a%C3%A7%C3%B5es-inclusivas-contribuem-com-o-%C3%AAxito-de-estudantes>. Acesso em: 26 jul. 2020.

IFSC – INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA. **Câmpus Criciúma realiza evento sobre permanência das pessoas com deficiência na escola**. Câmpus Criciúma, 2019b. Disponível em: [https://www.ifsc.edu.br/conteudo-aberto/-/asset\\_publisher/1UWKZAKiOauK/content/id/1776914/c%C3%A2mpus-crici%C3%B5es-realiza-evento-sobre-perman%C3%Aancia-das-pessoas-com-defici%C3%Aancia-na-escola](https://www.ifsc.edu.br/conteudo-aberto/-/asset_publisher/1UWKZAKiOauK/content/id/1776914/c%C3%A2mpus-crici%C3%B5es-realiza-evento-sobre-perman%C3%Aancia-das-pessoas-com-defici%C3%Aancia-na-escola). Acesso em: 26 jul. 2020.

IFSC – INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Resolução CONSUP nº 07, de 04 de março de 2020**. Aprova o Plano de Desenvolvimento Institucional do IFSC (2020-2024). Florianópolis, SC: Ministério da Educação, 2020. Disponível em: <https://discovirtual.ifsc.edu.br/index.php/s/vllxabFbpUZlqCf>. Acesso em: 28 jul. 2020.

IFSC – INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Resolução CONSUP nº 41, de 19 de dezembro de 2017**. Regulamenta o Programa de Atendimento ao Estudante em Vulnerabilidade Social e suas ações no Instituto Federal de Santa Catarina. Florianópolis, SC: Ministério da Educação, 2017. Disponível em: <https://www.ifsc.edu.br/documents/175813/866662/Resolu%C3%A7%C3%A3o+PAEVS+atual/32ebea30-9650-c966-6c56->

b3d4a3c5a2d8#:~:text=Regulamenta%2C%20ad%20referendum%2C%20o%20Programa,Instituto%20Federal%20de%20Santa%20Catarina. Acesso em: 09 agost. 2022.

IFSC – INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Resolução CEPE nº 001/2010, de 30 de novembro de 2010.** Regulamenta a Assistência Estudantil do Instituto Federal de Santa Catarina. Florianópolis, SC: Ministério da Educação, 2010. Disponível em: <https://www.ifsc.edu.br/documents/175813/866662/Resolu%C3%A7%C3%A3o+PAEVS+atual/32e3ea30-9650-c966-6c56-b3d4a3c5a2d8#:~:text=Regulamenta%2C%20ad%20referendum%2C%20o%20Programa,Instituto%20Federal%20de%20Santa%20Catarina.> . Acesso em: 09 agost. 2022.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Relatório com as estimativas da caracterização da ocupação formal e informal do turismo, com base nos dados da RAIS\* e da PNAD\*\* 2013, para o Brasil e regiões.** produto 5. Brasília: Ipea, 2013. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/extrator/arquivos/160204\\_caracterizacao\\_br\\_re.pdf](https://www.ipea.gov.br/extrator/arquivos/160204_caracterizacao_br_re.pdf). Acesso em: 26 fev. 2021.

JOHANN, M. D. **A formação dos Guias de Turismo do Câmpus Florianópolis Continente do Instituto Federal de Santa Catarina:** uma análise com enfoque educacional Ciência-Tecnologia-Sociedade (CTS). 2018. 192 f. Dissertação (Mestrado em Educação Científica e Tecnológica) – Programa de Pós-graduação em Educação Científica e19/10 – quarta, saída 13:50 e retorno 17:30 Tecnológica, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/193498/PECT0359-D.pdf?sequence=-1&isAllowed=y>. Acesso em: 24 mar. 2021.

KILBERT, E. C.; MOESCH, M. M. Trabalho no Turismo: Essência, Aparência e análise do panorama dos trabalhadores do Brasil e Goiás. *In: XI Seminário Anual da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo 2014.* Fortaleza, 2014 [**Anais**]. Disponível em: <https://www.anptur.org.br/anais/anais/files/11/145.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2021.

KONDER, L. **O que é dialética.** São Paulo: Brasiliense, 2008.

KUENZER, A. Z. O Ensino Médio agora é para a vida: Entre o pretendido, o dito e o feito. **Rev. Educação e Sociedade**, Campinas, v. 21, n.70, Campinas, 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/LGpgCTxWgVvB3DYzKVWFjwJ/abstract/?lang=pt>. Acesso em 16 set. 2021.

KUENZER, A. Z. Competência como práxis: os dilemas da relação entre teoria e prática na educação dos trabalhadores. **Boletim Técnico do Senac**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 1, jan./abr. 2003. Disponível em: <https://www.bts.senac.br/bts/article/view/501>. Acesso em 09 agost.2022.

KUENZER, A. Z. Da dualidade assumida à dualidade negada: o discurso da flexibilização justifica a inclusão excludente. **Educação & Sociedade** [online]. 2007, v.

28, n. 100, pp. 1153-1178. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302007000300024>. Acesso em 09 agost.2022.

KUENZER, A. Z. As relações entre o mundo do trabalho e a escola: práticas de integração *In*: KUENZER, A. Z *et al.*; Franciane Heiden Rios; Roberta Rafaela Sotero Costa; Sandra Terezinha Urbanetz (org.). **Educação profissional: desafios e debates**. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014.

LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LUKÁCS, G. **As Bases Ontológicas do Pensamento e da Atividade do Homem**. Temas de Ciências Humanas n. 4. Tr. C.N. Coutinho, São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social** volume 14/ Georg Lukács ; [traduzido por Sergio Lessa e revisado por Mariana Andrade]. – Maceió: Coletivo Veredas, 2018.

LIMA FILHO, D. L. O PROEJA em Construção: enfrentando desafios políticos e pedagógicos. **Revista Educação e Realidade**, Porto Alegre, v.35, n.1, 2010. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/11023>. Acesso em: 09 fev. 2020.

LIMA, R. P.; ANJOS, L. J. Turismo de Base Comunitária: Uma Alternativa de Segmento Turístico Sustentável de Serra Grande – Uruçuca-BA. **Rev. Lat. Americ. de Estudos Científicos**, Uruçuca, v.01, n.03, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/ipa/article/view/31485>. Acesso em: 20 out. 2022.

MAGRONE, E. O que você vai ser quando crescer? Algumas notas sobre a transição escola-trabalho e a liberdade filistea. *In*: DORE, R.; SALES, P. E. N.; SILVA, C. E. G. **Educação profissional e evasão escolar**: contextos e perspectivas. Belo Horizonte: RIMEPES, 2017.

MARTENDAL, L. **Programa de atendimento a estudantes em situação de vulnerabilidade social: aproximações avaliativas sobre sua implementação e gestão**. 2012, 126 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/100568/310347.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 09 agost. 2022.

MARTINS, C. C. **O trabalho dos Técnicos em Assuntos Educacionais no Instituto Federal de Santa Catarina: fazeres e sentidos**. 2019. 162 p. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional) – Centro de Referência em Formação e Educação à Distância – CERFEAD, Instituto Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ifsc.edu.br/handle/123456789/1139>. Acesso em: 09 agost. 2022.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. livro 1, v.1. São Paulo: Boitempo

Editorial, 2011.

MARX, K.; E., F. **A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846)**. Supervisão editorial de Leandro Konder. Tradução de Rubens Enderle, Nélcio Schneider e Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Editora Boitempo, 2007.

MÉSZÁROS. I. **A educação para além do capital**. Trad. Isa Tavares. 2a ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

MOREIRA, L. K. R.; LAMBERT, A. SANTOS; CASTRO, R. C. A. M. Educação profissional e tecnológica: permanência e evasão em foco. **Revista Brasileira de Educação e saúde**, Pombal, v.8, p. 48-53, 2018. Disponível em: <https://www.gvaa.com.br/revista/index.php/REBES/article/view/5988>. Acesso em: 29 nov. 2019.

MOURA, D. H., HENRIQUE, A. L. S. PROEJA: entre desafios e possibilidades. **HOLOS**, Natal, v.2, p.114-129, 2012. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/914/536>. Acesso em: 29 nov. 2019.

MOURA, D. H.; LIMA FILHO, D. L.; SILVA, M. R. **Politecnia e formação integrada: confrontos conceituais, projetos políticos e contradições históricas da educação brasileira**. Reunião Anual da ANPED – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. Porto de Galinhas-PE, 2012.

NOGUEIRA, M. A. **Educação, saber, produção em Marx e Engels**. São Paulo: Cortez, 1990. 220p.

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer projetos, relatórios, monografias, dissertações e teses**. 5. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

OURIQUES, H. R. Turismo, Meio Ambiente e Trabalho em Florianópolis – SC. **Caderno Virtual de Turismo**, Rio de Janeiro, v.7, n.2, p. 73-82, 2007. Disponível em: <http://www.ivt.coppe.ufjf.br/caderno/index.php/caderno/article/view/203>. Acesso em: 24 mar. 2021.

OLIVEIRA, N. A. **Rousseau e Rawls: contrato em duas vias**. Porto Alegre: Edipucrs, 2000. 238 p. (Coleção Filosofia, 109).

OLIVEIRA, M. A. M. **Políticas públicas para o ensino profissional: o processo de desmantelamento dos CEFETS**. Campinas/SP: Papirus, 2003.

OLIVEIRA, A. R. **Marx e a exclusão**. Pelotas: Seiva, 2004. 162p.

OLIVEIRA, A. R. Sobre o alcance teórico do conceito “exclusão”. **Civitas – Revista de**

**Ciências Sociais**, v. 4, n. 1, 2006. Disponível em <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/52>. Acesso em: 17 agost. 2021.

PACHECO, E. M. **Os Institutos Federais: uma revolução na Educação Profissional e Tecnológica**. Brasília: MEC, s/d. Disponível em: [www.mec.gov.br](http://www.mec.gov.br). Acesso em 08 julh. 2022.

PELISSARI, L. B. **O Fetiche da tecnologia e o abandono escolar na visão de jovens que procuram a educação profissional técnica de nível médio**. 2012. 223 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Setor de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012. Disponível em <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/27670?show=full>. Acesso em: 17 agost. 2021.

PEREIRA, G. J. W. **Barragem Poço de Varas nos municípios de Cel. João Pessoa (RN) e São Miguel (RN): propostas política, territorialidade e memória coletiva**. 2019. 143 f. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Dinâmicas Territoriais no Semiárido) - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Pau dos Ferros, 2019. Disponível em: [file:///home/aluno/Downloads/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Final%20-%20Jos%C3%A9%20Washington%20Gon%C3%A7alves%20Pereira%20\(1\).pdf](file:///home/aluno/Downloads/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Final%20-%20Jos%C3%A9%20Washington%20Gon%C3%A7alves%20Pereira%20(1).pdf). Acesso em: 17 agost. 2021.

RAMOS NETO, J. O. A evasão escolar nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: uma análise dos planos estratégicos de permanência e êxito. **Educação em Revista**, Marília, v.20, n.2, 2019. Disponível em <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/educacaoemrevista/article/view/8999>. Acesso em: 16 agost. 2021.

RAMOS, M. N. **A Pedagogia das Competências**. São Paulo: Cortez, 2002.

REIS, E. M. C.; GONÇALVES, A. O. Programa de promoção a permanência: perfil dos discentes do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia de Brasília. **HOLOS**, Natal, v.3, p. 379-394, set. 2018. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/4044>. Acesso em: 1 jun. 2020.

RIBAS, L. C. C.; HICKENBICK, C. O Papel de Condutores Ambientais Locais e de Cursos de Capacitação no Ecodesenvolvimento Turístico e as Expectativas Sociais no Sul do Brasil, **Turismo em Análise**, Florianópolis, n.1, v.23, 143-165, 2012. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rta/article/view/52415>. Acesso em 26 fev. 2021.

RIBEIRO, I. **A produção de sentido pessoal à Atividade de Estudo em Jovens e Adultos Estudantes do PROEJA: História, Trabalho, e Práxis Pedagógica**, 2019. 368 f. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/215449/PEED1475-T.pdf?sequence=-1&isAllowed=y>. Acesso em: 24 mar. 2021.

RIZZATI, I. M. *et al.* Os produtos e processos educacionais dos programas de pós-graduação profissionais: proposições de um grupo de colaboradores, **ACTIO**, Curitiba, v. 5, n. 2, 2020. Disponível em

[http://profqui.sites.uff.br/wp-content/uploads/sites/334/2020/09/Artigo\\_Os-Prod.-Educ.-dos-PPG-profissionais.pdf](http://profqui.sites.uff.br/wp-content/uploads/sites/334/2020/09/Artigo_Os-Prod.-Educ.-dos-PPG-profissionais.pdf). Acesso em 09 agost. 2022.

SALES, P. E. N. Métodos de pesquisa para a identificação de fatores de evasão e permanência na educação profissional. **Cadernos CEDES**, Campinas, v.34, n.94, p. 403-408, dez. 2014. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-32622014000300403&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622014000300403&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 29 nov. 2019.

SALES, C. V.; VASCONCELOS, M. A. D. M. Ensino Médio Integrado e Juventudes: desafios e projetos de futuro. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v.41, n.1, p. 69-90, 2016. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2175-62362016000100069&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-62362016000100069&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 29 jun. 2020.

SANTUR – Agência de Desenvolvimento do Turismo de Santa Catarina. **Diagnóstico econômico e Plano de retomada do Turismo Catarinense**. Florianópolis: SANTUR, jun. 2020. Disponível em: [https://www.sc.gov.br/images/Secom\\_Noticias/Documentos/Diagnostico\\_Economico\\_e\\_Retomada\\_do\\_Turismo\\_SC.pdf](https://www.sc.gov.br/images/Secom_Noticias/Documentos/Diagnostico_Economico_e_Retomada_do_Turismo_SC.pdf). Acesso em: 26 fev. 2021.

SAVIANI, D. **O choque teórico da politécnica**. Trabalho, Educação e Saúde, v. 1, n. 1, p. 131-152, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1981-77462003000100010>. Acesso em: 20 jun. 2022.

SAVIANI, D. **Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos**. *Rev. Bras. Educ.*[online]. 2007, vol.12, n.34, pp.152-165. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782007000100012>. Acesso em: 20 jun. 2022.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico (livro eletrônico)**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2013. Disponível em: [https://www.ufrb.edu.br/ccaab/images/AEPE/Divulga%C3%A7%C3%A3o/LIVROS/Metodologia\\_do\\_Trabalho\\_Cient%C3%ADfico\\_-\\_1%C2%AA\\_Edi%C3%A7%C3%A3o\\_-\\_Antonio\\_Joaquim\\_Severino\\_-\\_2014.pdf](https://www.ufrb.edu.br/ccaab/images/AEPE/Divulga%C3%A7%C3%A3o/LIVROS/Metodologia_do_Trabalho_Cient%C3%ADfico_-_1%C2%AA_Edi%C3%A7%C3%A3o_-_Antonio_Joaquim_Severino_-_2014.pdf). Acesso em: 01 de março de 2021.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 27. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SEVERINO, A. J. **Filosofia da Educação: construindo a cidadania**. São Paulo: FTD, 1994. 152 p. (Coleção Aprender & Ensinar).

SILVA, A. L.; SILVA, A. O PROEJA no IFSC, Câmpus Florianópolis-Continente: reflexões sobre uma construção coletiva. **EJA em Debate**, Florianópolis, v. 1, n. 1, p.121-136, nov. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ifsc.edu.br/index.php/EJA/article/view/944/pdf>. Acesso em: 26 fev. 2021.

SILVA, M. R.; JORGE, C. M. O reencontro dos sujeitos adultos com a escola: significados e tensões no âmbito do PROEJA. **Educação & Sociedade**, Campinas,

v.39, n.142, p. 55-71, 2018. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73302018000100055&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302018000100055&lng=en&nrm=iso). Acesso em 29 jun. 2020.

SILVA, M. R.; PELISSARI, L. B.; STEIMBACH, A. A. Juventude, escola e trabalho: permanência e abandono na educação profissional técnica de nível médio. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.39, n.2, p. 403-417, 2013. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-97022013000200008&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022013000200008&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 29 nov. 2019.

SILVA, A. H.; FOSSÁ, M. I. T. Análise de conteúdo: exemplo de aplicação da técnica para análise de dados qualitativos. **Qualitas Revista Eletrônica**, v.17, n.1, p. 01-14, 2015. Disponível em: <http://www.fei.am.gov.br/wp-content/uploads/2020/06/2113-7552-1-PB.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2022.

SILVA, C. R., GOBBI, B. C., & SIMÃO, A. A. O uso da análise de conteúdo como uma ferramenta para a pesquisa qualitativa: Descrição e aplicação do método. **Organizações Rurais Agroindustriais**, Lavras, v.7, n.1, p. 70-81, 2005. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/878/87817147006.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2022.

SOUZA JUNIOR. **Trabalho**: mediação produtora, reprodutora e formativa da vida. *In*: DORE, R.; SALES, P. E. N.; SILVA, C. E. G. Educação profissional e evasão escolar: contextos e perspectivas. Belo Horizonte: RIMEPES, 2017.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. **Relatório de Auditoria realizada nas ações da Rede Federal de Educação Profissional**, Brasília, 2011. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/tcu/315889946/inteiro-teor-315890121>. Acesso em: 24 mar. 2021.

ZANIN, A. J. D. P. C. **Abandono e permanência escolar na educação profissional e tecnológica**: olhares de trabalhadores da educação do Instituto Federal de Santa Catarina. 2019. 278 f. Tese (Doutorado em Tecnologia e Sociedade) - Programa de Pós-graduação em Tecnologia e Sociedade, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2019. Disponível em: [https://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/4665/1/CT\\_PPGTE\\_D\\_Zanin%2C\\_Alexsandra\\_Joelma\\_Dal\\_Pizzol\\_Coelho\\_2019.pdf](https://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/4665/1/CT_PPGTE_D_Zanin%2C_Alexsandra_Joelma_Dal_Pizzol_Coelho_2019.pdf) Acesso em: 24 mar. 2021.